

escola superior  gallaecia

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo

Princípios de Ação

para a *Revalorização das Capelas* da
Muralha Fernandina do Centro Histórico
do Porto

Miguel Bonifácio de Pinho Faria

Vila Nova de Cerveira, setembro de 2014

Princípios de Ação

para a *Revalorização das Capelas* da
Muralha Fernandina do Centro Histórico
do Porto

Orientador:

Prof.ª Doutora Maria Goreti Ferreira de Sousa

Coorientador:

Prof. Doutor Pedro António Fonseca Jorge

Miguel Bonifácio de Pinho Faria

Vila Nova de Cerveira, Setembro de 2014

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento desta dissertação.

À Professora Maria Goreti Ferreira de Sousa pela atenção e disponibilidade com que me recebeu nesta última fase da tese.

Ao Arquiteto Pedro António Fonseca Jorge pela orientação, rigor, espírito crítico e, sobretudo, pela paciência que sempre demonstrou ao longo de todo este processo.

Aos meus colegas pela presença e apoio incondicional.

Aos meus pais e Avós pela ajuda, compreensão e palavras de encorajamento, tão importantes para vencer mais esta etapa.

E à Ivânia, pela ajuda, pelo entusiasmo e pelo que prescindimos ou adiámos para chegar ao fim deste percurso.

Resumo

Esta dissertação aborda o tema da revalorização das Capelas da Muralha Fernandina do Porto, área classificada pela UNESCO. Neste sentido, explora-se a questão da reconversão de usos como meio de intervir neste património, possibilitando a reutilização de antigas estruturas edificadas na sociedade atual. O estudo recaiu sobre um conjunto patrimonial de interesse turístico e comercial e ao mesmo tempo, relacionou-se com as populações locais, sem nunca perder o seu uso litúrgico.

Assim, no desenvolvimento da dissertação procurou-se interpretar os Critérios de Intervenção da UNESCO, os processos históricos que levaram à implementação das Capelas na Muralha Fernandina do Porto e à evolução do tipo de intervenções e do tipo de estratégias a aplicar nos casos de estudo. De modo a dar resposta a estes pontos, definiram-se os seguintes Objetivos:

(1). Identificar princípios de ação no Património do Centro Histórico do Porto, classificado pela UNESCO

(2). Justificar através da análise da evolução urbanística e morfológica da cidade do Porto a sua classificação pela UNESCO, como um conjunto histórico representativo de uma(s) etapa(a) da história da humanidade.

(3). Definir orientações para a revalorização futura das capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto.

Para visar as respostas aos objetivos, as metodologias aplicadas nesta dissertação, visam um estudo de caso baseado numa investigação do tipo histórica, descritiva e documental através de fontes primárias na análise dos dados, combinado com métodos analíticos qualitativos. Portanto, a metodologia baseia-se na utilização de uma série de conceitos históricos, princípios e metodologias aplicados no caso do Centro histórico do Porto classificado pela UNESCO.

Com base nos objetivos propostos e na metodologia a seguir, a presente dissertação estrutura-se da seguinte forma: Uma abordagem aos critérios e princípios propostos pela UNESCO para a conservação, salvaguarda e revalorização;

A Evolução Urbana do Centro Histórico do Porto, tratando dos seus conceitos relacionados com o percurso urbanístico e morfológico, desde as origens do Burgo até à inscrição do Centro Histórico do Porto na lista de Património Mundial; Os casos de estudo serão estruturados em três partes de análise, correspondendo a conteúdos diferenciados mas que se interpolam entre si; E por fim, no capítulo de conclusões apresentam-se as considerações finais com respeito ao corpo de texto.

A singularidade que cada capela estende-se às ações nelas realizadas, requerendo uma abordagem única de ação, que valorize, acima de tudo, o significado inerente ao património construído, sem nunca perder a sua função original. Sendo assim, pode-se encontrar nos casos de estudo e noutros monumentos religiosos, exemplos de reconversões de usos realizadas de modo satisfatório, não só quanto à nova função, mas também pelo respeito tido para com este Património muitas vezes esquecido.

Palavras-chave:

- Conservação
- Morfologia
- Capelas
- Comunidade

Abstract

This dissertation approaches the theme of rehabilitation of Oporto “Muralha Fernandina”, classified by UNESCO. In this sense, is important to explore the issue of conversion of uses as a means to intervene in this heritage, allowing the reuse of old structures built in the current society. This study fell on a set property of tourist interest and commercial and at the same time, related to the local population, without ever losing its essence and heritage.

Thus, in the development of the dissertation, the need to understand the Criteria’s for action by the UNESCO, the historical processes that have led to the implementation of Chapels, the “Muralha Fernandina” and the evolution of the type of interventions and type of strategies to be applied in the cases of study. In order to respond these points, there was defined the following objectives:

(1). Identify the Principles of Action in the Heritage of the Historic Center of Oporto, classified by UNESCO

(2). Justify through the analysis of urban and morphological evolution of Oporto its classification by UNESCO as a representative of a historical set and step the history of mankind.

(3). Set guidelines for future Revalorization of chapels of “Muralha Fernandina” from the Historic Center of Oporto.

To seek answers to the objectives, the methodologies that were applied in this dissertation, aimed at a case study based on an investigation of historical, descriptive and documentary through primary sources in the analysis of the data, combined with qualitative analytical methods. Therefore, the methodology is based on the use of a series of historical concepts, principles and methodologies applied in the case of the historic Center of Oporto classified by UNESCO.

On the basis of the proposed objectives and the methodology to be followed, this dissertation is structured as follows: An approach of the criteria and principles proposed by UNESCO for the conservation, protection and rehabilitation; The Urban Development of the Historical Center of Oporto, in the case of the

concepts related to the course and urban morphological, since the origins of the population up to the entry of the Historic Center of Oporto in the World Heritage list; The cases of study will be structured in three parts of analysis, corresponding to different content and the interpolation between itself; And finally, in the conclusions there are the final considerations with respect to the body of text.

The uniqueness that each chapel extends to actions they performed, requiring a unique approach on the action, which promotes, above all, the meaning inherent in the built heritage, without ever losing its original function. Consequently, it can be found in the cases of study and other religious buildings, examples of conversions of the uses carried out in a satisfactory manner, not only as regards the new function, but also had respect to with this Heritage often forgotten.

Keywords:

- Conservation
- Morphology
- Chapels
- Community

Índice de Conteúdos

Agradecimentos

Resumo

Abstract

1. Introdução

1.1. Objeto de Estudo	Pág.17
1.2. Objetivos	Pág.19
1.3. Estado da Arte	Pág.21
1.4. Estruturação de conteúdos	Pág.23

2. Metodologia

2.1. Recolha de dados	Pág.29
2.2. Critérios de Seleção dos casos de estudo	Pág.32
2.3. Análise de dados	Pág.34

3. Fundamentação Teórica

3.1. Evolução dos Princípios de Conservação do Património	Pág.39
3.2. Princípios de Ação Patrimonial	Pág.53
3.2.1. Normativa Internacional	Pág.55
3.2.2. Evolução dos Princípios de Ação da UNESCO	Pág.61

4. Centro Histórico do Porto

4.1. Evolução Urbana do Centro Histórico do Porto	Pág.79
4.2. Inclusão na Lista da UNESCO	Pág.104
4.3. Critérios de Ação da Zona Protegida como Património Mundial	Pág.112

5. Capelas da Muralha Fernandina

5.1. Enquadramento e justificação dos estudos de caso	Pág.121
5.2. Apresentação das categorias de análise dos estudos de caso	Pág.123
5.3. Justificação dos Estudos de Caso	Pág.128
5.4. Miragaia – Capela de Nossa Senhora da Esperança	Pág.135
5.5. São Nicolau – Capela de Nossa Senhora da Lada	Pág.141
5.6. São Nicolau – Capela de São Salvador do Mundo	Pág.147
5.7. São Nicolau – Capela da Senhora da Piedade	Pág.152
5.8. Sé – Capela dos Alfaiates	Pág.159
5.9. Sé – Capela das Verdades	Pág.165
5.10. Análise Comparativa	Pág.171

6. Conclusões

6.1. Resposta aos objetivos	Pág. 183
6.2. Proposta	Pág.193

Bibliografia	Pág.207
--------------	---------

Índice e Fonte de Imagens	Pág.221
---------------------------	---------

Anexos	Pág.231
--------	---------

Siglas e Abreviaturas

ACRRU - Área Crítica de Recuperação e Reconstrução Urbanística

AIP - Área de Intervenção Prioritária

CEE - Comunidade Económica Europeia

CIAM - Congrès Internationaux d'Architecture Moderne

CMP - Câmara Municipal do Porto

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CRUARB - Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira e Barredo

DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC - Direção Geral do Património Cultural

DRCLVT - Direção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

FEUP - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

ICCROM- International Center for the Study of the Preservation of Cultural Property

IGESPAR - Instituto de Gestão de Património Arquitetónico e Arqueológico

IIP - Imóvel de Interesse Público

IIM - Imóvel de Interesse Municipal

IMC - Instituto dos Museus e da Conservação

IPA - Instituto Português de Arqueologia

IPM - Instituto Português de Monumentos

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico; de Monumentos e Sítios

IPPC - Instituto Português do Processo Civil

IRHU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

GAU - Gestão de Área Urbana

LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia civil

MN - Monumento Nacional

ONU - Organização das Nações Unidas

PDM - Plano diretor municipal

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRU - Programa de Reabilitação Urbana

RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação

SIM - Sistema Multicriterio

SPAB - Society for the Protection of Ancient Buildings

SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana

EU - União Europeia

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNIDROIT - International Institute for the Unification of Private Law

1.Introdução

1.1. Objeto de Estudo

A relação entre as Capelas da Muralha Fernandina e o Centro Histórico identifica a linha através da qual o Património Religioso influenciou a cultura e crescimento da Cidade do Porto (Cabral, 1997). Segundo Pereira (1973) as Capelas da Muralha Fernandina, devido à sua localização no Centro Histórico do Porto, foram construídas de modo a ajudar a difusão das crenças das ordens monásticas, marcando assim a essência social da sua população. Este foi um dos pontos que motivou a escolha das Capelas como objeto de estudo da presente dissertação.

A singularidade destas capelas justifica uma perspetiva orientada para a preservação do seu valor cultural, histórico e arquitetónico, que fica ofuscado pela presença de edifícios religiosos de carácter monumental ou pelo ruído da degradação urbana de que a Cidade do Porto tem sido alvo nos últimos 30 anos. Estas permanecem por isso na sombra, não acompanhando as transformações urbanas e sociais do Centro Histórico do Porto (Couceiro, 2002).

A sua utilização e preservação ficam esquecidas, carecendo tanto determinar os corretos princípios de conservação como definir as orientações mais corretas para a sua futura revalorização, partindo da necessidade de as conservar.

(...) Preservar uma obra arquitetónica implica, ao contrario do restauro de uma pintura ou de uma peça de mobiliários, atuar sobre um conjunto muito vasto de aspetos que podem abranger valores, estéticos, históricos, documentais, funcionais, económicos e de segurança (...) (Aguiar, 2002, p.35).

Ou seja, a filosofia da conservação nos dias de hoje, segundo o Artigo 13º da Convenção de 2004 do ICOMOS, depende de uma abordagem baseada em Princípios de Ação, tais como: Autenticidade, Integridade, Unidade e Universalidade que devem ser respeitados em todos os aspetos a que Aguiar (2002) faz referência.

A Autenticidade é um dos mais importantes princípios no que diz respeito à herança cultural e à Requalificação, pois garante a legitimidade dos materiais, da forma, da natureza e da conservação (ICOMOS, 2004). O princípio de Integridade

encontra-se relacionado com a noção de estrutura ou local como objeto no todo, inteiro e individual (Carta de Veneza, 1995), enquanto o de Unidade é desenvolvido através da noção da leitura do objeto como elemento único, respeitando as suas diferentes partes (Brandi, 2006). Já o princípio de Universalidade baseia-se na salvaguarda da herança patrimonial, pela responsabilidade comum (Convenção de Paris, 1972), além do domínio de técnicas e perícia.

Apesar de estes princípios estarem bem estabelecidos e de serem aceites nas práticas arquitetónicas atuais, autores como Pereira (1998), referem que a revalorização do Património Histórico concede uma grande atenção às intervenções laboratoriais situadas a montante de qualquer trabalho:

(...) Qualquer intervenção reafirma-se, carece o conjunto extremamente alargado de diagnósticos, análises laboratoriais, apreciações, críticas, para além das quais confluem especialidades tão diversas como a arqueologia, antropologia, geologia, engenharia civil, arquitetura, paisagismo, etc...(Barbosa & Cunha,1998, p.133).

Por sua vez, os indicadores para a revalorização procuram preservar uma determinada estrutura, dando-lhe um uso específico. Em geral a Reabilitação promove usos o mais próximos possível da função original da construção como também assegura o mínimo de intervenção. Contudo deve implicar uma adaptação da estrutura a novas instalações e comodidades (Feilden, 1992). A intervenção no tecido original, realizada em conexão com a modernização deve ser mantida como o mais limitador possível. Ainda que se tenha em atenção que:

(...) Apenas alguns objetos não envelhecem: tornam-se antigos, outros ainda parecem colocados desde a sua origem, ao abrigo dos atentados do envelhecimento. Estes objetos singulares são investidos dos privilégios da conservação e reabilitação (...) (Guilhaume, 2003, p.44).

É neste sentido que se abordam os objetos arquitetónicos representados pelas Capelas da Muralha Fernandina do Porto, para os quais se procura definir indicadores que orientem a sua futura revalorização de modo a preservar e recuperar o seu valor Patrimonial.

1.2. Objetivos

A reabilitação do Centro Histórico do Porto, por parte do CRUARB, permitiu a UNESCO reconhecer o valor do referido Centro Histórico, em 1992, através da sua classificação como Património Mundial (Ramos, 1996). Centrando-se nesta área bem delimitada da cidade, a presente dissertação, pretende realizar um estudo de caso, em que os objetos de estudo escolhidos, são as capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto, um valor patrimonial que sistematicamente tem vindo a ser relegado para segundo plano nesta zona da cidade, caracterizada por ter o seu Património bem definido e relativamente bem preservado.

Esta dissertação visa definir as mudanças, orientações e apoiar as razões pelas quais pode haver uma falta de continuidade entre diferentes modelos de revalorização em tempos diferentes, num processo bem caracterizado por Kevin Lynch quando refere que “(...) não há resultados finais, mas uma sucessão intermitente de fases (...)” (1998, p.10).

Este estudo conforme, é descrito nos seus objetivos, divide-se em duas fases: a primeira constitui uma fundamentação teórica na que se sistematizam os valores associados ao património bem como a forma como este conceito foi evoluindo. Também se analisam os princípios de ação recomendados pela UNESCO. Numa segunda fase partindo da análise morfológica e histórica do centro histórico do Porto procura-se entender os critérios de classificação e as suas implicações em futuras intervenções.

Define-se assim os seguintes objetivos:

-Identificar Princípios de Ação no Património do Centro Histórico do Porto, classificado pela UNESCO.

Este objetivo constitui um passo prévio à análise espacial, no qual se realizará um enquadramento do contexto arquitetónico, histórico e morfológico do Património e consequentemente do Centro Histórico do Porto classificado pela UNESCO.

Tal, irá ser visto à luz do enquadramento teórico, de modo, a mostrar os fatores de conservação determinantes na transformação e conservação do referido património. Os critérios identificados serão usados como ponto de partida para o proposto no terceiro objetivo.

-Justificar através da análise da evolução Morfológica e Urbanística da cidade do Porto a sua classificação pela UNESCO, como um conjunto histórico representativo de uma(s) etapa(s) da historia da humanidade

Este objetivo pretende relacionar a classificação do Centro Histórico do Porto, como Património Mundial, em especial o critério na qual esta classificação se baseia com a evolução morfológica da referida cidade, procurando compreender a seleção desse critério.

Na sua análise, será fundamental, tanto a documentação escrita, como a gráfica, com que se poderá compreender a importância que a evolução morfológica teve tanto para os casos de estudo, como para o Centro Histórico do Porto.

Por este motivo, será utilizada a informação proveniente de outras áreas de conhecimento, como a etimologia, geografia e a história, entre outras, com a finalidade de convergir posteriormente no estudo das capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto.

-Definir orientações para a revalorização das capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto.

Este objetivo compõe o passo final desta dissertação. Procura-se, usando o património Religioso do Centro Histórico do Porto como elemento de análise, e mais concretamente, o caso das da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto, abordar os princípios de ação recomendados para se estabelecer uma serie de orientações para a revalorização social e arquitetónica destas capelas.

Estas orientações servirão para lançar possíveis caminhos para a revalorização das capelas sem ir em contra à autenticidade do modelo predominante nas imediações das capelas e sem anular o papel das comissões fabriqueiras que têm zelado pelas Capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto.

1.3. Estado da Arte

A atualidade do contexto cultural e patrimonial do Centro Histórico do Porto, a partir da sua nomeação de Património Mundial, bem como o elemento afetivo associado ao estudo académico em curso, resultaram numa proposta de investigação original, inovadora e singular da temática enquadrada. Original pelo facto de não haver até ao momento, conforme resultado da procura nos diversos centros de documentação, nas bibliotecas académicas visitadas, ou nos vários repositórios abertos das universidades portuguesas, estudos similares ao agora proposto, ou seja, em ligação direta às Capelas da Muralha Fernandina.

Inovadora, pois permite aliar ao tema enunciado não só uma análise ponderada sobre o desenvolvimento urbano da cidade ao longo dos últimos séculos, como na identificação de novas potencialidades na conservação patrimonial, assunto que se encontra na ordem do dia nas preocupações das cidades.

Singular, pois resulta também do estudo de uma análise comparativa de várias realidades de edifícios similares com algumas características idênticas nalguns aspetos da sua revalorização.

A problemática em causa é uma questão não muito tratada em estudos académicos, no que se relaciona diretamente às potencialidades da revalorização do património religioso, nomeadamente as Capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto, na alteração de estratégias da sua revalorização, por exemplo, ao nível dos equipamentos criados, bem como no restante património religioso.

Existe um conjunto de investigações académicas de teor documental publicadas por organismos como o IRHU e Porto Vivo, sob a forma de apresentações, relatórios, estudos científicos ou de investigação, mas que, não obstante, abordam matérias muito específicas, nomeadamente em aspetos económicos, sociais, turísticos e patrimoniais, logo pouco práticas quando se pretende estudar a arquitetura e revalorização, especialmente ao nível de um Centro histórico, classificado como Património Mundial pela UNESCO.

No âmbito de investigações académicas, existem Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutoramento, que incidem sobre estruturas e monumentos religiosos inseridos em contexto urbano da cidade do Porto tais como as investigações de Resende (2008), Silva (n.d.) e Sousa (2000), no entanto, não incidem de forma direta na relação do monumento com os critérios de revalorização definidos pela UNESCO.

Na identificação de critérios de Conservação e Revalorização do Património, surgem como referências em Convenções e cartas internacionais de Reabilitação do Património, tais como as recomendações do ICOMOS (2004), a Carta de Veneza (1995), a Carta de Paris (1972) ou a Carta de Atenas (1931), na qual refere os princípios e regras de Conservação e autores como Aguiar (2002), entre outros documentos que serão aqui analisados.

Neste processo de definição de Critérios de Classificação, Critérios de Conservação e às Orientações para a revalorização, já é mais fácil encontrar bibliografia específica. Estes temas encontram-se tratados por autores como Barbosa e Cunha (1998), Feilden (1992), Arshet (1994) ou Aguiar (2002) que os definem e os conceptualizam. Os textos de Lynch (1998), Choay (2010) e Marc (2003), abordam as diferentes perspetivas dos efeitos das políticas de Reabilitação do Património Histórico que se tornou “(...) numa das palavras chaves da tribo mediática: ela remete para uma instituição, para uma mentalidade e para uma plástica (...)” (Choay, 2010, p.11).

A Contextualização e análise do Património do Centro Histórico do Porto e das Capelas da Muralha Fernandina são, por sua vez, tratados por autores como Monteiro (1954), Ramos (1996), Loza (1998), Pereira (1994) que abordam os valores e marcos que fundamentam a relação entre Cidade e Património.

O interesse que revela ao abordar as estratégias de revalorização das Capelas da Muralha Fernandina do Porto, manifesta-se na existência de pareceres associados a este tema, que juntamente com o conhecimento da realidade de outros centros históricos, permite compreender os impactos pós-revalorização para as comunidades periféricas às capelas.

Apesar de escassa a combinação das fontes bibliográficas com outro tipo de fontes, descritas no apartado de metodologia, possibilitam um contributo à

reflexão sobre a estratégia de revalorização deste património tão singular da cidade do Porto, perspetivando uma ação no contexto da Muralha Fernandina que perdure e seja uma mais-valia para quem visite, viva e trabalhe e no Centro histórico da cidade do Porto.

1.4. Estruturação de conteúdos

Com base nos objetivos propostos e na metodologia a seguir, a presente dissertação é estruturada nos seguintes capítulos:

- Capítulo I.

O capítulo de introdução centra-se na apresentação do trabalho, e está dividido em vários tópicos. O primeiro dos quais se refere à identificação e justificação da problemática, bem como as motivações que justificam a escolha da mesma. Subsequentemente menciona-se a finalidade e os objetivos a que se pretende responder ao longo da investigação. Finalmente, apresenta-se o estado da arte e a estruturação dos conteúdos.

- Capítulo II.

O seguinte capítulo é centrado na metodologia utilizada para dar resposta aos objetivos propostos na introdução, sendo abordada de forma mais específica, a recolha de dados, a análise destes mesmos dados e os critérios de seleção dos casos de estudo.

- Capítulo III.

Antes de se ter podido fazer qualquer análise ou de um Estudo de Caso, teve que se fazer uma abordagem aos critérios e princípios propostos pela UNESCO para a conservação, salvaguarda e revalorização.

Este Capítulo apresenta assim os principais textos de referência internacionais, sobre estas questões, cobrindo os vários aspetos da proteção do

património cultural, nomeadamente a sua identificação e inventariação.

Estes critérios de Ação da zona protegida como Património Mundial, fazem a ponte, tanto para os Organismos Internacionais de Proteção do Património, UNESCO e ICOMOS, como para as recomendações sobre os Princípios de Ação, ou seja, as Cartas Internacionais, as quais são abordadas neste capítulo.

- Capítulo IV.

O quarto capítulo aborda a Evolução Urbana do Centro Histórico do Porto, tratando dos seus conceitos relacionados com o percurso urbanístico e morfológico, desde as origens do Burgo até à inscrição do Centro Histórico do Porto na lista de Património Mundial, procurando compreender os critérios que serviram de base à sua inscrição.

Ainda neste capítulo, identifica-se o valor universal excecional que representa a Muralha Fernandina do Cento Histórico do Porto, elaborando uma comparação sobre os conceitos expressos nas normas e nas estratégias de proteção do referido Centro Histórico.

Posteriormente especificar-se-á os seus valores e delimitação tendo como objeto a malha urbana medieval consolidada na Muralha Fernandina.

Nesta fase torna-se fundamental identificar os critérios de Ação da zona protegida como Património Mundial abordando a Legislação Internacional, a Legislação Nacional e os Organismos Municipais.

Por fim, a sintetizam-se os critérios de classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial.

- Capítulo V.

O capítulo V, na qual aborda as capelas da Muralha Fernandina, será estruturado em três partes de análise, correspondendo a conteúdos diferenciados mas que se interpolam entre si.

Em primeiro lugar uma contextualização sobre o conceito de Capela e a sua Terminologia, compreendendo o alcance da palavra «Capela», na qual, existe a necessidade de definir o seu termo e determinar em que contextos se aplica.

Em segundo lugar, será apresentada a análise individual dos casos de estudo, de modo a identificar os elementos que estruturaram a transformação e conservação das capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto.

E por ultimo a análise comparativa na qual se realizará uma interpretação critica dos resultados obtidos. Esta secção seguirá um discurso do geral para o particular, partindo desde a análise arquitetónica até á análise histórica. Por último, procurar-se-á identificar se a situação foge, ou não, ao controlo dos organismos de que tutelam o património da Muralha Fernandina do Porto.

- Capítulo VI.

Por fim, no capítulo de conclusões apresentam-se as considerações finais com respeito ao corpo de texto. Neste ponto, irá ser estabelecida uma síntese dos principais elementos estruturadores da análise histórica e arquitetónica, verificando a resposta aos objetivos.

Assim mesmo, será estabelecido um fio condutor entre os capítulos III, IV e V, dando resposta às orientações para a revalorização futura das capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto, respondendo aos objetivos propostos nesta introdução.

2. Metodologia

2. Metodologia

Este capítulo visa um estudo de caso baseado numa investigação do tipo histórica, descritiva e documental através de fontes primárias na análise dos dados, combinado com métodos analíticos qualitativos. Portanto, a metodologia baseia-se na utilização de uma série de conceitos históricos, princípios e metodologias aplicados no caso do Centro histórico do Porto classificado pela UNESCO.

Partindo de uma fundamentação teórica servirá de base para a posterior realização da dissertação, a ser referido no capítulo teórico. A estrutura marcada na análise histórica e teórica, seguirá uma linha temporal que assentará as diferentes partes do trabalho.

2.1.Recolha de dados

No decorrer da investigação, tentou-se recolher o máximo de informações rigorosas e específicas, utilizando-se os métodos de recolha de dados abaixo reunidos.

Recolha documental

Uma das tarefas essenciais da investigação foi a compilação de material documental relevante para a Dissertação de Mestrado.

Em primeiro lugar realizou-se uma investigação bibliográfica, seguindo as orientações definidas por Albarello (1997) com o objetivo de considerar o quadro teórico onde se basearia a dissertação.

Através da citada investigação encontraram-se publicações feitas por autores reconhecidos no âmbito da arquitetura, nas quais estão contidos muitos dos principais pontos que intervêm na definição e desenvolvimento desta dissertação, procurando as seguintes palavras-chave: capela; centro histórico do Porto; conservação; princípios de ação; revalorização; morfologia; património e UNESCO.

Igualmente se incluem informações de diversa índole, constando fontes formais, como os arquivos históricos municipais e distritais, até aos mais informais, tais como revistas, imprensa local e repositórios online (Albarello, 1997).

Fotografia, levantamento à mão levantada e desenho técnico

Estas ferramentas completam as observações e as reflexões da observação direta, embora o desenho tenha sido sempre um meio de registo muito valorizado na investigação, em especial no âmbito da arquitetura, a fotografia também é, com o seu notório objetivo de congelar a realidade existente (Bodgan & Biklen, 1994), uma ferramenta de análise extremamente útil.

Para compreender a evolução morfológica e para caracterizar espacial e arquitetonicamente as capelas da Muralha Fernandina.

Observação Direta

Para o apropriado conhecimento dos elementos inventariados realizou-se um trabalho de campo no Centro Histórico do Porto, seguindo técnicas de observação direta, com critérios suficientes para apreciar os dados recolhidos (Estrella, 1990).

A utilização destas técnicas permite ao investigador a conexão e interação com o objeto de estudo, (Estrella, 1990).

Desta forma, através do trabalho realizado no local, foi possível efetuar uma confrontação teórico-prática, na que se contrasta sobre o terreno a aplicação dos princípios teóricos, permitindo valorizar certos aspetos e esclarecer outros.

Na presente dissertação a utilização da Observação direta foi relevante para a relação entre os critérios de classificação, definidos do pontos de vista teórico e a realidade patrimonial do Centro Histórico do Porto.

Casos de Estudo

O inventário constitui uma ferramenta onde se agrupam sistematicamente as informações pertinentes sobre o conjunto dos imóveis a serem levantados e a informação individualizada de cada Capela que permitirá conhecer as características mais relevantes destas.

As fichas de trabalho podem-se definir como um documento onde o investigador anota os dados recolhidos, relacionados com a observação direta. Trata-se de uma memória da investigação, na qual permite compor uma recolção do conjunto patrimonial referido

O modelo de ficha aplicado nesta dissertação divide-se em três partes:

A primeira apresenta as informações de carácter geral, como localidade, zona de proteção, localização. São reunidas as informações do primeiro e atual proprietário da capela, do uso original e atual da mesma e o registo da sua construção.

Por fim estão incluídos os planos de situação e localização. As fotografias incluem-se no sétimo ponto, conjuntamente com a planta de localização do edifício.

A segunda parte congrega anotações de carácter relevante, como a distribuição espacial, materiais, técnicas, etc. Refere-se ainda o estado atual da construção, o seu nível de conservação, os danos sofridos, as alterações na estrutura e as patologias do edifício em questão.

A terceira parte congrega as notas de capo e algumas observações pontuais, como por exemplo, dados sobre referências históricas e detalhes que revelem informação suplementar para a análise das capelas. Na sua continuação é tratado o contexto social, turístico e comercial da envolvente da capela, tal como informações adicionais que possam ser importantes para a sua análise.

2.2. Critérios de Seleção dos casos de estudo

Antes de se ter podido fazer qualquer Estudo de Caso, houve que definir critérios de seleção dos mesmos: a Terminologia e a Definição do seu Espaço Interior.

Começando pelo primeiro critério, a palavra capela, muitas vezes se confunde com o seu espaço interno, mas na verdade abarca muitos outros aspetos que a mera definição de “Pequeno Templo”, como se explica no capítulo 6 (Barata, 1999).

O mesmo é adaptado ao seu espaço interno, pois para a elaboração de um estudo de revalorização é necessário saber previamente se o espaço do “Pequeno Templo”, apresenta as valências necessárias para o seu estudo.

O Património que estes detêm também foi um fator muito importante para a escolha dos Casos de Estudo, conseguindo abranger e suportar a valorização e definição de Bem Patrimonial.

Assim, muitos edifícios que não se destacaram nem entraram nos parâmetros criados para a seleção dos Estudos de Caso, fazendo assim uma lista criteriosa dos Edifícios que se vai estudar (Yin, 2003).

Com Base na sua Terminologia

Terminologia é a análise que caracteriza ou delimita conceitos próprios de qualquer ciência, arte, profissão etc e a nomenclatura de cada um desses através de uma palavra ou vocábulo (Finatto, 2004).

Esta busca pela definição concreta da palavra capela, deveu-se pela enorme riqueza arquitetónica religiosa da Cidade do Porto, especialmente a presente na Muralha Fernandina. Constatou-se assim desde o início deste estudo a existência de um léxico enorme que abrangia o património religioso, essencialmente o não monumental.

Assim de forma resumida todas as distinções semânticas ou aproximações sinonímicas que são enumeradas, estão presentes em qualquer dicionário atual definindo Capela como *pequena igreja, com apenas um altar, subordinada a uma paróquia* (Villas & Capela, 2003).

Outro aspeto que é de importância extrema para a sua definição é a utilidade dada a estes edifícios, na qual ajuda a perceber a sua utilização diária no culto religioso que ainda hoje em dia é praticado na capela, na qual transforma totalmente a definição e aspeto do espaço do monumento referido. Apesar da utilização da designação capela ser bastante frequente, muitas não se enquadram nestas definições, por isso foram excluídas.

Com Base na Existência de Espaço Interno

A presença de um espaço interno que permita uma adequação às necessidades da sociedade atual é o segundo critério de seleção das Capelas, na qual embora existissem de acordo com o primeiro critério de seleção mais do que 6 Casos de Estudo dentro da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto, nem todas apresentaram espaço interno que possibilite futuras intervenções, ou em outros casos, apresentavam a inexistência de um espaço com capacidade estrutural que possibilitasse uma revalorização, por exemplo a Capela de São José das Taipas (Villas & Capela, 2003).

A riqueza arquitetónica de alguns templos também foi fator de escolha, tentando buscar elementos que identificassem a sua riqueza e valor patrimonial de modo a não ofuscar com intervenções desnecessárias para o futuro funcionamentos destas.

Por fim, como em cima se referiu, muitos destes templos, ainda hoje tem atividade religiosa, a escolha dos Casos de Estudo tiveram como alento de análise a possibilidade da existência de dois serviços ao mesmo tempo. O serviço litúrgico, destinado às populações locais e o proposto na sua revalorização, podendo ser destinado à população local como ao Turismo, ponto forte na economia da Cidade do Porto (Porto Vivo, 2005).

2.3. Análise de dados

Para o tratamento da informação, utilizou-se um processo de análise e síntese em que se combinam diferentes técnicas e ferramentas de investigação desenvolvendo-se em quatro níveis que se enlaçam entre si.

Teórico-Conceptual

Numa primeira fase desenvolvem-se os termos gerais, conceptuais e definições que enquadram o objeto de estudo, servindo de base para a posterior caracterização das Capelas. Na análise teórico-conceptual foram seguidos os princípios enunciados por Quivy e Campnhoudt (1992).

Interpretativa-Analítica

Sobre esta base teórica é realizado um processo de análise interpretativo individual através de inventários, o que permitirá a continuação para o seguinte nível no qual se cruzam os resultados obtidos mediante ambos os processos, gerando uma análise geral qualitativa (Lessard-Hébert, et al., 1994).

O estudo pormenorizado de cada Capela, com a sua descrição detalhada possibilita fazer uma descrição dos sistemas construtivos, dos materiais empregues, da distribuição, dos usos e da volumetria. Alguns dos aspetos repetem-se de forma sistemática em todas elas e facilitam a investigação na hora de criar um perfil tipológico claro do conjunto (Yin, 2003).

Aquando da comparação das fichas, seguindo o método proposto por Estrella (1990) facilmente se permite definir uma classificação tipológica da capela, quantificar o número de inventários, identificar os recursos comum, as circunstâncias que as afetaram e a sua identificação a um património específico.

Deste modo, os inventários cobrem um papel fundamental pela sua condição de conjuntos documentais, que feita a leitura da ficha individual, servem para refletir a globalidade contextualizada do conjunto do bem cultural, etnográfico e arquitetónico (Yin, 2003).

Produtiva

Nesta fase, o conhecimento da investigação está sujeito, em grande parte, aos dados que se retiram da análise científica. Os passos agrupam-se, estruturam-se e obtêm-se resultados mediante o cruzamento das informações qualitativas.

. A classificação tipológica das capelas baseou-se em grande parte no seu espaço interno, dado que segundo Francisco Barata:

"(...)o Tipo, em arquitetura, é a estrutura conceptual, a Matriz de organização espacial que está presente, mesmo com distintas soluções formais, num determinado conjunto de obras que se selecionaram com um objetivo específico(...)" (Barata, 1999, p.52)

Além disso, ao quantificar o número de edifícios, a sua interpretação permitirá criar um perfil tipo, mas também, descobrir as circunstâncias que afetam os recursos comuns entre as várias Capelas (Lessard-Hébert, et al., 1994).

Reflexiva

Uma vez cumprida a etapa anterior, prossegue-se para a avaliação final sobre o conhecimento global gerado, que oferece a possibilidade de obter algumas reflexões (Quivy; Campnhoudt, 1992), dando resposta aos objetivos enunciados.



Figura 2.

Esquema das metodologias aplicadas.

Esquema do Autor

3.Fundamentação Teórica

3.1. Evolução dos Princípios de Conservação do Património

Organismos de Maior Representatividade

Criada após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Nova Iorque, é atualmente o organismo internacional de maior importância e representatividade.

Logo em 1945, a ONU criou a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), com sede em Paris, a qual tem por missão «contribuir para a manutenção da paz e da segurança ao afilar, pela educação, pela ciência e pela cultura, a cooperação entre as Nações, a fim de certificar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais (Comissão Nacional da UNESCO, 1980).

No âmbito das suas prerrogativas, a UNESCO recebe a contribuição de organizações não-governamentais, como o ICOM (International Council of Museums — Conselho Internacional dos Museus) e o ICOMOS (International Council on Monuments and Sites — Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios). É ainda de referir que, sob os preâmbulos da UNESCO, foi criado em 1959 o ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and the Restoration of Cultural Property (Comissão Nacional da UNESCO, 1980).

O ICCROM é uma estrutura internacional, intergovernamental, à qual pertencem atualmente mais de cem países, entre os quais Portugal que aderiu em 1967, e à qual estão associadas diversas instituições internacionais. A sua sede é em Roma. Dos objetivos do ICCROM destaca-se o de fomentar a troca de informação, sobre conservação e restauro, entre os peritos de todos os países (Galhardo, 1996).

O ICOMOS, com sede em Paris, é uma organização não-governamental, criada em 1965, que agrupa pessoas e instituições que trabalham no âmbito da conservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos. Os seus objetivos são, conforme o definido nos estatutos, a proteção, a utilização e a valorização dos

monumentos, conjuntos e sítios. O ICOMOS tem desempenhado junto da UNESCO um papel importante, de consultoria, nomeadamente no âmbito da elaboração da Lista do Património Mundial e na preparação de diversas recomendações (Lopes, 2012). Em Portugal, O ICOMOS possui uma Comissão Nacional, a par de cerca de uma centena de comissões de outros países em todo o mundo.

No âmbito do Conselho Europa, foi assinada em Paris, a 19 de dezembro de 1954 a Convenção Cultural Europeia. Esta convenção está na origem de todos os posteriores estudos, reflexões e recomendações desenvolvidos no seio do Conselho da Europa. Os Estados que aderiram a esta Convenção assumiram o compromisso da adoção “(...) de medidas adequadas para salvaguardar e fomentar o desenvolvimento da sua contribuição para o património cultural comum da Europa (...)” (Ferreira, 1992, p. 140).

O Conselho da Europa, com sede em Estrasburgo, está na origem, sobretudo a partir de 1970, de novos princípios e filosofias de abordagem do património, que defendem uma visão que se tem alargado progressivamente. Os novos conceitos englobam, não só os grandes monumentos históricos (catedrais, palácios, castelos) mas também todas as componentes do ambiente humanizado e edificado (centros históricos, conjuntos rurais, património de interesse técnico e industrial, arquitetura dos séculos XIX e XX, etc.) (Carneiro, 1979).

Dicotomia entre Desenvolvimento e Preservação (valores)

No período posterior à Segunda Guerra Mundial assistiu-se a um grande desenvolvimento económico com um acentuar da industrialização e da urbanização. Este fenómeno generalizado, se bem que essencial ao desenvolvimento dos povos provocou, em muitos locais, a destruição de testemunhos do passado, com importância artística, histórica ou científica (Ceshi, 1970).

A Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas adotada pela UNESCO, em 1968, incentiva os Estados membros a “(...) harmonizar a preservação do património cultural com as

mudanças exigidas pelo desenvolvimento social e económico (...)” ((Lopes & Correia, 2014, p,17).

Partindo de alguns princípios gerais, tais como: a necessidade de atualização dos inventários dos bens culturais; a determinação da importância relativa dos bens ameaçados (Ceshi, 1970); a identificação do contexto dos bens culturais imóveis e dos conjuntos arquitetónicos como áreas a preservar e a tipificação das obras que podem causar a destruição de vestígios arquitetónicos e arqueológicos, a Recomendação identifica nove medidas de proteção (legislativas, financeiras, administrativas, técnicas e educativas) destinadas a assegurar a preservação ou o resgate dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas (Rodwell, 1975).

A maioria das medidas legislativas propostas pela UNESCO foram adotadas por muitos Estados, sobretudo europeus. Apesar de algumas ações exemplares realizadas neste domínio, continua a ser muito difícil garantir o financiamento das ações mais complexas ou excepcionalmente dispendiosas de preservação e resgate do património arquitetónico e arqueológico ameaçado por obras públicas ou privadas (Comissão Nacional da UNESCO, 1980).

O tema do património mundial, foi recuperado pela UNESCO, na sequência das campanhas de resgate dos monumentos da Núbia (Monjardino, 1986a).

O seu êxito levou à concretização de outras campanhas noutros países e, após a realização de uma conferência em Washington, em 1965, onde se recomendava a criação de um fundo monetário para o património mundial, levou à aprovação, em 1972, da Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural (Monjardino, 1986a).

A Convenção do Património Mundial, como também é chamada, é o mais popular documento normativo da UNESCO, não só pela adesão de Estados à Convenção (190 dos 195 Estados membros da UNESCO) (Jokilehto, 1996).

Aprovada pela UNESCO. Pretendeu estabelecer um sistema eficaz de proteção coletiva (à escala planetária) do património cultural e natural de valor universal excepcional (CNU, 1992).

Os primeiros doze bens, de sete países, foram inscritos na Lista do Património Mundial em setembro de 1978. Presentemente, mais do que benefícios diretos (financeiros e técnicos) provenientes da UNESCO, os governos de todo o mundo, ao desenvolverem esforços para incluir monumentos e sítios na Lista do Património Mundial, esperam obter prestígio e projeção internacional (CNU, 1992).

A Lista da UNESCO contava, em 2013, com 981 bens inscritos (759 bens culturais, 193 bens naturais e 29 bens mistos, situados em 160 Estados), entre os quais se incluem os 15 bens portugueses que se indicam (referindo-se as respetivas datas de inscrição) (Lopes & Correia, 2014).



Figura 3.1

Quadro-síntese do património português classificado pela UNESCO.

Quadro do Autor, baseado em Lopes & Correia (2014.)

A Convenção considera a cultura humana e a natureza como valores indissociáveis e parte da ideia de que há determinado património cultural e/ou natural, de uma região ou de um país, que tem um valor excepcional, não só para a respetiva comunidade, como para todos os povos do mundo. Criou uma lista, que aumenta anualmente, onde estão inscritos os monumentos e os sítios considerados mais significativos, segundo determinados critérios (Jokilehto, 1996).

Ao longo dos últimos anos, estes critérios têm sido objeto de profunda reflexão — o critério da autenticidade tem sido um dos mais discutidos e iniciou o Documento de Nara (1994) — atualmente o âmbito conceptual de património vai do monumento isolado aos conjuntos edificados e às paisagens culturais e abarca certos aspetos imateriais ou intangíveis da presença humana sobre a Terra (Lopes & Correia, 2004). A UNESCO avançou com outras quatro convenções no âmbito do património.

Não pode deixar de ser referido um momento de particular visibilidade do Conselho da Europa que foi o Ano Europeu do Património Arquitetónico, em 1975. Este Ano Europeu ficou marcado pela chamada de atenção para o ritmo acelerado de destruição a que o património está cada vez mais sujeito e pela divulgação do conceito de «*conservação integrada*», tal como vem explicado na Carta Europeia do Património Arquitetónico e na Declaração de Amesterdão (Lopes & Correia, 2014).

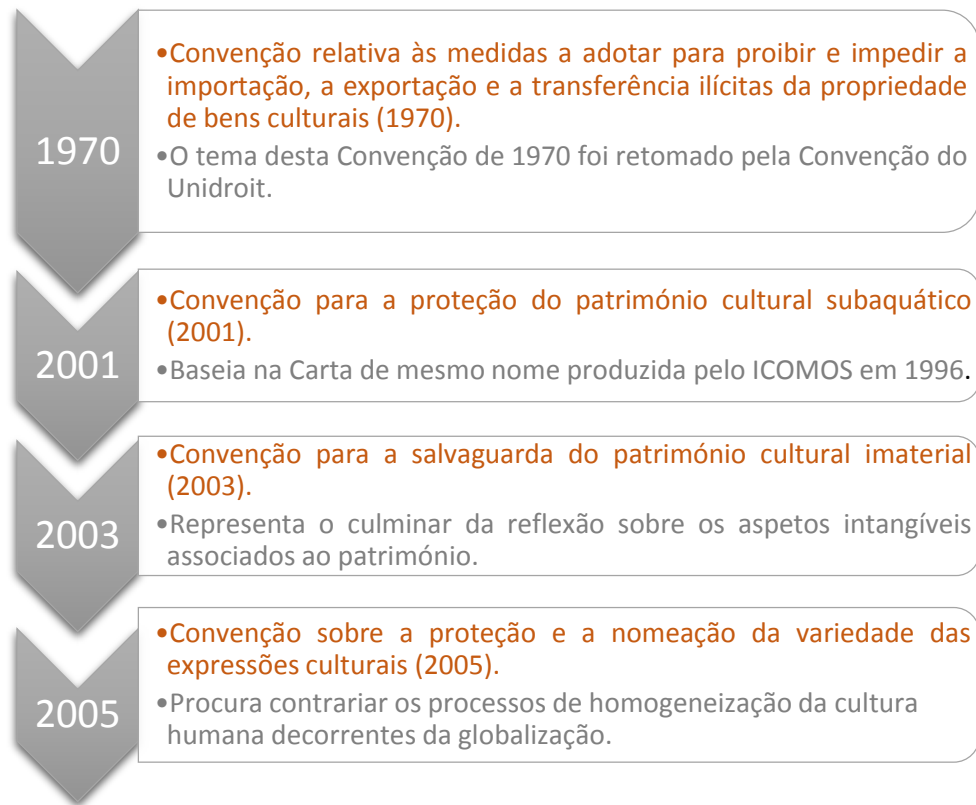


Figura 3.2

Quadro-síntese das convenções da UNESCO, no âmbito do Património.

Quadro do Autor, baseado em Lopes & Correia (2004).

O Conselho da Europa tem dedicado numerosos atos normativos a aspetos particulares de património, desde os métodos de inventário (1966), a arquitetura rural e o ordenamento do território (1977), a arqueologia industrial (1979), aos ofícios tradicionais da construção (1981), a introdução de arquitetura contemporânea em centros históricos (1983), a arquitetura do século XX (1991) e à conservação de antigos locais de espetáculos (1997). O Conselho da Europa tem sensibilizado a opinião pública através de iniciativas sucessivas, como sejam as cinco Confrontações (A, B, C, D e E) realizadas entre 1965 e 1968, a Campanha Europeia para o Renascimento da Cidade, em 1981, e as Jornadas Europeias do Património, desde 1991 — estas últimas organizadas conjuntamente com a União Europeia (Lopes & Correia, 2014).

Alargamento do Conceito de Património

Perante a destruição de monumentos históricos, com valor artístico e cultura durante a II Guerra Mundial, surgiu a necessidade de inovar em relação à conservação com intervenção mínima dos princípios da Carta de Atenas (Lopes & Flávio; Correia & Brito, 2004).

Aplicaram-se, então os princípios do restauro crítico de Cesare Brandi, um dos protagonistas das teorias de recuperação e restauro. Preocupa-se com o problema e trabalha no sentido de ampliar o conceito, de modo a adaptar-se às novas exigências. As suas ideias sobre o assunto, foram conhecidas como restauro crítico, argumentando que os valores artísticos superam o histórico (Brandi, 1998).

Na carta de Veneza de 1964 refere-se a necessidade de manutenção periódica dos edifícios e distribuição funcional da utilidade social. No entanto, a Carta de Amesterdão ou a Carta Europeia do Património Arquitetónico, adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa a 26 Setembro de 1975, acrescenta a chamada conservação integrada. Este conceito traduz o trabalho dos técnicos de restauro que juntos tentam encontrar a função apropriada em cada caso, com o apoio de resultados financeiros, administrativos, técnicos e jurídicos (Carta de Amesterdão, 1975).

Mais recentemente, a constatação de que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não só pelos motivos tradicionais de degradação, mas igualmente pelo desenvolvimento da vida social e económica que as exacerba através e fenómenos de mudança ou de eliminação ainda mais importantes. Argumentando que o desgaste ou a ausência de um bem do património cultural e natural constitui uma indignação efetiva do património de todos os povos do mundo (Lopes & Correia, 2014).

A causa de que a proteção de tal património à escala nacional é na maior parte das vezes diminuta, devido à dimensão dos meios que são indispensáveis para o efeito e da insuficiência de recursos económicos, científicos e técnicos do país no território do qual se depara o bem a salvaguardar.

Recordando que o Ato Constitutivo da UNESCO antecipa a ajuda à conservação, avanço e divulgação do saber, diligenciando a conservação e proteção do património universal e aconselhando aos povos empenhados nas convenções internacionais concluídas para tal efeito (UNESCO, 1972).

Considerando que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstram a importância que constitui, para todos os povos do mundo, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam.

Determinados bens do património cultural e natural revestem-se de excepcional interesse e carecem de preservação e proteção como elementos do património mundial da humanidade no seu todo (Lopes, 2012).

Considera-se assim, que, diante da extensão e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, incumbe à coletividade internacional, comunicar na proteção do património cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a cedência de uma assistência coletiva, pois sem se substituir à ação do Estado interessado a complete de forma eficaz;

Deste modo torna-se insubstituível a adoção da Convenção Património Mundial, Paris, (UNESCO, 1972).

Segundo o Artigo 1.º desta convenção, a noção de património subdivide-se em 3 categorias, monumentos, conjuntos e locais de interesse (UNESCO, 1972):

(1). Os monumentos: Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, constituintes de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

(2). Os conjuntos: Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência (UNESCO, 1972).

(3). Os locais de interesse: Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico,

com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (Ferreira, 1992).

Um dos maiores avanços teóricos e normativos, em matéria de proteção do património arquitetónico, foi o abandono dos princípios da proteção isolada de monumentos, para passar a abranger o tecido urbano ou a paisagem rural que os circunda (Ferreira, 1992).

Por outro lado, o visível fracasso de grande parte das intervenções urbanísticas que suportaram o crescimento acelerado das cidades, despontou um novo sentido de exigência e uma nova esperança: a revitalização dos centros urbanos antigos, com a reutilização do património edificado existente, e a manutenção da ambiência social dos bairros históricos (Ferreira, 1992).

Para abordar os conceitos em debate nas décadas de 1970 e 1980, centra-se a atenção em dois textos:

A Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea, (1976), e a Carta Internacional Sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas (1987) (Lopes & Figueira, 1996).

Na Recomendação de 1976 assume especial interesse a clarificação de conceitos tais como, conjunto histórico ou salvaguarda.

Considera-se conjunto histórico todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogéneos, os quais deverão, regra geral, ser cuidadosamente conservados sem alterações. Entende-se por salvaguarda a identificação, a proteção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos e do seu enquadramento (Monjardino, 1986b).

A recomendação reconhece a rapidez das transformações económicas e sociais, constata a universalidade das técnicas de construção e das formas arquitetónicas e conclui que, para evitar a descaracterização ambiental e desenvolver os valores culturais e sociais de cada nação, é necessário promover a salvaguarda dos conjuntos históricos (Monjardino, 1986b).

Onze anos depois, a Carta sobre a salvaguarda das cidades históricas reconhece que a situação é, por vezes, dramática, com perdas irreversíveis nas cidades históricas que estão a ser alteradas cultural, social e economicamente (Passos, 1988) e propõe medidas e instrumentos concretos de atuação, nomeadamente a figura de plano de salvaguarda. Reconhece-se, por outro lado, que a salvaguarda das cidades e bairros históricos:

(...) deve, para ser eficaz, integrar-se numa política coerente de desenvolvimento económico e social e ser tomada em consideração em todos os níveis do planeamento territorial e do urbanismo». Ultrapassa-se o nível de preocupação sobre o monumento ou sobre a estrutura física, para abarcar (...) (Passos, 1988, p.31).

As relações entre a cidade e o ambiente envolvente natural ou criado pelo homem e para tentar preservar as diferentes funções da cidade, adquiridas ao longo da sua história.

Apesar da Carta de Veneza ter clarificado que a preservação dos conjuntos arquitetónicos se baseia em necessidades diferentes das apresentadas pelo contexto dos monumentos, continua a assistir-se a atuações nesses dois âmbitos espaciais baseadas em pressupostos pouco diferenciados. O erro mais comum consiste em considerar o contexto do património arquitetónico, ou do património arqueológico, como uma área possuidora de valores próprios exigindo medidas de proteção idênticas às que são aplicadas aos conjuntos arquitetónicos (Toman, 1994).

Atento a esta situação, e também porque se mostrava útil criar consensos sobre a atuação no contexto do património arquitetónico e arqueológico, o ICOMOS aprovou, em 2005, a Declaração sobre a conservação do contexto dos

monumentos, sítios e áreas de interesse cultural. Nesta Declaração define-se contexto de um monumento, sítio ou área de interesse cultural como o meio, próximo ou distante, que participa e contribui para o seu significado e singularidade e abordam-se as medidas práticas para o seu estudo, interpretação, delimitação e gestão (ICOMOS, 2005).

Em 2011, a Recomendação sobre as paisagens urbanas históricas (UNESCO) e os Princípios de La Valetta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos históricos (ICOMOS) procederam a uma atualização das abordagens contidas em anteriores recomendações desses organismos internacionais, reconhecendo que os problemas do património histórico abrangem a escala do território e não apenas a escala do conjunto urbano (Lopes & Correia, 2014).

A Recomendação da UNESCO propõe uma nova identidade cultural, a paisagem urbana histórica, esclarecendo que este conceito transcende a noção de centro histórico ou conjunto histórico para passar a incluir o contexto urbano mais abrangente, bem como o respetivo meio geográfico (Toman, 1994).

As novas estratégias de intervenção na paisagem urbana histórica têm por finalidade preservar a qualidade do ambiente humano, admitindo o seu carácter dinâmico e promovendo a diversidade funcional e social (Toman, 1994). O novo conceito de paisagem urbana histórica pretende motivar os Estados a formularem estratégias abrangentes de desenvolvimento sustentável tendo em conta as inter-relações entre as formas físicas, a organização e as conexões espaciais, os recursos naturais e ambientais e os valores sociais, culturais e económicos (Toman, 1994).

Nos Princípios de La Valetta o património é visto como um recurso integrado no ecossistema urbano, reconhecendo-se que “(...) os conjuntos históricos, enquanto organismos vivos, estão sujeitos a constantes mudanças (...)” (Conselho Europa, 1992, Artigo 2,) e que essa mudança pode constituir uma oportunidade para melhorar a qualidade das cidades. Para além dos valores materiais também são abordados os valores imateriais como a continuidade no tempo e a identidade, bem como os usos tradicionais do território urbano e o papel do espaço público (Lopes & Correia, 2014).

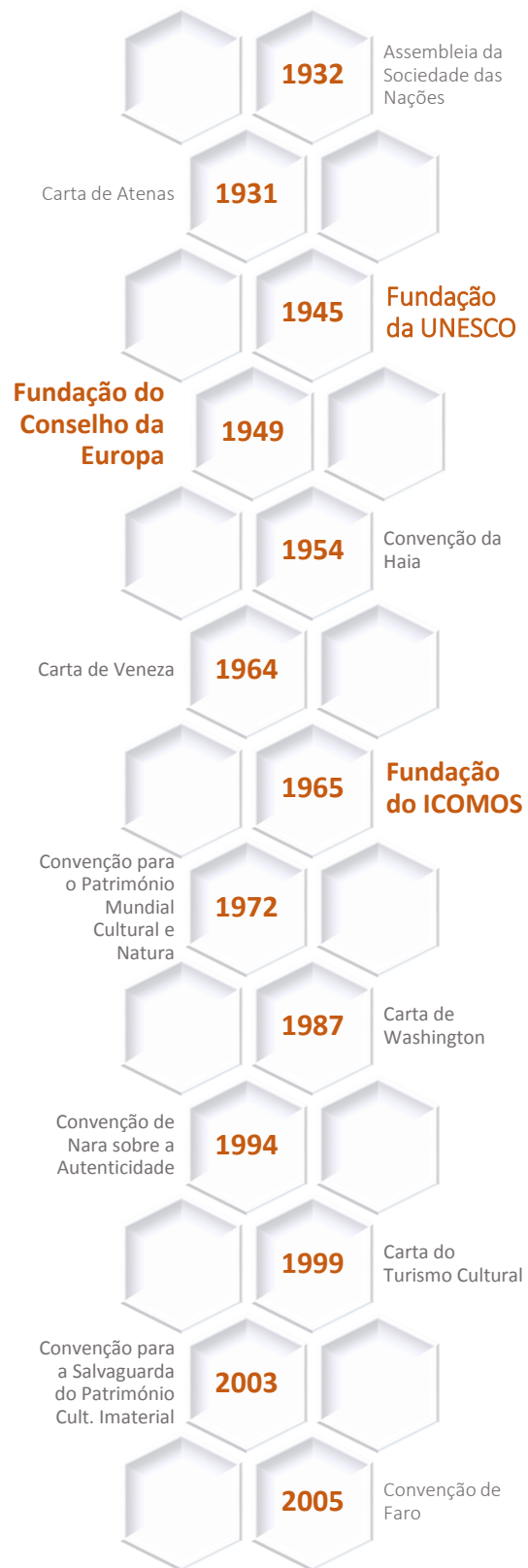


Figura 3.3

Quadro-síntese das correntes de intervenção.

Quadro do Autor

A rapidez das transformações urbanas, com um crescimento das cidades a um ritmo sem paralelo na história do homem, e as profundas alterações da paisagem rural, levam com que a UNESCO a reagir e a tentar reequacionar o seu futuro (Toman, 1994). Já não é apenas o culto das velhas pedras que move as comunidades no interesse que vêm manifestando pelas políticas patrimoniais. É antes uma luta vital de procura de um novo equilíbrio com o meio envolvente, natural ou construído (Jokilehto, 1996).

A Convenção europeia da paisagem, aprovada pelo Conselho da Europa em 2000, impulsionada pela UNESCO, enquadra-se nos novos conceitos que consideram que a paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural, contribuindo para o bem-estar humano (Lopes, 2012).

Este alargamento do conceito do património não abrange apenas os conjuntos históricos. Por exemplo, a Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial, aprovada pela UNESCO em 2003, reconhece a interdependência entre a preservação do património arquitetónico e arqueológico e o património cultural imaterial (Lopes & Correia, 2004). Relativamente ao valor do património cultural para a sociedade, aprovada pelo Conselho da Europa, em 2005, reconhece a necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural (Lopes, 2012).

Segundo a UNESCO, os meios humanos, técnicos e financeiros não surgem com a rapidez da produção intelectual. Um tão vasto alargamento da noção de património só poderá ser enfrentado, na prática, com um correspondente alargamento da participação da sociedade na construção de modelos mais humanos e ecológicos de desenvolvimento (Lopes & Correia, 2014).

Porém, à rapidez da evolução das abordagens e conceitos sobre o património, corresponde uma mais lenta alteração das práticas e ações concretas.

3.2. Princípios de Ação Patrimonial

As estratégias portuguesas de proteção do património, e todo o seu quadro legislativo das últimas décadas, têm-se baseado, nos acordos internacionais promovidos pelo Conselho da Europa e pelo ICOMOS, mas, especialmente pela UNESCO. Os textos internacionais com suma influência na Lei do Património Português e no exercício diário da conservação do património cultural são o resultado de convenções internacionais autenticadas (Lopes & Correia, 2014), particularmente:

(1) Convenção da Haia para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado (UNESCO, 1954);

(2) Convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa (Conselho da Europa, 1985);

(3) Convenção quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade (Conselho da Europa, 2005).



Figura 3.4

Quadro-síntese da estrutura da Legislação Portuguesa.

Quadro do Autor

Além destes documentos com carácter normativo, integrados na legislação portuguesa, deve-se, para os objetivos da presente dissertação, levar em linha de conta um outro conjunto de textos internacionais de referência que sugerem os critérios da UNESCO, a seguir nas diversas fases da proteção do património, especialmente a identificação e inventariação, o estudo científico, a proteção jurídica, a conservação física, a divulgação, a valorização e a gestão (Lopes & Correia, 2014), tendo ação direta sobre a Legislação Local.

De entre de inúmeros textos normativos produzidos pela UNESCO e subsequentemente pelo Conselho da Europa e pelo ICOMOS escolheram-se os de âmbito europeu e universal que tiveram, maior influência no meio português e no caso, no Centro Histórico do Porto classificado pela UNESCO.

Tendo presente a tendência europeia para a conciliação de valores entre os encargos com tutela sobre o património cultural e a Igreja Católica aborda-se os princípios práticos de colaboração neste campo de ação, recaindo sobre a Carta de Villa Vigoni sobre a proteção dos bens culturais da Igreja, de 1994. Considerando a sua direta relação com a prática profissional portuguesa de salvaguarda dos centros históricos (Aguiar, 2002).

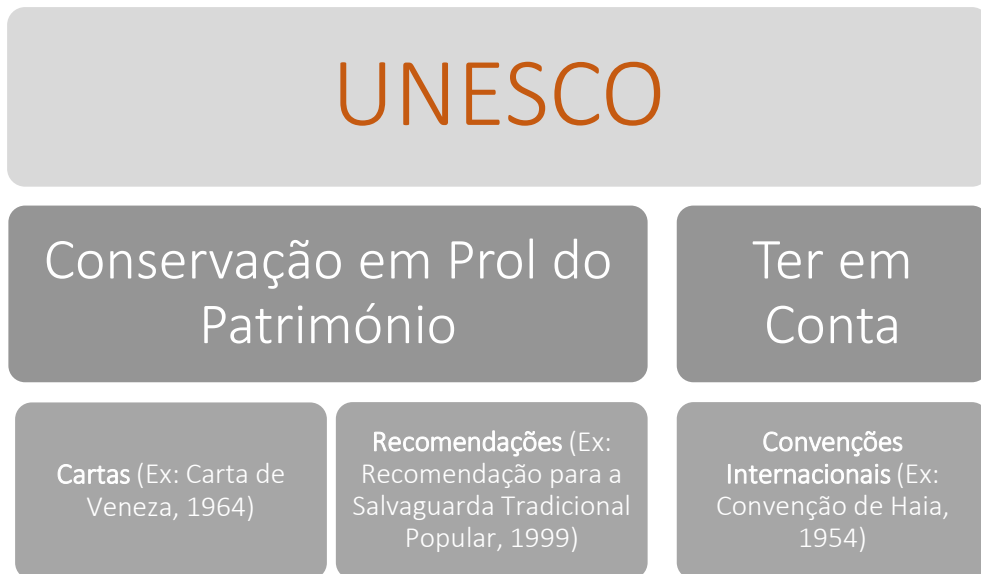


Figura 3.5

Quadro-síntese da base de estudo da UNESCO.

Quadro do Autor

3.2.1 Normativa Internacional

O planeamento de normas de âmbito internacional sobre a conservação do património arquitetónico é um fenómeno recente na História da conservação e reabilitação (Lopes, 2012).

Apesar de determinadas tentativas ocasionais, no final do séc. XIX e início do séc. XX, para instituir critérios de proteção de monumentos, aplicáveis internacionalmente, foi só depois da Primeira Guerra Mundial que surgiram as primeiras normas internacionais especificamente relativas à salvaguarda do património (Lopes & Correia, 2014).

De seguida aborda-se de forma muito sintética os antecedentes da legislação relacionada com a proteção do património, anterior ao século XIX, para de uma forma mais pormenorizada a evolução da legislação a partir desse século até à atualidade.

Antecedentes Legislativos

As primeiras normas sobre a proteção do património aparecem na Antiguidade, apesar de estas normas serem ainda raras, terem tido um efeito reduzido e se restringirem a um território limitado, existe registo de alguns exemplos, em especial da época romana, nomeadamente um Decreto de cerca de 44 d.C. descoberto na cidade de Herculano, Itália, e um Édito de 17 de julho de 389, dos imperadores Valentiniano, Teodósio e Arcádio (Riviera, 1997).

Durante toda a Idade Média continuam a ser insuficientes e de alcance muito restrito as normas protetoras do espólio edificado, podendo referir-se, como exemplo, que, em 1162, o Senado de Roma decreta que a coluna de Trajano não seja mutilada nem destruída, aplicando penas duras aos infratores (Riviera, 1997).

A partir do Renascimento assiste-se ao crescente retomar da preocupação legisladora, citando-se como exemplo a bula do Papa Martinho V de 30 de março de 1425, que cria o posto de *magister viarum* cujo cargo era restaurar as ruas, as

pontes, as portas, os muros e até certo ponto os edifícios importantes para a população de Roma, a bula do Papa Pio II *Cum almam nostram urbem*, de 28 de abril de 1462, contra a ruína de monumentos (Jokilehto, 1996).

Distintos Papas difundiram regras de proteção, incluindo organizações para evitar a utilização de partes de monumentos como materiais para a construção novas edificações ou a pilhagem de achados arqueológicos. Em outras regiões da península itálica surgiram também normas de proteção (Jokilehto, 1996).

Entre as leis, fora de Itália, que segundo Jokilehto (1996), foram pioneiras, no âmbito do património, encontram-se as seguintes:

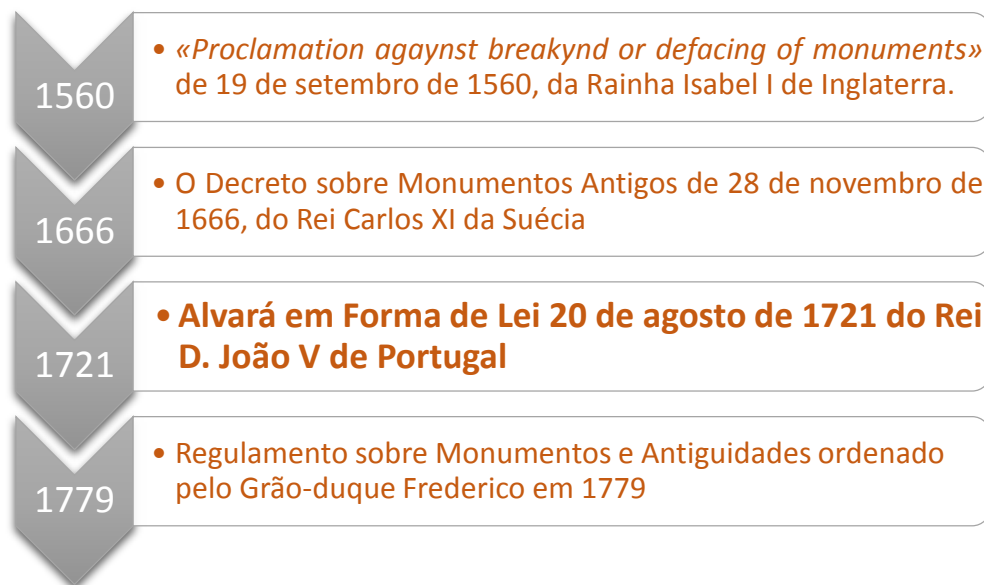


Figura 3.6

Quadro-síntese das leis pioneiras do âmbito do património segundo Boulting (1976).

Quadro do Autor

Deve-se referir que o Alvará de 1721 do Rei D. João V de Portugal (Carneiro, 1979), ao oposto da lei inglesa, que surge como reação à onda de ruína e destruição, subsequente à abolição das ordens religiosas, a lei portuguesa reflete o empenho do Estado no aprofundamento da compreensão da sua História.

Durante a Revolução Francesa (1789-95), consolidam-se uma série de princípios orientadores de políticas de defesa do património, com vista a parar as

numerosas e violentas destruições a que o país assistia. Os monumentos da história, da ciência e da arte passam a ser considerados património cultural da nação, sendo-lhes autenticado valor educativo, competindo a toda a nação a sua salvaguarda (Jokilehto, 1996).

O inventário sistemático desses bens, móveis e imóveis, e a sua classificação surgem como tarefas prioritárias dos organismos oficiais responsáveis pelo património (Jokilehto, 1996).

Durante o século XIX e até ao eclodir da Primeira Guerra Mundial a grande parte dos países europeus publicou legislação e criou organismos responsáveis para a proteção do seu património arquitetónico e arqueológico (Rodwell, 1975).

O Édito de 1 de outubro de 1802, promulgado pelo Papa Pio VII, é considerado o mais completo instrumento legal em matéria de antiguidades e belas-artes até então redigido. Na Prússia, que dispunha de um organismo desde 1770, é publicada uma Ordem a 14 de outubro de 1815 (Boulting, 1976).

Nas últimas décadas tem-se assistido, em Portugal, a um gradual interesse pela identificação, preservação e divulgação do nosso património. Este interesse, centrado primitivamente na preservação dos monumentos e obras de arte de maior significado histórico, alargou-se para incluir a todos os testemunhos significativos da cultura humana, abrangendo bens arqueológicos, artísticos e históricos, bens paisagísticos e urbanísticos, bens arquivísticos, livros e manuscritos, numa visão globalizante dos problemas que se colocam à conservação do património cultural (Cabrita & Alho, 1987).

O seguinte quadro, segundo Rodwell (1975), sintetiza a legislação internacional durante o século XIX até à Primeira Guerra Mundial.



Figura 3.7

Quadro-síntese das leis pioneira do âmbito do património durante o séc. XIX

Quadro do Auto, baseado em Carneiro (1979)

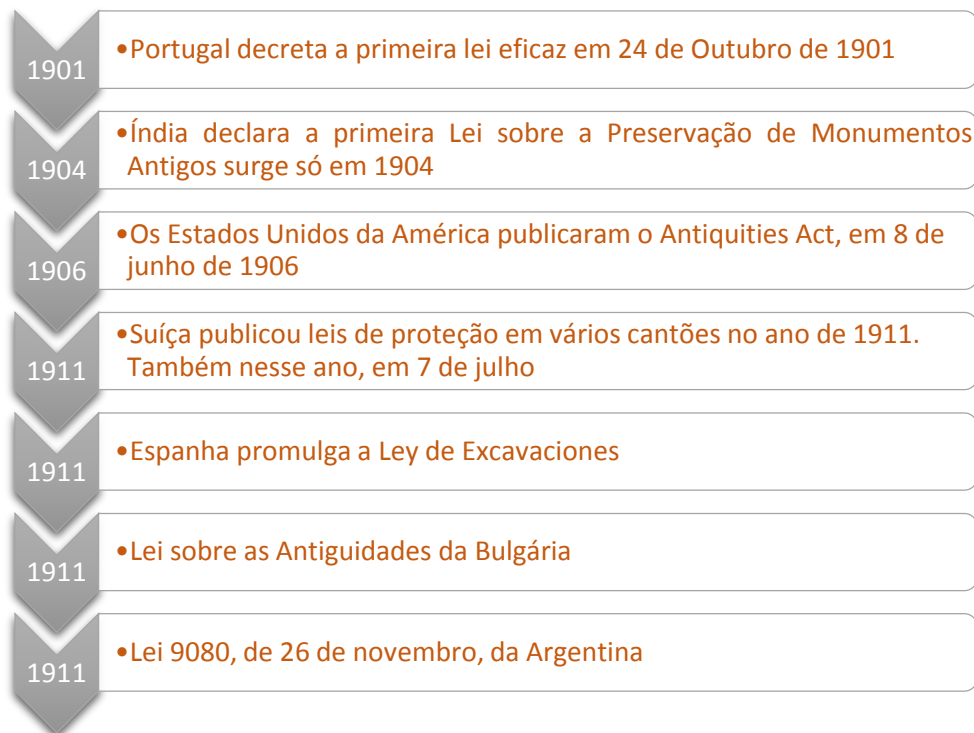


Figura 3.8

Quadro-síntese das leis pioneira do âmbito do património durante o séc. XIX

Quadro do Auto, baseado em Carneiro (1979)

Paralelamente, decorrem, em cada vez maior número, intervenções de restauro de monumentos em diversos países. Com base na experiência prática destes restauros, começam a definir-se também as várias correntes teóricas de intervenção em monumentos, cujos princípios irão influenciar decisivamente o conteúdo das normas internacionais adotadas a partir de 1930 (Ceschi, 1970).

Sem procurar aprofundar o conteúdo de cada uma, pode-se referir, por ordem cronológica aproximada, as seguintes correntes e um dos seus expoentes:

Correntes de Intervenção	Restauro Arqueológico Giuseppe Camporesi
	Restauro Estilístico Viollet-le-Duc
	Anti-Restauro John Ruskin
	Restauro Histórico Luca Beltrami
	Restauro Filológico Camillo Boito
	Restauro Científico Gustavo Giovannoni
	Restauro Crítico Roberto Pane

Figura 3.9

Quadro-síntese das correntes de intervenção.
Quadro do Autor, baseado em Jokilehto (1996).

A estas correntes pode-se acrescentar a conservação integrada, pela novidade da atenção dada aos aspetos sociais nas intervenções em património e pela preocupação com a alteração mínima do existente (Ceschi, 1970).

Em síntese, as doutrinas e os conceitos sobre o património progrediram extraordinariamente ao longo dos últimos cem anos e não vão manter-se, obviamente, inalteráveis no futuro (Riviera, 1997).

A progressiva consciencialização dos problemas e desafios inerentes à salvaguarda do património tem provocado uma infinidade de abordagens, de interpretações e de critérios sobre os bens patrimoniais a preservar e sobre a

forma prática de o fazer. É neste contexto, de necessidade de um debate alargado e permanente sobre o património cultural, que se abordaram os principais conceitos veiculados por diferentes cartas, recomendações e convenções oriundas de organismos internacionais de representação europeia ou universal (Cabrita, & Alho 1987).

3.2.2. Evolução dos Princípios de Ação da UNESCO

Segundo Lopes & Figueira (1996) as normas de âmbito internacional sobre o património arquitetónico e arqueológico podem agrupar-se da seguinte forma:

(1) As convenções, tratados ou pactos (aprovados pelos Estados, que se obrigam a aplicar no seu território os princípios neles expressos, existem cerca de 15);

(2) As recomendações (definem os princípios capazes de orientar as políticas de cada Estado, mas sem carácter vinculativo, existem cerca de 45);

(3) As resoluções do Conselho da Europa (resultantes de conferências de ministros ou seus representantes, não têm carácter vinculativo, mas podem servir de modelo para a adoção de recomendações e de convenções, existem cerca de 20);

(4) E os restantes atos: cartas, orientações, princípios, conclusões de encontros, declarações e normas (que definem os princípios e os conceitos sobre determinada matéria, por forma a orientar a ação dos intervenientes, mas não têm carácter vinculativo, existem cerca de 50).

As primordiais convenções e tratados internacionais ergueram-se, na sequência da guerra, para regular a paz, a navegação e o comércio. Provavelmente, a mais antiga convenção que refere explicitamente a salvaguarda de monumentos, embora tenha sido elaborada para regular a conduta dos Estados em caso de conflito armado, é a Convenção de Bruxelas, de 27 de agosto de 1874, que, contudo, não chegou a entrar em vigor (Lopes & Figueira, 1996).

Na segunda metade do século XIX efetuaram-se diversos congressos que agruparam um gradual número de partidários da causa do património cultural. Uma ênfase preponderante nesses congressos foi a ideia de criar normas e modelos sobre a correta intervenção em monumentos, que pudessem ser aplicadas em todos os países (Lopes & Figueira, 1996).

No Congresso Internacional para a Proteção das Obras de Arte e Monumentos, que decorreu em Paris, de 24 a 29 de junho de 1889, segundo Lopes & Correia (2004), foram propostas 20 resoluções de uma impressionante atualidade.

Uma década mais tarde durante uma conferência internacional, na qual participaram 26 Estados, que terminou em 29 de julho de 1899, foram assinadas as primeiras Convenções da Haia, referindo a segunda convenção que, nos cercos e nos bombardeamentos, devem ser tomadas todas as necessárias e possíveis providências para que fiquem a salvo os edifícios consagrados ao culto, às artes, à ciência e à caridade, os hospitais “(...) e o dever dos sitiados é marcar esses edifícios ou lugares por meio de sinais visíveis, anteriormente notificados aos sitiados (...)” (II Convenção de Haia, art.º 27º, 1899).

Apesar de terem entrado em vigor no ano imediato, estas convenções foram revistas e ampliadas durante uma segunda conferência internacional, na mesma cidade holandesa, concluída em 18 de outubro de 1907 (Lopes & Correia, 2014).

Nesta ocasião, foram treze as convenções assinadas para regular a atuação dos Estados em caso de guerra. A II Convenção (1899) reproduz o art.º 27.º, mas a IV Convenção (1907) já refere concretamente os “*monumentos históricos*” e chega mesmo a proibir a sua destruição (Lopes & Correia, 2014).

Recuando a 1904, encontram-se, nas Conclusões do 6.º Congresso Internacional dos Arquitetos, realizado em Madrid, de 6 a 13 de abril, com participação de varias centenas de congressistas, entre os quais mais de uma dezena de portugueses, uma serie de interessantes princípios (Lopes & Figueira, 1996):

(1) Há lugar para distinguir duas espécies de monumentos: os monumentos pertencentes a um período de civilização, servindo a usos que já não existem e jamais existirão, e os monumentos que continuam a ser utilizados para o fim para que foram construídos, ou para outros (Lopes & Figueira, 1996).

(2) Os monumentos mortos, devem somente ser conservados consolidando as partes indispensáveis para evitar que caiam em ruínas; porque a importância de um monumento reside no seu valor histórico e técnico, valor que desaparece com o monumento (Lopes & Figueira, 1996).

(3) Os monumentos vivos, devem restaurar-se para que possam continuar a servir, porque em arquitetura, a utilidade é uma das bases da beleza (Lopes & Figueira, 1996).

(4) Esta restauração deve fazer-se no estilo primitivo do monumento, a fim de que conserve a sua unidade, que é também uma das bases da beleza arquitetónica, e as formas geométricas perfeitamente reproduzíveis. Devem respeitar-se as partes executadas em outros estilos, sempre que tenham mérito e não destruam o equilíbrio estético do monumento (Lopes & Figueira, 1996).

(5) Só serão encarregados da conservação e restauração dos monumentos os arquitetos diplomados ou os especialmente autorizados, operando sob a intervenção artística, arqueológica e técnica do Estado (Lopes & Figueira, 1996).

(6) Promover-se-á em todos os países, onde ainda não existam, a criação de Sociedades de defesa para os monumentos históricos e artísticos; nas nações onde existam, provocar o seu desenvolvimento, podendo agruparem-se por um esforço comum e colaborarem no estabelecimento do inventário geral das riquezas nacionais e locais (Lopes & Figueira, 1996).

Dado que estas Conclusões não pretendiam constituir um documento normativo, nem o Congresso se dedicara unicamente ao património, considera-se que o primeiro ato normativo internacional exclusivamente dedicado ao património é a Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos (1931).

Esta Carta constitui as conclusões gerais da Conferência Internacional sobre a Proteção e a Conservação de Monumentos de Arte e de História, que decorreu de 21 a 30 de outubro de 1931 e na qual participaram 120 peritos de 24 países.



Figura 3.10

Pártenon de Atenas, 1931

Autor desconhecido

Para além de matérias relacionadas diretamente com os monumentos da cidade de Atenas, a conferência de 1931 discutiu um conjunto de temas que ainda hoje resumem as principais preocupações dos técnicos ligados à conservação e restauro dos bens culturais (Ferreira, 1998):

- (1) •Apresentação das diferentes legislações em matéria de proteção e conservação de monumentos artísticos e históricos;
- (2) •Restauro de monumentos — princípios gerais e estudo comparativo de doutrinas;
- (3) •Degradação provocada pela passagem do tempo e por efeito dos agentes atmosféricos;
- (4) •Envolvente dos monumentos;
- (5) •Utilização dos monumentos — usos perigosos para a sua segurança ou incompatíveis com o seu carácter artístico e histórico;
- (6) •As conclusões da conferência de Atenas foram divididas em sete capítulos, ainda com relativa atualidade;
- (7) •Os restauros, quando inevitáveis, deverão respeitar a obra histórica e artística do passado, sem excluir estilos de qualquer época;
- (8) •A utilização dos monumentos deve respeitar o seu carácter histórico ou artístico;
- (9) •O interesse da coletividade sobrepõe-se ao interesse privado
- (10) •O carácter e a fisionomia das cidades devem ser respeitados, sobretudo nas proximidades dos monumentos;
- (11) •É aceite o emprego judicioso de materiais e técnicas modernas, para a consolidação de edifícios antigos;
- (12) •Nas condições da vida moderna os monumentos estão cada vez mais ameaçados, pelo que é necessária a colaboração dos especialistas: físicos, químicos e biólogos;
- (13) •O emprego de materiais modernos na conservação de uma ruína deve ser sempre passível de reconhecimento (no sentido de evitar mimetismos);
- (14) •Quando se mostrar impossível a conservação de ruínas postas a descoberto por escavações, é aconselhável enterrá-las de novo, para evitar a degradação;
- (15) •A conservação dos monumentos exige uma cooperação intelectual universal e deverá constituir um objetivo educacional para a juventude;
- (16) •A proteção e conservação dos monumentos exigem normas jurídicas adaptadas a cada país.

Figura 3.11

Quadro-síntese da Carta de Atenas, 1934

Quadro do Auto, baseado em Ferreira (1999)

Os princípios da Carta de Atenas refletem o teor da legislação nacional de diversos países, bem como os conceitos de algumas correntes teóricas de intervenção em monumentos já referidas e a troca de ideias no decorrer da Conferência. A Conferência de Atenas foi organizada pelo Serviço Internacional de Museus, criado em 29 de julho de 1926, que era um organismo autónomo no seio do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, fundado em 8 de dezembro de 1924, em Paris (Galhardo, 1996).

Os desfechos da Conferência de Atenas deram origem à Resolução sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte, que a Assembleia da Sociedade das Nações aprovou em 10 de outubro de 1932 — onde, pela primeira vez um escrito jurídico de uma Organização internacional, é abordada a questão do património da humanidade.

Outro efeito da Conferência de Atenas foi a criação da Comissão Internacional dos Monumentos Históricos, em 1933, que, de certa forma, pode ser considerada antecessora do ICOMOS. Esta Comissão Internacional deixou de existir por ocasião da Segunda Guerra Mundial.

A década de 1930 é, assim, assinalada pela tentativa de defender os monumentos, os museus e as obras de arte contra os perigos da guerra. O Pacto de Washington ou Pacto Roerich (de 15 de abril de 1935), que ficou limitado aos Estados americanos, e o anteprojeto de convenção internacional para a proteção dos monumentos e obras de arte em tempo de guerra (1936), que o eclodir da Segunda Guerra Mundial não permitiu aprovar, acabaram por influir decididamente a Convenção da Haia (1954) (Jokilehto, 1996). Realizada na mesma cidade que vira o nascimento das Convenções de 1899 e 1907, a Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado resulta da iniciativa da UNESCO (Cabrita & Alho, 1987).

Neste documento, o efeito devastador da guerra faz reconhecer e afirmar a necessidade de agir em tempo de paz. Exigir a implementação de um inventário internacional de bens culturais de grande importância e proteção, além do monumento, em áreas urbanas e rurais.

Desde então, mais de cinco dezenas de convenções, recomendações e resoluções foram produzidas pelo Conselho da Europa, que se afirma, no mundo, como a instituição mais fecunda na elaboração de instrumentos normativos na área do património cultural (Ferreira, 1998).

De 25 a 31 de maio de 1964, o congresso reúne-se pela segunda vez em Veneza, que contou com mais de 500 participantes de 61 países, elegeu a comissão interina que, um ano depois, conceberia oficialmente o ICOMOS. Este 2.º Congresso foi ainda ocasião para a aceitação da Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, a chamada Carta de Veneza (1964), que pode ser ponderado o mais relevante documento doutrinário e técnico até então elaborado (Jokilehto, 1996).

A Carta de Veneza para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, 1964, amplia o conceito de património arquitetónico e enfatiza a importância das áreas de conservação e estruturas de edifícios, seja urbana ou rural (Carta de Veneza, 1964).

Logo no seu 1.º Artigo consagra-se um novo conceito de monumento que passa a integrar

(...) a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico.(...), (Carta de Veneza, 1964, art.º1)

Esta noção aplica-se não só às grandes criações mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural. A Carta de Veneza estabelece princípios de ação ainda hoje assumidos pela maioria dos técnicos de restauro, apesar das recentes conceções dinâmicas do património, que integram novas categorias de bens a preservar (centros históricos, património industrial, jardins históricos, paisagens culturais, etc.) exigirem novas abordagens, tentando encontrar a justa medida nas intervenções (Carta de Veneza, 1964, art.º1).

Vejamos alguns desses princípios:

(1) O restauro, destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos.

(2) O restauro, deverá ser sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

(3) Nos casos em que as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, admite-se o recurso a outras técnicas modernas de conservação e de construção, desde que a sua eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência.

(4) A unidade de estilo não deve constituir um objetivo a alcançar no decurso de um restauro. Pelo contrário, devem ser respeitados os contributos válidos das diferentes épocas de construção.

(5) Os elementos destinados a substituir as partes inexistentes de uma edificação devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se, sempre, das partes originais.

Traduzida para dezenas de línguas, a Carta de Veneza mantém uma atualidade notável e serve de base à restante produção normativa do ICOMOS. Com efeito, após aceso debate sobre a hipótese da sua revisão e ampliação (nas Assembleia Gerais de 1975 e 1978), concluiu-se que o texto da Carta tinha, ele próprio, um valor histórico, e não deveria ser alterado, mas sim complementado com outras cartas que abordassem mais pormenorizadamente as vertentes específicas do património (Jokilehto, 1996).

A aplicação prática destes princípios tem levado a interpretações diversas, consoante as culturas, as mentalidades e as experiências. A questão da autenticidade nas intervenções de restauro em monumentos ou conjuntos arquitetónicos, constituiu motivo de reflexão durante uma Conferência realizada em Nara, no Japão, em 1994 (Monjardino, 1986a). O Documento de Nara veio reforçar a importância da credibilidade das fontes de informação nos estudos destinados a conhecer as características originais e subsequentes dos monumentos e reconhecer que:

(...) o respeito devido a cada cultura exige que os bens culturais sejam analisados e avaliados segundo critérios adaptados aos seus contextos culturais». Após um trabalho de vários anos, patrocinado pela União Europeia, pelo ICOMOS e pelo ICCROM, foi aprovado, na Conferência Internacional Sobre Conservação do Património Cultural (...) (Nara, 1994, art.º1).

Atendendo à sua atualidade e importância da Carta de Veneza (1964), o teor de alguns desses princípios, que aprofundam e atualizam ainda hoje são referenciados em estudos e dissertações, na qual sintetizou-se os seguintes pontos (Carneiro, 1979):

(1) A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação (Carneiro, 1979).

(2) A conservação do património construído é executada de acordo com o projeto de restauro, que deve incluir uma estratégia para a sua preservação a longo prazo (Carneiro, 1979).

(3) Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu verdadeiro estilo.

(4) Qualquer intervenção que afete o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem (Carneiro, 1979).

(5) O objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade (Carneiro, 1979).

(6) A decoração arquitetónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projeto específico vinculado ao projeto geral de restauro (Carneiro, 1979).

(7) As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal (Carneiro, 1979).

(8) As paisagens reconhecidas como património cultural são o resultado e o reflexo da interação prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico (Carneiro, 1979).

(9) As técnicas de conservação devem estar intimamente ligadas à investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado (Carneiro, 1979).

(10) A pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efetiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais (Carneiro, 1979).

A maioria dos conceitos aqui defendidos tem as suas raízes na Carta de Veneza. Porém, aprofunda-se a noção de conservação e a exigência da investigação, destacam-se as particularidades da variedade dos bens patrimoniais e acentua-se a necessidade de participação dos cidadãos (Carneiro, 1979).

Surgem então a Carta sobre o turismo cultural (1976), a Carta de Florença sobre jardins históricos (1981), a Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas (1987), a Carta internacional sobre a proteção e a gestão do património arqueológico (1990), a Carta internacional sobre a proteção e a gestão do património cultural subaquático (1996), a Carta sobre o património construído (1999) vernáculo e a Carta internacional sobre o turismo cultural (1999), os Princípios para a análise, conservação e restauro das estruturas do património arquitetónico (2003), a Carta sobre a interpretação e apresentação de sítios culturais (2008) e a Carta sobre os itinerários culturais (2008) (Lopes & Correia 2014).

A Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964) foram, até finais do século XX, os dois textos internacionais de maior projeção junto dos técnicos de conservação e restauro.

A Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas adotada pela UNESCO, em 1968, incentiva os Estados membros a “(...) harmonizar a preservação do património cultural com as mudanças exigidas pelo desenvolvimento social e económico”(...) (Lopes & Correia, 2014, p.7).

Um dos maiores avanços teóricos e normativos, em matéria de proteção do património arquitetónico, foi o abandono dos princípios da proteção isolada de monumentos, para passar a abranger o tecido urbano ou a paisagem rural que os circunda (Ferreira, 1992).

Deste modo para maior perceção do quadro de recomendações da UNESCO, resumem-se os Princípios de Ação de forma cronológica, integrados nas políticas de proteção patrimonial da UNESCO.

1931 – Carta de Atenas
(1). Os restauros, quando inevitáveis, deverão respeitar a obra histórica e artística do passado, sem excluir estilos de qualquer época;
(2). A utilização dos monumentos deve respeitar o seu carácter histórico ou artístico;
(3) O interesse da coletividade sobrepõe-se ao interesse privado. Deve ter-se em conta o sacrifício acrescido, exigido aos proprietários, na ótica da preservação do bem comum;
(4). O carácter e a fisionomia das cidades devem ser respeitados, sobretudo nas proximidades dos monumentos;
(5). É aceite o emprego judicioso de materiais e técnicas modernas, para a consolidação de edifícios antigos;
(6). Nas condições da vida moderna os monumentos estão cada vez mais ameaçados pelos agentes atmosféricos, pelo que é necessária a colaboração dos especialistas: físicos, químicos e biólogos;
(7). O emprego de materiais modernos na conservação de uma ruína deve ser sempre passível de reconhecimento (no sentido de evitar mimetismos);
(8). Quando se mostrar impossível a conservação de ruínas postas a descoberto por escavações, é aconselhável enterrá-las de novo, para evitar a degradação;
(9). A conservação dos monumentos exige uma cooperação intelectual universal e deverá constituir um objetivo educacional para a juventude;
(10). A proteção e conservação dos monumentos exigem normas jurídicas adaptadas a cada país.

Figura 3.12

Quadro-síntese da Carta de Atenas, 1934

Quadro do Autor, baseado em Ferreira (1999)

1964 – Carta de Veneza

- (1). O restauro, destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais.
- (2). Nos casos em que as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, admite-se o recurso a outras técnicas modernas de conservação e de construção.
- (3). A unidade de estilo não deve constituir um objetivo a alcançar no decurso de um restauro. Pelo contrário, devem ser respeitados os contributos válidos das diferentes épocas de construção.
- (4). Os elementos destinados a substituir as partes inexistentes de uma edificação devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se, sempre, das partes originais.
- (5). A conservação do património construído é executada de acordo com o projeto de restauro, que deve incluir uma estratégia para a sua preservação a longo prazo.
- (6). Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu estilo.
- (7). O objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade.
- (8). A decoração arquitetónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projeto específico vinculado ao projeto geral.
- (9). As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal.
- (10). As paisagens reconhecidas como património cultural são o resultado e o reflexo da interação prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico (Carneiro, 1979).
- (11). As técnicas de conservação devem estar intimamente ligadas à investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado (Carneiro, 1979).
- (12). A pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efetiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais (Carneiro, 1979).

Figura 3.13

Quadro-síntese da Carta de Atenas, 1934

Quadro do Autor, baseado em Ferreira (1999)

1968 - Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas adotada.

- (1). Necessidade de atualização dos inventários dos bens culturais;
- (2). Determinação da importância relativa dos bens ameaçados.
- (3). Identificação do contexto dos bens culturais imóveis e dos conjuntos arquitetónicos como áreas a preservar e a tipificação das obras que podem causar a destruição de vestígios arquitetónicos e arqueológicos.
- (4). Recomendação identifica nove medidas de proteção (legislativas, financeiras, administrativas, técnicas e educativas) destinadas a assegurar a preservação ou o resgate dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas

1976 - Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea.

- (1). Considera-se conjunto histórico todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural.
- (2). Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogéneos, os quais deverão, regra geral, ser cuidadosamente conservados sem alterações.
- (3). Entende-se por salvaguarda a identificação, a proteção, a conservação, o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento
- (4). Para evitar a descaracterização ambiental e desenvolver os valores culturais e sociais de cada nação, é necessário promover a salvaguarda dos conjuntos históricos

Figura 3.16

Quadro-síntese: - Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas adotada 1976 - Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea.

Quadro do Autor, baseado em Ferreira (1999)

1987 - Carta Internacional Sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas

(1). Cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, integrar-se numa política coerente de desenvolvimento económico e social e ser tomada em consideração em todos os níveis do planeamento territorial e do urbanismo. Ultrapassa-se o nível de preocupação sobre o monumento ou sobre a estrutura física.

(2). As relações entre a cidade e o ambiente envolvente natural ou criado pelo homem e para tentar preservar as diferentes funções da cidade, adquiridas ao longo da sua história.

2005 - Declaração sobre a conservação do contexto dos monumentos, sítios e áreas de interesse cultural

(1), Define-se contexto de um monumento, sítio ou área de interesse cultural como o meio, próximo ou distante, que participa e contribui para o seu significado e singularidade e abordam-se as medidas práticas para o seu estudo, interpretação, delimitação e gestão.

2011 - Recomendação sobre as paisagens urbanas históricas

(1). A Recomendação propõe uma nova identidade cultural, a paisagem urbana histórica, esclarecendo que este conceito transcende a noção de centro histórico ou conjunto histórico para passar a incluir o contexto urbano mais abrangente, bem como o respetivo meio geográfico.

(2). As novas estratégias de intervenção na paisagem urbana histórica têm por finalidade preservar a qualidade do ambiente humano, admitindo o seu carácter dinâmico e promovendo a diversidade funcional e social.

(3). O novo conceito de paisagem urbana histórica pretende motivar os Estados a formularem estratégias abrangentes de desenvolvimento sustentável tendo em conta as inter-relações entre as formas físicas, a organização e as conexões espaciais, os recursos naturais e ambientais e os valores sociais, culturais e económicos.

Figura 3.17

Quadro-síntese: 1987 - Carta Internacional Sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas / 2005 - Declaração sobre a conservação do contexto dos monumentos, sítios e áreas de interesse cultural / 2011 - Recomendação sobre as paisagens urbanas históricas

Quadro do Autor

2011 - Princípios de La Valetta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos históricos

(1). Património é visto como um recurso integrado no ecossistema urbano, reconhecendo-se que os conjuntos históricos, enquanto organismos vivos, estão sujeitos a constantes mudanças.

(2). Para além dos valores materiais também são abordados os valores imateriais como a continuidade no tempo e a identidade, bem como os usos tradicionais do território urbano e o papel do espaço público.

Figura 3.16

Quadro-síntese: Princípios de La Valetta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos históricos, 2011

Quadro do Autor, baseado em Ferreira (1999)

4. Centro Histórico do Porto

Património Mundial da Humanidade

4.1. Evolução Urbana do Centro Histórico do Porto

A cidade portuguesa do Porto, localizado na região noroeste da Península Ibérica, a norte do território nacional português (com uma população de duzentos e dez mil e quinhentos habitantes, e com quarenta e dois km² de área), é capital de distrito e da área metropolitana. Constituída por diversos municípios, reúne um agregado urbano com cerca de um milhão e meio de residentes, tornando-a a maior do noroeste peninsular e a segunda do país, imediatamente a seguir a Lisboa. Assenta-se na orla direita do rio Douro, junto à sua foz.

A cidade do Porto ocupa uma plataforma litoral, (identificada como litoral norte) a norte do território português, resultante de assentamentos e sedimentos marítimos, trazidos pelos trajetos de água oriundos do interior, neste caso particular o Rio Douro. Estas condições facultam um panorama variado, visível na Ribeira, na margem de Gaia, nas várias pontes, ou a uma cota mais alta, transformando a cidade num ambiente cénico.



Figura 4

Mapa do Centro Histórico em 1833: "The Environs of Oporto".

Mapa de William Barnard Clark

A inclusão do Centro Histórico do Porto na lista do Património Mundial da Humanidade, pressupõe o reconhecimento da“(...) autenticidade do tecido urbano do Porto é testemunhando mais de mil anos de ocupação com intervenções sucessivas que foram deixando a sua marca (...)”(Carta de Merida, 1996, art.º15).

As quais se pretende sintetizar no presente capítulo, desde a origem do burgo, até à sua classificação como Património Mundial.



Figura 4.1.

Mapa: Mapa geral: Centro Histórico do Porto, delimitação da zona classificada como património da Humanidade.

Mapa do Autor

As Origens do Burgo

A ocupação do território, no que concerne à cidade do Porto advém da época pré-histórica, como atestam os diversos achados arqueológicos e sobretudo por alguma da geonomástica, exposta nos topónimos das Antas, Arca da Samigosa, Mamoá Pedrosa, Mamoá Furada (Loza, 1998). Há também, vestígios de ocupação da área a nordeste da cidade, centralizada nas zonas de planalto, mais favoráveis à pastorícia (Teixeira, 2010).

A procura das áreas ribeirinhas ocorre mais tarde, no período neolítico, afirmado pelos diversificados achados encontrados no Castelo do Queijo, entre os quais se encontraram diversos apetrechos e ferramentas que autenticam a presença humana no período referido; na zona de Campanhã, foram encontrados artefactos mais arcaicos, de datação dúbia. Anexo à Sé, o achado arqueológico de edificações corroboram a ocupação no período final do Bronze (Loza, 1998).

O Local designado por Pena Ventosa, definido pela sua saliência granítica, localizado a uma cota elevada face ao rio e ladeado por vertentes acentuadas em declive, apresenta condições ideais de topografia e hidrografia para um assentamento defensivo, dando-se aí, por consequência o nascimento da urbe, denominada sucessivamente Cale, nos primórdios da época romana, Porto Cale, Portuscale e posteriormente Portucale na época de castro luso-romano (Meirinhos, 2001).

Durante o período do séc. VIII a V a.C., deu-se de V a II a.C. a ocupação no local de populações de origem céltica, e no período seguinte dos povos lusitanos, com os seus castros de planta redonda. É, contudo, no período da romanização, que o assentamento se consolida como estrutura defensiva militar, através da construção da primeira muralha defensiva, mais tarde reconstruída e conhecida por Cerca Velha, e com construções de planta retangular bem como na edificação de instalações portuárias, onde hoje se encontra a Casa do Infante (Loza, 1998).

Neste período de ocupação romana, a cidade cresceu nos dois lados da margem, visto que o cruzamento do rio na época era impossível, sendo apenas

possível por o atravessamento por barcas, impondo a pernoita numa das suas margens. A margem direita possui no entanto condição militar, de proteção e de trocas. Esta situação possibilitou à cidade a sua expansão no sentido do morro da Cidade e para as zonas ribeirinhas (Teixeira, 2010).

O posicionamento estratégico perante os itinerários romanos à época fazia de Portucale sítio de paragem na via XVI, no percurso de Bracara Augusta (Braga) a Olissipo (Lisboa), impulsionando a sua hegemonia e predominância no território até aos finais do séc. V (Teixeira, 2010).

Ainda nesta época ocorrem as primeiras incursões visigóticas, reconhecidas através do cunho de moeda à época na regência dos quatro reis visigóticos, como na presença de um bispo portucalense no III Consílio de Toledo, em 589 (Meirinhos, 2001).

Em 716 dão-se as ofensivas muçulmanas, derrubando a cidade e votando-a quase ao abandono, conservando no entanto o seu dinamismo portuário (Vaqueiro, 1998), até à reconquista pelo Conde Vimaranes Peres, em 816. Libertando a cidade do domínio sarraceno e repovoando-a, possibilitando o seu desenvolvimento a diversos níveis, resultando na criação do condado Portucalense (Meirinhos, 2001).

Em termos urbanos pouco se sabe sobre o burgo após a sua reconquista. O clima de instabilidade, indica que a cidade poderia ter passado por um período de estagnação. Todavia, o valor estratégico do burgo continuava a manter-se, o que se vê na sua escolha como palco de lutas civis entre cristãos (Vaqueiro, 1998).

Porém a frequência de muçulmanos na região era constante, por volta do ano mil (987), conforme se testemunha (Loza, 1998), na assiduidade de Almançor, líder militar e político do Califado de Córdoba, com a convergência das suas tropas em Portucale, onde se lhe juntam mais vindas pelo mar, com o desígnio de tomar Santiago de Compostela (Teixeira, 2010).

Em 1096, com a concessão do governo da província de Portucale a D. Henrique de Borgonha, inaugura-se um período de maior estabilidade política do território cristão, com a atribuição do condado de Coimbra, como na estrutura de defesa dos guerreiros portugalenses das Terras de Santa Maria (Vaqueiro, 1998).



Figura 4.2.

Mapa: Origens do Burgo.

Mapa do Autor

A Expansão do Burgo

A evolução da cidade é neste período assinalada por uma série de ocorrências que a marcaram pesadamente: a nomeação de D. Hugo, em 1114, numa ardilosa estratégia de influência eclesiástica no condado (Loza, 1998); a doação por parte de D. Teresa deste território, o couto de Portucale; finalmente, o plano desta de atribuição de foral aos habitantes da cidade, na condição inovadora de independência de condicionalismos régios, veio estimular o povoamento e o crescimento do burgo (Ramos, 1995).

Este crescimento, em pleno séc. XII verifica-se em volta da Catedral, que começa a sua edificação em 1120, onde existia uma pequena ermida. A partir deste novo elemento, a construção do casario pelas ruas e quelhas segue a topografia, em plena plataforma da Pena Ventosa, situado nas Ruas das Aldas ou na Rua da Pena Ventosa. Igual circunstância preside a reedificação da antiga muralha, agora chamada de Cerca Velha, pelo facto de se construir a partir da muralha pré-existente, dos finais da Idade do Bronze (Pereira, 1972).

(...) Provavelmente terá havido alguma atividade na reconstrução ou reparação da muralha dita sueva, nomeadamente com o esforço de um reduto na escarpa sudoeste. Esta cerca teria, em meados do século XII, uma área aproximadamente quatro hectares e um perímetro de 750 metros. Incluindo a zona da Sé e a plataforma inferior das Aldas (...) (Teixeira, 2010, p. 33).

Da cerca castreja, herdará a adequação topográfica ao terreno, e ao mesmo tempo a escolha do seu traçado estratégico, adaptando as aberturas da fortificação à topografia existente e permitindo enquadramentos visuais defensivos (Ramos, 1995). Na zona mais exposta, do lado nordeste, encontrava-se a entrada principal do burgo, a Porta da N.ª S.ª da Vandoma, única com acesso de carros, os quais podiam aí chegar vindos da rua Escura ou da Rua Chã (Loza, 1998).

Com a jurisdição do burgo e da sua envolvente entregues ao episcopado por D. Teresa, inicia-se uma fase de desenvolvimento muito importante no

contexto histórico da cidade, entre o século XII e o século XIII, permitindo através da estabilidade evoluir social e economicamente muito por força do comércio que se estabelecia na zona ribeirinha (Ramos, 1995).

O crescimento urbano dentro do burgo muralhado torna-se intenso com esta segurança inicial alcançada pelo episcopado, assim como, se intensifica o crescimento da zona ribeira em novos aglomerados edificados que se alongam para norte e para oeste (Pereira, 1972).

A cidade do Porto ao declarar-se mercantil, inicia conflitos de interesse entre o bispo e o rei. O poder régio, que começa a ver no Porto uma importante fonte de lucro, atua, e com o apoio da população, patrocina a construção de dois conventos: S. Francisco e S. Domingos, que funcionam como motores de equilíbrio estrutural face à dependência da administração do episcopado (Loza, 1998).



Figura 4.3.

Ultimo enxerto sobrevivente da Muralha da Cerca Velha.

Autor desconhecido



Figura 4.3.1

Mapa: Expansão do Burgo.

Mapa do Autor

A Muralha Fernandina

Na cidade do Porto, D. Afonso IV determina a construção no século XIV de uma nova muralha, gótica (designada Fernandina), que virá a ter uma grande importância na evolução da cidade (Loza, 1998). Segundo Teixeira (2010), terá começado ser construída em 1355, mas uma inscrição, encontrada no postigo do Carvão, valida a sua construção por volta de 1348.

(...) a muralha acaba por funcionar nesta altura, ainda longe dos primeiros planos para cidades concebidos nas épocas modernas, como uma verdadeira matriz física de toda a cidade, quer a coeva, quer a futura, Ou seja, funciona quase como um Plano Diretor Municipal. Numa perspetiva urbana, a muralha gótica afigura-se acima de tudo como um enquadramento para o desenvolvimento espacial vindouro (...) (Teixeira, 2010, p. 68)

Este é o equipamento urbano medieval por excelência, aquele que define, delimita e condiciona todo o espaço da cidade e da sua envolvente. As cercas góticas, ao fazerem a demarcação física da cidade, foram a resposta a uma série de novas necessidades estratégicas deste período. Além de proporcionar uma maior segurança aos seus habitantes e maior prestígio ao aglomerado, possibilitam uma nova fiscalidade face à contabilidade pública e ao avanço dos impostos, pois ao vedarem o espaço, controlavam melhor as entradas e saídas, assim como a cobrança de portagens e a avaliação das procedências e quantidades (Pereira, 1972).

O séc. XIII exhibe um grande desenvolvimento (Loza, 1998), acompanhando a topografia. As quatro portas de acesso ao burgo identificam o sentido do seu desenvolvimento: a zona em redor da Pena Ventosa; as ruas e vielas da escarpa que davam acesso às portas das Verdades; a margem direita do pequeno rio da Vila, que permitia o acesso à zona ribeirinha pela rua da Fonte Taurina, pela rua da Reboleira, dando acesso ao local onde acontecia o trânsito fluvial, ou para o Arrabalde de Miragaia (Teixeira, 2010).

Neste processo expansivo, notou-se uma bipolarização, patentes na zona da Pena Ventosa e na zona da Ribeira, densificando a malha urbana no decurso dos séculos seguintes. A instalação das Ordens Mendicantes, a de São Francisco, em 1233, e a de São Domingos, em 1238, vem contribuir para o movimento expansivo da cidade para um local até à época pouco povoado (Teixeira, 2010). Este período foi de quezílias e conflitos entre o rei e o bispo, que disputavam o poder sobre terras e bosques, edifícios, conventos, mosteiros e até hospedarias. Contudo é na margem direita do rio da Vila, com a construção do convento de São Francisco e da casa da Alfândega (hoje Casa do Infante), em 1325, que o conflito se exacerba, com o poder régio a tentar impor-se sobre o eclesiástico (Pereira, 1972).

Ao longo do séc. XIV a cidade consolida-se junto das zonas ribeirinhas, fruto das atividades comerciais e marítimas. Neste sentido, o poder régio, de D. Afonso IV, constata a necessidade de uma nova muralha, com o propósito de proteção do casario, dos rossios e das ordens mendicantes entretanto instaladas. A sua construção foi iniciada em 1334, e concluída no reinado de D. Fernando em 1374, tomando o seu nome, muralha Fernandina (Loza, 1998).

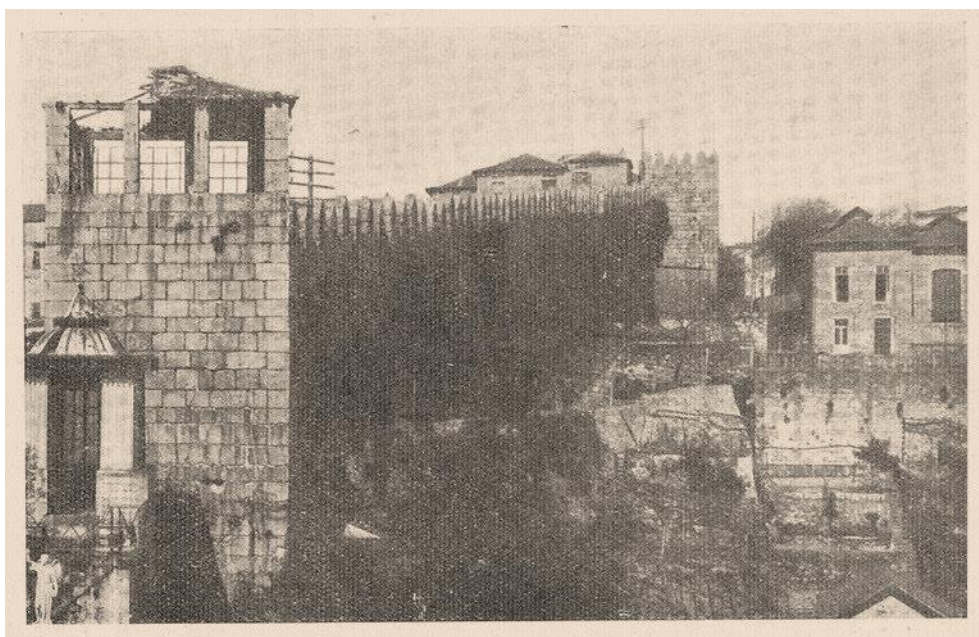


Figura 4.4.

Muralha Fernandina antes das obras de restauro da DGEMN.

Autor: Francisco Queirós



Figura 4.4.1

Mapa: Muralha Fernandina.

Mapa do Autor

Transposição das Muralhas

O posicionamento das portas deixa transparecer o seguimento das áreas intramuros para o exterior, com as uniões ao remanescente território, como São João da Foz, Braga, Guimarães e Penafiel, havendo no Largo de São Domingos uma estrutura que confluência nos sentidos expostos e nas ligações internas da cidade (Ramos, 1995).

Em 1387, a cidade recebe D. João I para o seu casamento com Filipa de Lencastre, na Sé do Porto. Em 1394 nasce o infante D. Henrique, também no Porto. Na mesma altura, em 1406, D. João I negocia a passagem do poder eclesiástico para o poder régio, assegurado pelo Papa Inocêncio VII, abrindo o processo de independência administrativa da cidade (Loza, 1998; Ramos, 1995). O período entre 1406 e 1518 é bastante importante para a cidade do Porto, dá-se a mudança do senhorio, passando a pertencer na sua totalidade ao rei D. João I, que trás para os habitantes a esperança de uma nova perspetiva de desenvolvimento.

Do séc. XV ao séc. XVII, deu-se a estabilização intramuros e a transposição das muralhas. Por ação do rei D. João I, criou-se a judiaria em zona intramuros, resguardando a firmeza dos judeus: o lugar para a sua implantação incidiu sobre o morro do Olival, hoje morro da Vitória, influenciando a expansão da malha urbana nos inícios do séc. XV, que se regulou por construções de grande escala (alfândega, Muralha, Rua Nova, Judiaria) e com determinado cuidado formal, apresentando a preocupação num planeamento urbano nunca antes observado, conforme refere Ramos (1995).

Esta nova cidade, em parte patrocinada e apoiada pela Coroa, concentra a sua construção no interior da muralha gótica, em fortes núcleos populacionais e ao longo das antigas estradas que daí partiam para a costa e o interior, assim como junto aos caminhos secundários de que a muralha, numa hierarquia de portas e postigos, respeitou o traçado (Teixeira, 2010).

Na mesma altura é dada ordem régia para a abertura da rua Nova, iniciada em 1395 e concluída cem anos depois (hoje rua do Infante D. Henrique), criando

uma ligação paralela à zona ribeirinha, que veio a consolidar-se como local da edificação preferencial por parte dos habitantes mais influentes da cidade e passou a ser porta de entrada para os altos de signatários que visitavam o Porto (Fernandes, 2005).

Com a densificação da malha urbana dentro dos limites da muralha Fernandina, a cidade constituía-se com um conjunto orgânico por natureza, de elevados declives altimétricos, com a identificação em três núcleos: a Sé, local da Igreja e do Bispo; a Ribeira, dos mercadores e comerciantes ligados às áreas do rio e do mar e o morro do Olival, tardiamente ocupado (Fernandes, 2005).

Uma singularidade neste movimento expansivo da cidade é a não identificação de construções da classe nobre (em oposição a outras cidades com as suas casas nobres), pelo facto do poder régio não permitir a permanência dos nobres por mais de três dias no interior fortificado da cidade, nem de aí possuírem residência própria (Fernandes, 2005).

O séc. XVI começa com a cedência por D. Manuel I de foral à cidade, em 1517. O Foral Novo, atribui uma série de privilégios e desencadeia o desenvolvimento económico e urbano da cidade. Este facto demonstra-se nos novos arruamentos propostos, como a rua das Flores, que permite a ligação da Ribeira à Porta dos Carros (tendo o Largo de S. Domingos como elemento central de distribuição), desenvolvendo assim a parte/margem direita do pequeno rio Vila (Teixeira, 2010).

Outro elemento que serve o crescimento referido foi a substituição da ponte de madeira por uma de pedra com posterior ligação com o novo arruamento, a rua da Ponte Nova, ligando a rua das Flores à rua da Bainharia (Loza, 1998). Neste período, pelas circunstâncias enunciadas, a cidade assiste à edificação de grandes edifícios monumentais, de ordem religiosa e de assistência, como os conventos de Santa Clara, dos Lóios, São João Novo, São Bento da Avé-Maria e Monchique, do Mosteiro de S. Bento da Vitória ou do Hospital do D. Lopo (Fernandes, 2005).

Relativamente ao desenvolvimento do sector marítimo e comercial, são tomadas as primeiras medidas para regular o acesso ao porto fluvial, na acostagem dos navios: medidas sanitárias e de fiscalização, desencadeadas pela disseminação da peste, do corso e da fome a partir da segunda metade do séc. XVI. É de referir a circunstância política à época da transferência do poder régio para Espanha, com a monarquia Filipina (1580-1640) (Loza, 1998).



Figura 4.5.

Mapa: Transposição da Muralha.

Mapa do Autor

Restauração da Independência

Com a restauração da monarquia portuguesa, o vazio do poder fez-se sentir no Porto, (conforme refere Loza, 1998). No entanto o poder eclesiástico toma iniciativa, erguendo a Misericórdia, o colégio dos Órfãos, em 1651, ou o do Recolhimento do Anjo/Ferro, em 1672.

A igreja de S. Nicolau, em 1671, em plena zona ribeirinha do Porto, dinamizando a baixa do Porto, acompanhada pelas obras da alfândega, em 1677, e a Casa da Moeda, em 1688 (Loza, 1998).

Com o fim do período Filipino, o sentimento de defesa do território é uma realidade que se demonstra na construção do Castelo do Queijo, de 1661 a 1662, que, em conjunto com o castelo de Leça se definiriam como elementos de defesa e proteção à cidade do Porto, mas que também marcam o sentido da expansão urbana da cidade. Esta época demonstra já uma preocupação com a organização urbana, visto estarem planeadas praças e alamedas, ainda dentro da muralha Fernandina (Vaqueiro, 1998).

Como junto da rua das Flores, onde estava projetada uma grande praça, aproveitando o desnivelamento altimétrico e o rio da Vila para alimentar as fontes, enaltecendo assim as casas burguesas e os grandes jardins quando passou a ser permitida a construção de casas burguesas (Ramos, 1995).

Em 1725 chega ao Porto Nicolau Nasoni, artista italiano que desenvolve trabalhos em arquitetura e pintura barroca, sendo as suas obras mais representativas o conjunto dos Clérigos e a frontaria da igreja da Misericórdia (Vaqueiro, 1998).



Figura 4.6.

Mapa: Restauração da Independência.

Mapa do Autor

Os Almas

É no século XVIII com a evolução das técnicas militares e com a necessidade de expansão da cidade para além da cerca gótica, que começa a demolição da Muralha Fernandina aproveitando-se a sua pedra para novas edificações. Para lá das muralhas presencia-se urbanisticamente à implantação de novas vias estruturais, e à implantação de novos edifícios que vão permitir estender a cidade para lá da muralha (Alves, 1990).

A partir da segunda metade do séc. XVIII, com o contínuo desenvolvimento económico da cidade, a evolução urbana é também uma realidade, transformando-a no seu aspeto. Facto diretamente relacionado com o referido reside no incremento de comércio fluvial, nomeadamente o comércio do Vinho do Porto (Alves, 1990).

Também ocorre o crescimento da agricultura na sua vertente vinícola, resultando na criação da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1757 (Ramos, 1995), e por fim na nomeação de João de Almada como Governador, comandante militar que veio debelar o levantamento popular contra a referida Companhia, pelo seu monopólio. Conhecido não só pelas suas qualidades de militar, foi particularmente influente na condução expansionista urbana do Porto (Santos, 2009).

É-lhe atribuída a criação da Junta de Obras Públicas do Porto, em 1762, composta por engenheiros da Câmara e Arquitetos, que coordenaram os trabalhos de intervenção na cidade até 1804. O facto de existir legislação disciplinadora para evitar o que sucedera em Lisboa com o terramoto de 1755, aplicada pela Junta das Obras Públicas em conjunto com os fundos coletados pela Junta da Agricultura (através de impostos sobre o vinho), leva ao início de um processo de expropriação, de interesse público, com objetivos de higienização, salubridade e ordenamento do território através do plano global de desenvolvimento criado por João de Almada (Alves, 1990).

Este ficou conhecido pela sua preocupação na aplicação de novos conceitos urbanísticos, como a salvaguarda de conjuntos de edificações e não do edifício isolado, a abertura de novas ruas, perfiladas e estudadas com alçados de conjunto, mantendo a coerência e o equilíbrio na relação rua/conjunto edificado, conforme refere Loza (1998).

Um dos seus objetivos era a transposição da muralha Fernandina, mas de forma racional e espaçada (ao contrário da forma desordenada e caótica que imperava), através da abertura de vias largas e de perfil estudado, reconhecida nas ruas da Cedofeita, de Santa Catarina, Direita (hoje Santo Ildefonso), Quartéis (hoje rua D. Manuel II), Calçada da Natividade (hoje rua dos Clérigos), entre outras. Neste processo de intervenção da cidade são também implementadas praças, como a de São Roque, a das Flores (onde hoje passa a Av. Mouzinho da Silveira) e a renovação da Praça da Ribeira (Santos, 2009).

As alamedas junto ao rio Douro são também uma condição deste plano, identificados na Alameda das Virtudes, de Massarelos e das Fontainhas (Ramos, 1995). Em termos de edifícios que marcam a cidade, assinalam-se a nova Cadeia da Relação, o Hospital do Carmo, a Casa Pia, o Teatro S. João, entre outros.



Figura 4.7.

Imagem: O Porto na época dos Almadás.

Autor desconhecido



Figura 4.7.1

Mapa: Os Almadás.

Mapa do Autor

O séc. XIX

O começo deste século é assinalado pela invasão francesa no território nacional, cercando o Porto em 1808, registando-se a revolta da população à sua ocupação. A segunda incursão francesa e consequente ocupação do Porto ocorre de um modo violento, com combates em plena cidade, seguidos pela tragédia da Ponte das Barcas (erguida 3 anos antes), com os habitantes do Porto em fuga, tentando escapar para sul, provocando a sobrecarga de peso sobre a ponte, fazendo-a ruir, submergindo 4 mil pessoas (Ramos, 1995).

Aos períodos inquietantes das invasões francesas sucederam-se as lutas liberais, com o Cerco do Porto entre 1832 e 1833, saindo vitoriosos os Liberais comandados por D. Pedro, mas que tiveram consequências sobre o tecido urbano, como a ruína parcial da baixa ribeirinha e das encostas vizinhas (Ramos, 1995).

Uma das consequências deste conflito, pela sua duração e pelo modo como decorreu, foi o de mostrar às autoridades militares a forma estratégica como a cidade dependia da sua relação com o mar. Apesar da predileção dos planos almadinos pela orientação norte-sul, do porto fluvial e da ribeira, era evidente o crescimento da cidade rumo a oeste, projetando-se a Avenida da Boavista, que assinalará a expansão oitocentista da cidade do Porto (Santos, 2009).

O desenvolvimento da cidade espelha-se nas várias regulamentações administrativas, onde se evidencia a postura reformista: com os decretos de 1832 e 1835, reparte-se a cidade em três bairros: Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita, asseverando a preponderância regional da cidade; na agregação de pequenas aglomerações rurais, em 1897, como freguesias de características urbanas, como Lordelo do Ouro, Foz do Douro, Nevogilde, Ramalde, Aldoar e Paranhos (Santos, 2009).

A época que se segue à vitória liberal, em 1834, e o advento da Regeneração, em 1851, marca-se pelo desenvolvimento da cidade, com base na burguesia mercantil (agora possuidora dos bens do clero, através do processo de nacionalização e venda dos mesmos em hasta pública), uma das únicas classes que

revelava dinamismo, alcançando a frente no movimento reformista do liberalismo na cidade do Porto: cria a Associação Comercial em 1834, no antigo Convento de São Francisco, constrói o Palácio da Bolsa em 1839 e intervém nas cercas de São Francisco e São Domingos (zonas até então não consolidadas); e realiza as reformas urbanísticas dos anos 40 do séc. XIX, preparando a cidade para as enormes alterações da segunda metade do século a nível industrial (Ramos, 1995).

A partir deste período amplia-se a malha urbana, com a abertura de novas ruas, já fora do velho burgo, como a rua dos Bragas e a rua de Álvares Cabral, oferecendo novas áreas de edificação, e de variados tipos, desde as casas de operários, às casas da burguesia, tal como as denominadas "casas dos brasileiros". A nível de provisão de géneros, localizaram-se estrategicamente na cidade os mercados e as feiras, construindo-se o mercado dos Anjos em 1839, o do Bolhão em 1837 e interveio-se no mercado da Ribeira aplicando apertados padrões de salubridade (Pereira, 1973).

Os transportes coletivos, de tração animal, foram introduzidos em 1872, e serviam a Foz do Douro, ligando posteriormente a Matosinhos e, em 1874, à Boavista (Pereira, 1973).

O carro elétrico chegaria pela primeira vez em 1895, mas mais importante foi a introdução do comboio com ligações regionais, entre 1875 e 1877, a Vila Nova de Gaia, por exemplo: transpor o Douro foi sempre motivo de investigação, mas é com a chegada da revolução industrial e da indústria do ferro que se encontra uma solução, inicia-se a construção de pontes com a aplicação desta nova tecnologia (Pereira, 1973).

A Ponte Maria Pia de especificamente construída para o serviço ferroviário, em 1877, e a ponte D. Luís I de uso rodoviário, em 1886, vêm colmatar as necessidades de ligação das diferentes margens. Importa ainda mencionar a atividade económica e comercial da cidade, agregada à modernização tecnológica da altura, tendo-se realizado diversas exposições agrícolas e industriais, a primeira em 1855, e dez anos depois, uma Exposição Internacional realizada no novo edifício do Palácio de Cristal (Ramos, 1995).

Este dinamismo manifesta-se na organização urbana, com distintas intervenções que caracterizam o séc. XIX na cidade do Porto, com a transmutação crescente do meio social, político e económico, da mudança da Ribeira e São Domingos para um novo posicionamento (na Praça Nova e nas suas proximidades) (Loza, 1999).

Emerge num novo núcleo, reestruturando a velha cidade, com novas vias, como a rua de Ferreira Borges, a Rua Mouzinho da Silveira e a Rua Nova da Alfândega, permitindo novos eixos de organização do comércio entre a zona alta da cidade à zona baixa (Ramos, 1995).

O Porto do século XIX é declaradamente um novo núcleo industrial, comercial, cosmopolita e de cariz moderno, cultural e político, mas conservando a sua memória muito própria dos habitantes da cidade (Ramos, 1995).



Figura 4.8.

Imagem: Largo da Cordoaria – Cadeia da Relação séc.XIX.

Autor desconhecido



Figura 4.8.1.

Mapa: Os Séc. XIX.

Mapa do Autor

O séc. XX

Como no período antecedente, o século XX define-se pelo prosseguimento das correntes migratórias para a cidade, com os condicionalismos distintos deste período que ligados à chegada do automóvel, vem originar novas preocupações ao nível da organização urbanística, identificados no grande número de planos dos quais se destacam alguns: Jaime Cortesão e o seu Plano de Geral de Arruamentos, em 1914, o plano de Barry Parker de Modernização da Zona Central, em 1915, o Plano Regulador de Antão Almeida Garret, em 1952, o Plano Diretor de Robert Auzelle, em 1962, e o Plano Diretor Municipal em 1993 (Santos, 2009).

Uma das semelhanças identificadas nalguns dos planos, especialmente nos relacionados com Ezequiel de Campos (identificadas e referidas por Ramos, 1998), a cidade apresentar-se com um desenvolvimento radial, com os seus eixos em forma de leque e interligados entre si transversalmente, como uma configuração de via de cintura interna, indicando o que viria a ser uma verdade após uns anos (Santos, 2009).

A disposição urbana marca a metamorfose do tecido urbano, suportada pela Avenida da Boavista (terminada em 1915), possibilitando a união este-oeste, mas também a dilatação urbana rumo ao mar, com a ligação adjacente ao porto de mar, Porto de Leixões (concluído em 1895) e a abertura da Avenida dos Aliados em 1916 (Loza, 1998).

Ocorrem diversas intervenções, como a destruição dos antigos Paços do Concelho, o desaparecimento do Parque do Laranjal (transferindo a centralidade de São Domingos para a Praça Nova, procedimento já iniciado no séc. XIX). Relativamente à estrutura urbana da cidade, especialmente a parte baixa da mesma, esta não sofrerá alterações consideráveis, evidenciando no entanto ocorrências que balizaram a cidade, nos mais variados aspetos, como na arquitetura de Marques da Silva, com a reconstrução do Teatro de S. João (após incêndio de 1908), a estação de S. Bento, o quarteirão das Carmelitas e algumas edificações dos Aliados (de expressão clássica) ou a casa de Serralves (Ramos,

1995) entre tantos outros. A cidade conhece mais algumas intervenções, como a abertura da rua Júlio Dinis, (1935), a destruição do Palácio de Cristal (substituído pelo Palácio dos Desportos, em 1951), a deslocação da Câmara Municipal do Paço Episcopal para o lugar onde hoje se encontra (1957), e a conclusão da Ponte da Arrábida (em 1963), (Ramos, 1995).



Figura 4.9.

Mapa: Os Séc. XX.

Mapa do Autor

4.2. Inclusão na Lista da UNESCO

O valor universal excecional significa uma importância cultural e/ou natural tão excecionais que transcendem as fronteiras nacionais e se reveste de carácter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a Humanidade (Fernandes, 1999). Foi este valor excecional que a UNESCO reconheceu ao Centro Histórico do Porto

(...) considerando que o Bem possui notável valor universal pelo seu tecido urbano e pelos seus inúmeros edifícios históricos que testemunham o desenvolvimento ao longo do último milénio de uma cidade europeia virada para o ocidente pelas suas ligações comerciais e culturais (...) (Carta de Merida, 1996, art.º15).

A tomada de consciência sobre o valor da cidade histórica do Porto resultou, também, na classificação pelo IPPAR, como Imóvel de Interesse Público da quase totalidade da zona classificada como Património Mundial e parte da área de proteção (Figueira, 1998).



Figura 4.10.

Fotografia: Centro Histórico do Porto, vista da Ribeira e Pena Ventosa.

Autor : Francisco Oliveira

O facto de o Centro Histórico do Porto, estar classificado pela UNESCO, implica uma maior responsabilidade das autoridades competentes no que se refere á salvaguarda e reabilitação do seu património.

De seguida analisa-se algumas propostas apresentadas nas ultimas décadas do século XX.

Caracterização do Estado Edificado

A avaliação do estado do edificado da área classificada, correspondente a cerca de 50 hectares, inseridos nas freguesias de Miragaia, Sé, São Nicolau e Vitória, através da elaboração de um inventário exaustivo desse património. (Porto Vivo, 2008d).

Todo este território foi diagnosticado no local através de um processo de vistoria que permitiu a sua caracterização a diferentes níveis: estado de conservação, ocupação, atividades, propriedade e dinâmicas encontradas (Porto Vivo, 2008a).

Conservação

A avaliação do estado de conservação do património edificado do Centro Histórico do Porto Património Mundial seguiu os seguintes critérios (Loza, 1996):

- (1). Bom: edifício em bom estado de conservação e utilização;
- (2). Médio: edifício com necessidade de obras de manutenção, nomeadamente pinturas, pequenas reparações e/ou limpeza em fachadas, empenas e coberturas;
- (3). Mau: edifício com sinais de degradação ao nível das infraestruturas, alvenarias e coberturas;
- (4). Ruína: edifício que não pode ser utilizado por questões de segurança e salubridade.

Relativamente ao conjunto edificado conclui-se que este Sítio é constituído por 1.796 edifícios, sendo que 443 se apresentam em bom estado de conservação, sem necessidade de intervenção; 649 em médio estado e 575 em mau estado. A estes números juntam-se 78 em ruína e 51 edifícios com obra, á data em curso. Constata-se, desta forma, que dois terços dos edifícios se encontram num médio e

bom estado de conservação e apenas um terço em mau estado (Graça, 2005; Graça, 2006).

A área da Ribeira/Barredo é a que apresenta um maior número de edifícios em bom estado, sendo tal facto consequência do processo de reabilitação de que este território foi alvo pelo CRUARB nas décadas de 70/80 e 90.

Ocupação

No que se refere ao estado de ocupação, no Centro Histórico do Porto apenas 17% do edificado está devoluto, encontrando-se totalmente ocupado em quase metade dos seus edifícios. Se a este número juntarmos o valor da ocupação parcial, poderemos afirmar que 83% deste território está ativo. Em termos de distribuição da taxa de ocupação por operação, a situação é bastante heterogénea (Instituto Nacional de Estatística, 2006).

A operação da Sé é a que demonstra ter um maior número de edifícios desabitados, sendo a Ribeira/Barredo e Vitória as áreas mais ocupadas (CRUAB, 2000).

A função mais comumente presente no edificado é a de habitação nos pisos superiores com atividade comercial no rés-do-chão, representando esta tipologia mais de 50% do edificado (Instituto Nacional de Estatística, 2006).

Desenvolvimento do Centro Histórico

A reabilitação e revalorização dos Centros Históricos degradados tem sido objeto, como se referiu anteriormente, de políticas nacionais e de iniciativas autárquicas, contando, muitas vezes, com o incentivo de cartas e convenções internacionais, impulsionadoras de um movimento que tem levado ao alargamento do conceito de património desde o monumento isolado como era considerado nos anos 40 e 50, até conceitos muito mais abrangentes como os de “sítio habitado e vivo” como é o caso atualmente (Graça, 2005; Graça, 2006).

Experiências de planeamento de matriz urbanística e regulamentar podem revelar-se aplicáveis na salvaguarda de bens patrimoniais mais ou menos

musealizadas ou monumentalizada, mas em centro histórico vivo importa experimentar ferramentas de planeamento mais ajustadas à gestão das dinâmicas de transformação que sempre ocorrem com maior ou menor intensidade (Destaque Informativo, 2004).

A reabilitação urbana do Centro Histórico do Porto, para além de constituir um imperativo de salvaguarda da herança urbana nacional e mundial, constitui um importante contributo para a valorização da dinâmica metropolitana, porquanto o processo de degradação e desvitalização do Sítio o transformou numa área crítica carecendo de recuperação e reconversão urbanística (Pacheco, 1997).

Por isso, o Plano de Gestão terá de responder a preocupações essencialmente relacionadas com a sustentabilidade do Sítio urbano patrimonial, mais do que com a salvaguarda estrita do edificado (Destaque Informativo, 2004).

Trata-se, assim, de uma figura do planeamento que não é, nem pode ser, decalcada de outra análoga, ou anterior ou importada, já que cada Sítio tem as suas circunstâncias objetivas e subjetivas próprias. Sem desprezo pelas experiências anteriores ou alheias, neste Plano de Gestão, são investidas, sobretudo, imaginação e investigação capazes de produzir uma ferramenta atual, concordante com o pensamento universal mais recente e com circunstâncias reais presentes (Figueira, 1999).

Este plano, e a sua implementação, ultrapassam a mera elaboração técnica, para se traduzirem num ato de cidadania capaz de unir a administração e os interessados diretos numa estratégia única, coerente e sustentável, capaz de mobilizar os agentes locais, nacionais e internacionais numa aposta de desenvolvimento material e cultural com uma escala sem precedentes (Figueira, 1999).

Trata-se de um plano fundamental para ajudar a solucionar e prevenir conflitos, sobretudo entre os programas pretendidos pelos proprietários, promotores e arquitetos e a capacidade de cada edifício para se adaptar a esses programas (Porto Vivo, 2008).

Como é óbvio, num Sítio que é Património Mundial não será viável em todos os edifícios inserir livremente novos programas (Porto Vivo, 2006b). Caberá ao Plano de Gestão a elaboração de um cenário de transformações que permita plenamente as capacidades e o potencial de cada edifício e de cada conjunto, sem que essa nova ocupação constitua a delapidação do valor patrimonial dos mesmos. Isto exigirá um conhecimento detalhado do edificado e uma capacidade acurada de avaliação dos programas pretendidos pelos promotores de transformações (Destaque Informativo, 1999).

Efeitos da Classificação

Depois da realização de diversos estudos sobre a caracterização do edificado, da população e do tecido económico da Baixa Portuense e do seu Centro Histórico, foi possível definir 8 grandes dinâmicas para a ação da Porto, na qual interpelam com o campo de ação desta dissertação, nomeadamente na conservação do património religioso do da Muralha fernandina do Porto (Porto Vivo, 2008).

(1) A reabilitação da Baixa do Porto;

(2) O desenvolvimento e promoção do negócio na Baixa do Porto;

(3) A revitalização do comércio;

(4) A dinamização do turismo, cultura e lazer;

(5) A qualificação do domínio público.

(6) O licenciamento e a autorização de operações urbanísticas;

(7) A expropriação de bens imóveis e dos direitos a eles inerentes destinados à reabilitação urbana, bem como a constituição de servidões administrativas para os mesmos fins;

(8) A fiscalização de obras de reabilitação urbana, exercendo, nomeadamente, as competências previstas na secção V do capítulo III do regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor, com exceção da competência para aplicação de sanções administrativas por infração contraordenacional, a qual se mantém como competência do município (Porto Vivo, 2008).

A adoção de uma estratégia clara é indispensável para promover a transformação da Baixa Portuense, do ponto de vista físico, económico e social, reunir recursos, aproveitar as oportunidades e diminuir os riscos.

O *Masterplan* é também um instrumento de comunicação com as populações envolvidas e as instituições, com os investidores e, de um modo geral, com os agentes da transformação (Destaque Informativo, 1999).

Destacam-se os seguintes programas e estudos urbanísticos efetuados pela Porto Vivo, SRU:

(1) Estudo urbanístico da área de intervenção prioritária dos Aliados (Porto Vivo, 2006a);

(2) Programa de reabilitação da Sé inserido na AIP Sé-Vitória (Porto Vivo, 2006b).

(3) Programa de reabilitação da Área Mouzinho/Flores (Porto Vivo, 2008).

A Porto Vivo, SRU (2005) propôs um conjunto de Ideias para a Revitalização da Frente Ribeirinha da zona de Intervenção Prioritária, que teve como objetivo encontrar e premiar ideias, coerentes e transversais, assim como soluções programáticas e físicas, inovadoras, exequíveis e sustentáveis numa perspetiva económico-financeira, nos seguintes níveis (Porto Vivo, 2005; Porto Vivo 2006b):

(1) Requalificação da margem do rio Douro e passeio marginal;

(2) Reordenamento da malha urbana, através da colmatação de discontinuidades, de projetos específicos para contentores disponíveis, da revalorização do edifício envolvente e da criação de um parque urbano na Escarpa dos Guindais;

(3) Promoção do turismo, cultura e lazer e outras atividades economicamente compatíveis, tornando a Frente Ribeirinha num polo de animação permanente para residentes e visitantes.

A elaboração de documentos estratégicos para unidades de revalorização concretas que definem os seguintes parâmetros (Porto Vivo, 2008a; Porto Vivo 2008b):

(1) Edifícios a reabilitar e a extensão das intervenções neles previstos;

(2) Identificação dos respetivos proprietários;

(3) Projetos base de intervenção, no qual se descrevem as opções estratégicas em matéria de revalorização, designadamente no que concerne a habitação, acessibilidades, equipamentos, infraestruturas ou espaço público, quando a intervenção inclua estas áreas, explicando sumariamente as razões das opções tomadas de modo a refletir a ponderação entre diversos interesses públicos relevantes;

(4) Planificação e estimativa orçamental das operações;

(5) Indicação de eventuais interessados em colaborar com os proprietários na recuperação dos imóveis.

Para o Centro Histórico do Porto existem diferentes documentos estratégicos que englobam quatro operações distintas.

O **Morro da Sé**, apesar do seu denso tecido construído, apresenta uma disponibilidade de espaços e prédios desocupados que, com os documentos estratégicos elaborados e com as operações candidatas ao QREN, vão

permitindo uma reabilitação que contribuirá, positivamente, para a fixação de habitantes e de negócios, para a preservação e enriquecimento do património arquitetónico, e para a valorização urbanística, paisagista e turística (Porto Vivo, 2006b).

Os quarteirões que constituem a **Mouzinho/Flores** possuem um elevado número de edifícios devolutos ou parcialmente ocupados, em situação grave de envelhecimento e desativação, no entanto, com inúmeras potencialidades para acolherem novas habitações com qualidade e conforto, unidades hoteleiras, novas frentes empresariais, um leque de serviços e comércio de qualidade e atrativo para os residentes (Porto Vivo, 2008c).

A operação dos **Clérigos** está toda integrada em Áreas de Intervenção Prioritária e é, sem dúvida, uma operação com uma forte ligação à Baixa do Porto, muito próxima de eixos com sinais de importante revitalização, como seja a zona da Cordoaria, Leões, Praça de Lisboa e Miguel Bombarda (Porto Vivo, 2006b).

Possui um conjunto edificado nas proximidades das Ruas dos Caldeireiros e de Trás em muito mau estado de conservação, mas por outro lado, com grande valor histórico e arquitetónico (Porto Vivo, 2006b).

Os quarteirões da área da Vitória está, toda ela, integrada na AIP (Área de Intervenção Prioritária) da Vitória e sua reabilitação é muito importante dadas as suas diversas potencialidades, com áreas predominantemente habitacionais, ou comerciais, outras ligadas ao ensino e às indústrias criativas, e outras ao turismo, permitirá uma forte revitalização da zona e vitalidade do Centro Histórico do Porto Património Mundial (Porto Vivo, 2008d).

4.3. Critérios de Ação da Zona Protegida como Património Mundial

O conceito de Centro Histórico, no contexto europeu, tem uma forte carga simbólica, relacionando-se, em regra, o fundamental do que se entende por “identidade de cidade”, tanto como referência de uma comunidade de cidadãos de um mesmo espaço urbano, assim como de imagem resumida da cidade para o visitante (Porto Vivo, 2005).

Corresponde, normalmente, a um espaço densamente construído e de elevada capacidade, onde se destacam alguns imóveis proeminentes pelo seu volume e importância patrimonial, artística e histórica e que, por isso, merecem uma proteção e destaque especiais (Porto Vivo, 2005).

(...) O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e reveste-se de carácter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste património é da maior importância para toda a comunidade internacional.
(...) (Porto Vivo, 2008b, p. 48)

Define-se assim os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Património Mundial. Estes critérios são regularmente revistos pelo Comité do Património Mundial, de forma a refletirem a evolução do próprio conceito de Património Mundial (UNESCO, 1996).

Assim, até ao final de 2004, os bens candidatos a Património Mundial eram selecionados com base em seis critérios culturais e quatro critérios naturais. Atualmente, existe uma única série de dez critérios, na qual, segundo a Carta de Mérida (UNESCO, 1996) destaca-se o critério IV, sendo este o escolhido para a classificação da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto como Património da Humanidade:

“(...) Critério **IV** - Oferecer um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico ou de paisagem

ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana (...)"
(Carta do México, 1996, Art.º. 5).

Analisando o critério IV, percebe-se por que é que o Comité usou como base o referido ponto para considerar a inscrição da Muralha Fernandina do Centro Histórico do porto para património da Humanidade (Porto Vivo, 2005).

Considerando que o local em que está implementado é um valor universal excecional pelo seu tecido urbano e pelos seus muitos edifícios históricos. Faz com que seja um testemunho notável para o desenvolvimento ao longo dos últimos milhares de anos de uma cidade europeia que olha para o oeste por seus laços culturais e comerciais. (UNESCO, 1996).

Como se viu, nas primeiras décadas do século XX, a maioria dos países europeus produziram leis, instrumentos e instituições para a proteção e salvaguarda do seu património. Assim começaram a realizar-se mais e mais ações para a conservação e restauro, definindo linhas de ação. Estas constituem uma base de influência sobre o conteúdo das normas internacionais desenvolvidas e adotadas a partir dos anos 30.

Proteção nacional e proteção internacional do património cultural e natural

Com o fim de assegurar uma proteção e conservação tão eficazes e uma valorização tão ativa quanto possível do património cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país, o artigo 5º da convenção Património Mundial de 1972 (UNESCO), refere que os Estados membros da presente Convenção esforçar-se-ão na medida do possível por:

Adotar Uma política geral que vise determinar uma função ao património cultural.

Uma política na vida colectiva e integrar a protecção do referido património nos programas de planificação geral.

Instituir	<p>Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do património cultural e natural, com pessoal apropriado.</p> <hr/> <p>Dispor dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas.</p> <hr/>
Desenvolver	<p>Estudos e as pesquisas científicas e técnica e aperfeiçoar os métodos de Ação.</p> <hr/> <p>A capacidade de um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural e natural.</p> <hr/>
Tomar as medidas	<p>Jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação.</p> <hr/> <p>De protecção, conservação, valorização e restauro do referido património.</p> <hr/>
Favorecer	<p>A criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da protecção, conservação e valorização do património cultural e natura.</p> <hr/> <p>A encorajar a pesquisa científica neste domínio.</p> <hr/>

Figura 4.11.

Tabela síntese da estratégia a adotar pelos países membros da convenção da UNESCO, 1972

Tabela do Autor

Organismos de Ação de Proteção do Património: Legislação Nacional

A lei, n. 107/2001 de 8 de Setembro, «*Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural*», como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura (lei n. 107/2001, art. 1).

A política do património cultural integra as ações avançadas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efetivação do direito à cultura e ao prazer cultural e a execução dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional (Lopes, 2012).

A presente lei inclui o património cultural, todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura mensageiros de interesse cultural importante, devam ser objeto de tipicidade na proteção e valorização.

O interesse cultural relevante, nomeadamente histórico;

(...) Paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. (...) (lei n. 107/2001, art. 2).

Integra-se, no património cultural, os bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas. Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português (Lopes & Figueira, 1996).

Por fim o artigo 3 refere os deveres basilares que o estado deve ter para com a preservação do património (Lopes, 2012).

Tarefa Fundamental do Estado	Salvaguarda e valorização do património cultural, assegurar a transmissão da herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional
-------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Proteger e valorizar o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais..

Proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Figura 4.12.

Tabela síntese da Tarefa Fundamental do Estado, lei n. 107/2001

Tabela do Autor

Inclui-se o património cultural não só no conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante mas igualmente, sempre que for o caso disso, os respetivas conjunturas que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa (lei n. 107/2001).

Organismos de Ação de Proteção do Património: Legislação Local

A nível de legislação local, a Muralha Fernandina do Centro histórico do porto obedece a dois organismos locais, o Regulamento do Plano Diretor Municipal do Porto e o Código Regulamentar do Município do Porto (Porto Vivo, 2008b).

O código regulamentar fala das leis de utilização do espaço público portuense, falando pontualmente no centro histórico do porto, mas fazendo pouco ênfase às potencialidades deste mesmo, referindo-se apenas a sistematizações e regras que visam as coimas a aplicar em processos de contra ordenações (Porto Vivo, 2005).

O PDM da câmara municipal do Porto, visa os seguintes objetivos (Porto Vivo, 2006b):

(1) Valorização da identidade urbana do Porto, através da conservação dinâmica dos tecidos existentes e do desenho de novos espaços urbanos coerentes com o património que a cidade tenta proteger e conservar.

(2) Requalificação do espaço público e valorizar os componentes ambientais, paisagísticos, através da sua reorganização sistémica e da minimização dos principais impactos tanto para o ambiente como para o património portuense (Porto Vivo, 2006b).

(3) Requalificação do espaço público e valorização ambiental e ecológica.

(4) Racionalização do sistema de transportes tendo em vista mobilidade urbana e intra-urbana, dando prioridade aos transportes coletivos e a novos meios de circulação sustentáveis.

(5) Redução das assimetrias urbanas existentes, fomentando a equidade da localização dos investimentos públicos e reforçando a coesão social e territorial, com especial incidência nos bairros sociais.

(6) Afirmação do Centro histórico e da Área Central como referencia insubstituíveis do desenvolvimento urbano, potencializando a sua revitalização e animação.

5. Capelas da Muralha Fernandina

5.1. Enquadramento e justificação dos estudos de caso

Os estudos de caso deveriam permitir uma análise que relacionasse as problemáticas identificadas no que toca à conservação e revalorização patrimonial e às novas abordagens ao sentido de património.

Apresentadas no capítulo da Introdução, as problemáticas surgidas na fragilidade da conservação das Capelas da Muralha Fernandina do Centro histórico do Porto, classificado pela UNESCO, os estudos de caso enquadram-se assim no século XXI, onde foram considerados os seguintes critérios:

Intervenções com projetos de conservação efetuadas por organismos privados, como comissões fabriqueiras ou ordens religiosas, cuja sua utilização litúrgica estivesse a ser ainda utilizada no séc. XXI, para permitir um espaço temporal mínimo para avaliar o impacto das capelas no contexto onde se inserem.

Além destes critérios era necessário que as capelas tivessem gerado uma relação com a povoação nas suas imediações, ainda existente, tanto num enquadramento urbano da Muralha Fernandina, e na qual se pudesse efetuar um estudo da relação da capela e do seu significado com essa realidade nos dias de hoje.

Assim, foram excluídas todas as intervenções efetuadas em capelas que se desenquadrassem do contexto da Muralha Fernandina do Porto.

Considerou-se que as ações patrimoniais de limpeza, manutenção e consolidação estrutural, ou seja conservação, apresentam a informação mais relevante para o seu estudo.

Tentou-se assim investigar os princípios de ação no contexto urbano portuense que se enquadrassem nos critérios anteriormente referidos, a importância das capelas no caso Marianas, definida por Costa (2000).



Figura 5.1

Mapa: Localização das Capelas da Muralha Fernandina do Porto

Desenhos do Autor

Neste capítulo irá apresentar-se as categorias de análise que sustentaram a o enquadramento e justificação da escolha dos estudos de caso, através da síntese das problemáticas reconhecidas na fundamentação teórica. A resposta a essas categorias de análise foi efetuada com os meios e tempo disponíveis para esta dissertação.

Irá seguidamente apresentar-se os critérios subjacentes à escolha das intervenções que constituem os estudos de caso.

5.2. Apresentação das categorias de análise dos estudos de caso

Identificadas as problemáticas, definiram-se os aspetos que constituem as novas abordagens ao património presente numa zona classificada pela UNESCO, como Património da Humanidade. Também se delinearam as características que mais se verificaram através das mudanças ocorridas nas capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto, sendo apresentadas no quadro-síntese em seguida.



Figura 5.2

Quadro da Problemática

Quadro do Autor

Em cima, apresenta-se dois quadros diferenciados, constituídos por ideias e palavras-chave. À esquerda identifica-se duas ideias associadas ao património. Por um lado a seleção, um processo inerente à formação da identidade, que supõe a escolha de valores definidos, nascidos de um contexto e de uma comunidade, a qual se deve entender como são conduzidos entre gerações, ou seja, qual o papel do significado como ação mediadora. Por outro lado a problemática da crise de acumulação, derivada da conceção tradicional de património, ao qual a seleção constitui uma nova abordagem.

À direita apresenta-se a Ação patrimonial e as problemáticas relacionadas, surgidas desde finais do século XX, a partir da classificação do Centro Histórico do Porto como Património da Humanidade, na qual, particularmente a forma como a interpretação é gerada, cujo objetivo é particularmente a utilização pública e litúrgica da capela, onde a mensagem se apoia no valor intrínseco, que pressupõe uma valorização do monumento, onde prevalece a possibilidade da intervenção revalorização patrimonial, como um exercício de arquitetura, em detrimento de uma resposta a um contexto e comunidade específica.

Desta forma, associada à construção de uma mensagem para ser interpretada, está a expectativa económica esperada pelas intervenções patrimoniais nas respetivas comunidades.

Assim, realizar-se-á uma análise dos estudos de caso contrapondo os dois quadros com as novas abordagens ao processo que constitui o património e as intervenções patrimoniais no contexto UNESCO.

Deste modo, irá se averiguar, por um lado, qual a relação entre a expectativa económica e a possibilidade do projeto de arquitetura na revalorização patrimonial no contexto onde as capelas se inserem, de forma a averiguar divergências ou ligações comparativamente a um futuro sucesso da intervenção na adequação às necessidades locais. De outro modo, pretende-se verificar que o significado continua a regular-se pela construção de uma mensagem real para o público comum ou se, pelo oposto, são incluídos os vários valores concedidos pelas coletividades locais, sendo o significado mediador da estrutura de uma mensagem não para um público indefinido mas entre várias gerações relativas a uma comunidade do Centro Histórico do Porto.

Através deste confronto, delinearam-se três categorias analíticas que irão compor a matriz para a análise individual e comparativa dos estudos de caso.

(1). Contexto / Comunidade

(2). Valores associados / Valores intrínsecos

(3). Caracterização / Conservação

No *Contexto / Comunidade* irá efetuar-se uma análise comparativamente ao choque económico da intervenção relacionando-se a expectativa económica presente no conceito de uma futura revalorização e o seu impacto na conjuntura local, verificando se a capela é fator gerador e se fundamenta a presença de expectativa económica na intervenção, ou não, ou se a quantidade de visitantes e utilizadores do espaço é vista como solução para a economia da comunidade local.

Nos *Valores associados / Valores intrínsecos*, irá se contestar os valores sob os quais a classificação é efetuada e que espécies de ações existem por parte das entidades responsáveis na divulgação do património. Pretende-se igualmente entender se comunidade local participa no dia-a-dia da capela, pois poderá significar que a capela poderá representar um valor de identidade para a comunidade local.

Relativamente ao *Contexto Comunidade / Conservação*, a sua análise irá ser realizada segundo, as intervenções efetuadas, distribuição tipológica da capela, materiais usados e as técnicas que compõem a interpretação e se há usos alternativos propostos pela comunidade ou se a mesma participa no procedimento de decisão da intervenção e utilização da capela.

A análise dos estudos de caso foi efetuada tendo em consideração o tempo, meios e informação disponíveis para esta dissertação. Foram encontradas algumas dificuldades na recolha de informação, nomeadamente:

(1). Falta de dados referentes ao número de visitantes, proveniência, antes e depois das mais recentes intervenções nos estudos de caso, o que não permite comparar para avaliar de forma real o impacto das intervenções feitas ao longo dos tempos nas capelas da Muralha Fernandina do Porto

(2). Ausência de estudos locais que indiquem um efetivo crescimento no comércio/turismo e economia locais após a classificação do Centro Histórico do Porto como Património da Humanidade, ou se a expectativa da própria teve os efeitos pretendidos com a referida classificação.

Assim, a informação relativa aos tópicos em cima apresentados, será sobretudo baseada na informação recolhida pelos documentos analisados, como foi referido na apresentação do capítulo 2, a onde são abordadas as metodologias aplicadas nesta dissertação.

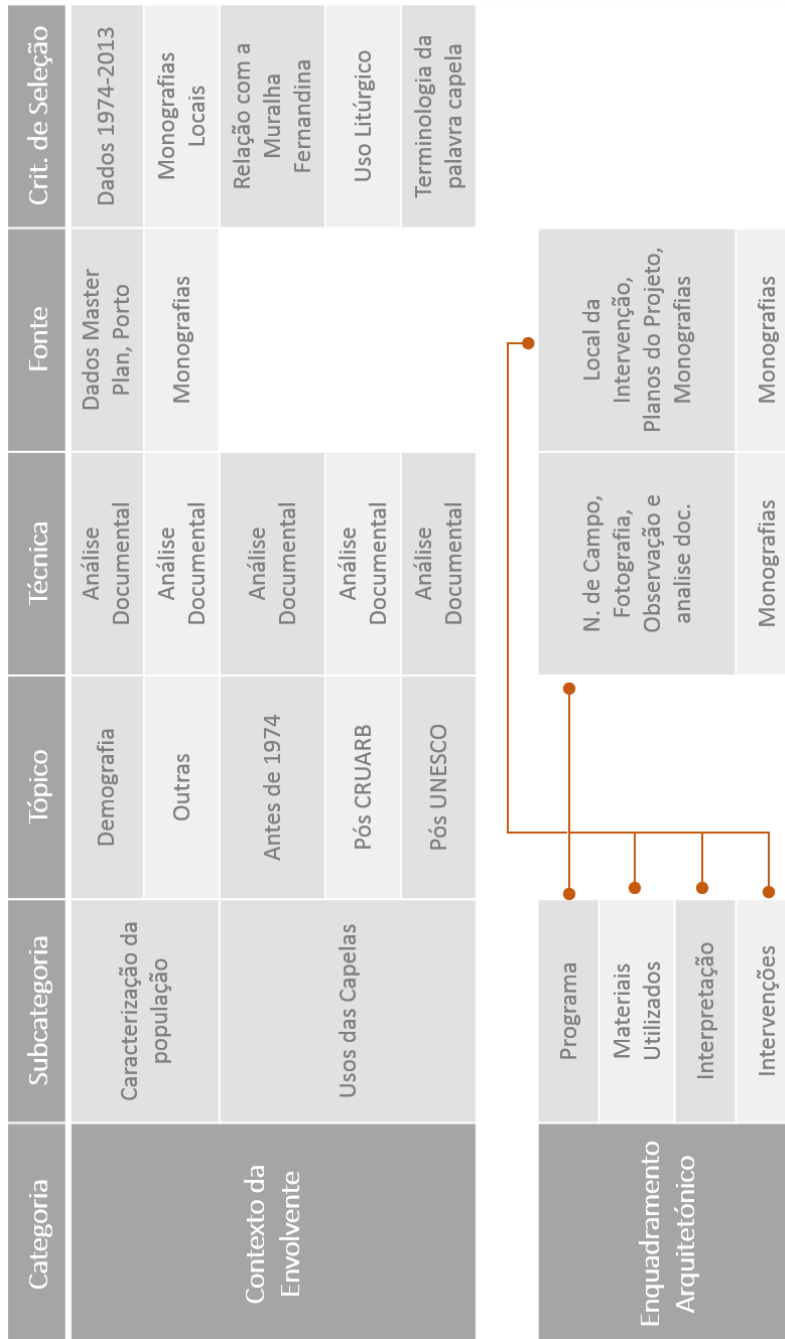


Figura 5.3

Quadro Contexto/Comunidade vs. Capela

Quadro do Autor

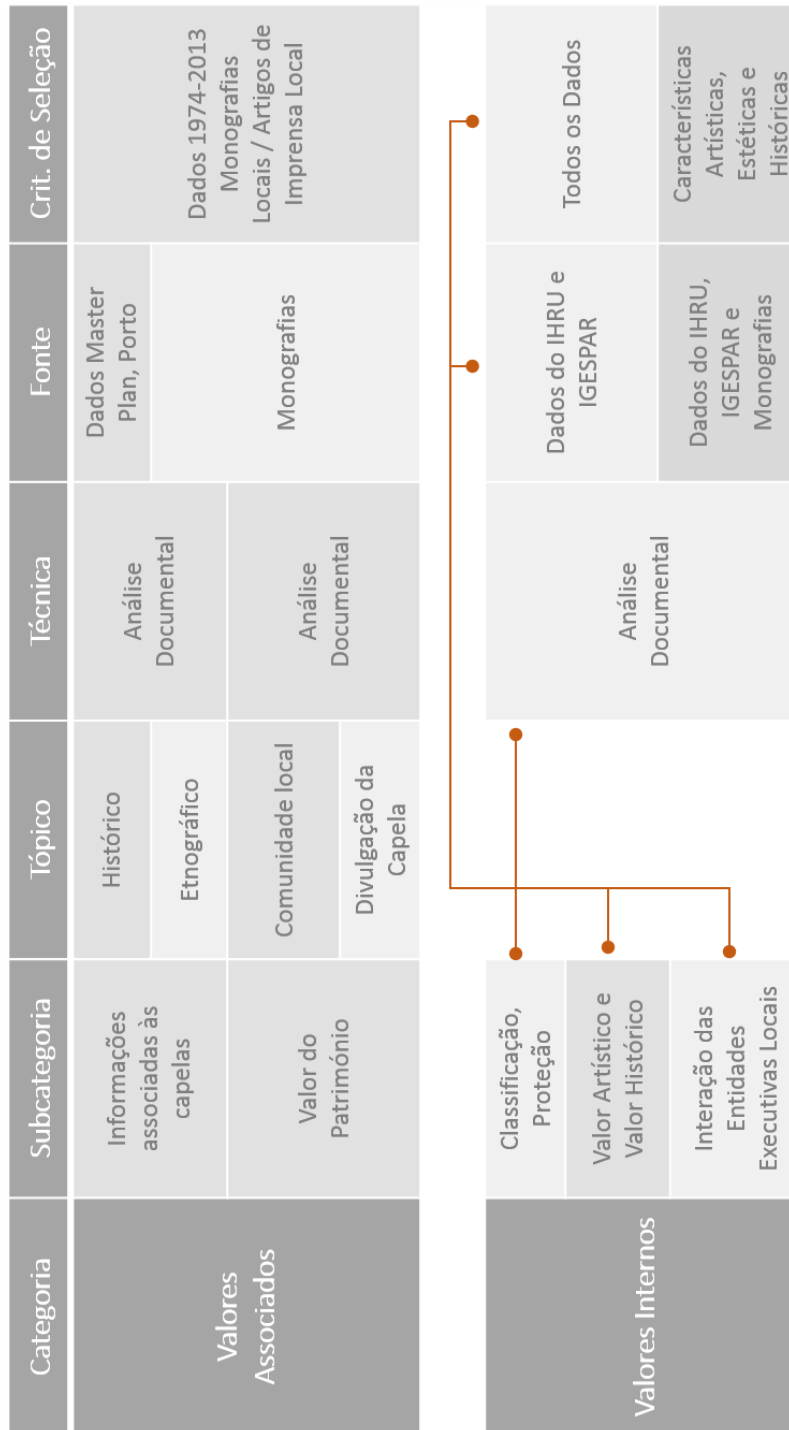


Figura 5.4

Valores Associados vs. Valores Internos

Quadro do Autor

Categoria	Subcategoria	Tópico	Técnica	Fonte	Crit. de Seleção
Contexto e Comunidade	Turismo e Economia Local		Análise Documental	Dados Master Plan, Porto e PDM	Plano de Gestão da C. M. do Porto
	Capela como polo de Atratividade		Cruzamento de Dados	Monografias	
Economia Local	Perspetivas Presentes nas Futuras Estratégias de Intervenção	Atividades	Análise Documental	Memoria descritiva e Artigos	Todos os Dados
		Espectativas	Análise Documental	Memoria descritiva e Artigos	Todos os Dados

Figura 5.4.1

Contexto e Comunidade vs. Economia Local

Quadro do Autor

5.3. Justificação dos Estudos de Caso

Para contrapor aos grupos de análise apresentados nos quadros anteriores os estudos de caso deveriam permitir uma análise que referisse as problemáticas reconhecidas no que toca à intervenção patrimonial e às novas em espaços urbanos.

Os Problemas surgidos nos finais da década de 90 do século XX nas intervenções patrimoniais, e inclusivamente em intervenções nas Capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto.

Os estudos de caso enquadram-se assim no século XXI, onde foram considerados os seguintes critérios: uso litúrgico do espaço, terminologia da palavra capela e localização dentro e nas proximidades da Muralha Fernandina.

Para além destes critérios, era indispensável que a capela tivesse gerado uma interação entre a população, ainda presente numa integração urbana, na qual se conseguisse efetuar um estudo da ligação da capela da sua interpretação com a realidade dos dias de hoje.

Considerou-se que a maioria das intervenções patrimoniais de limpeza, manutenção e consolidação estrutural, á exceção da capela dos Alfaiates, expõem informações relevantes, pelo que se preferiu selecionar as intervenções. Tentou-se assim investigar-se as intervenções no contexto nacional que se enquadrassem nos critérios anteriormente referidos patrimoniais que se enquadrassem em ligação direta com a comunidade local.

Para uma compreensão mais objetiva de cada intervenção optou-se por elaborar uma tabela com os dados informativos que incluem o seu estado de conservação atual e intervenções segundo as recomendações da UNESCO.

O seguinte quadro 5.5, resultou da pré-seleção, com intervenções e informações adicionais. As delimitações a cor de laranja assinalam as características de cada capela, relativamente aos casos anteriormente referidos, mas igualmente fazendo ligação ao seu estado de conservação, ao uso litúrgico e ao contexto social presente nas comunidades em que as capelas estão localizadas.

- (1). Devolução de elementos Arquitetónicos desaparecidos.
- (2). Arranjos exteriores.
- (3). Restauro e re-funcionalização das áreas internas.
- (4). Demarcação de elementos de interesse arqueológico.
- (5). Reposição/Restauro dos retábulos.
- (6). Reconstituição de representações simbólicas da liturgia das capelas.
- (7). Sinalética específica, referindo a historia e evolução das capelas.
- (8). Instalação de áreas museológicas através do reaproveitamento e reafectação de áreas propícias.
- (9). Outros equipamentos destinados à animação e reafectação de uso do monumento.
- (10). Iluminação Monumental.

Também através da *figura 5.5*, confirma-se uma prevalência de situações associadas à utilização litúrgica das capelas, nomeadamente a existência de facilidades ao culto religioso e sinalética específica com informação sobre a capela, além de uma predominância de espaços museológicos nas suas imediações através da reafectação de espaços pré existentes.

Mais uma vez verifica-se a através dos seguintes dados, que a ligação entre a comunidade e o edifício religioso é muito forte, formando uma corrente que se alastrou não só à Muralha Fernandina, como a toda a cidade do Porto.

Importante de referir, que foram estas mesmas comunidades locais, que através de comissões fabriqueiras, confrarias ou ordens religiosas que procederam durante muitos anos á manutenção destes edifícios, dai a importância de mais uma vez, não excluir o contexto social e religioso desta dissertação.

Portanto com os dados apresentados na *figura 5.5.* cruzaram-se com os seguintes critérios:

(1). Situação geográfica: selecionou-se pelo menos uma intervenção nas antigas freguesias constituintes do Centro Histórico do Porto, sendo elas: Sé, São Nicolau, Vitoria e Miragaia.

(2). Enquadramento: pretendeu-se da mesma forma englobar contexto do Centro Histórico do Porto, procurando explorar a ligação entre capela e Muralha, estabelecendo o enquadramento para a análise comparativa.

(3). Características da intervenção: procurou-se selecionar as intervenções que apresentassem obras de manutenção e com potencial para futuras ações que apresentem espaços museológicos e estruturas de apoio ao turismo local, sendo esta a atividade mais relevante no local em que as capelas se localizam.

Apresenta-se seguidamente *figura 5.6.* com a correspondência destes critérios, onde os casos averiguados na *figura 5.5.* foram sintetizados em dois contextos.

As intervenções são apresentadas pelas freguesias circunscritas á Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto. Os retângulos de cor laranja indicam os estados que cada uma das intervenções contenta.

Freguesia	Enquadramento	Capelas	Intervenções	Potencialidade Turística
Sé	Fora da Muralha Fernandina	Alfaiates		
	Dentro da Muralha Fernandina	Verdades		
São Nicolau	Dentro da Muralha Fernandina	Nossa Senhora da Lada		
	Dentro da Muralha Fernandina	São Salvador do Mundo		
	Dentro da Muralha Fernandina	Senhora da Piedade		
Vitoria				
Miragaia	Nas Portas da Muralha Fernandina	Nossa Senhora da Esperança		

Figura 5.6

Enquadramento das Capelas da Muralha Fernandina

Quadro do Autor

Deste modo pretendeu-se selecionar as capelas e referidos princípios de ação que observassem as duas condições referidas na tabela. Do ponto de vista da localização e enquadramento das capelas foi possível selecionar pelo menos uma situação em três freguesias da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto, sucedendo que o caso da capela dos Alfaiates constitui a única intervenção que sai fora dos limites da Muralha.

Assim, na *figura 5.7.* apresentam-se as respetivas localizações dos estudos de caso que resultaram da anterior seleção: (1). Nossa Senhora da Esperança; (2). Nossa Senhora da Lada; (3). São Salvador do Mundo; (4). Nossa Senhora da Piedade; (5). Alfaiates; (6). Verdades.



Figura 5.7

Localização dos Estudos de Caso

Quadro do Autor

5.4. Miragaia – Capela de Nossa Senhora da Esperança

DADOS GERAIS

IDENTIFICAÇÃO	Capela de Nossa senhora da Esperança
MORADA	Porto, Miragaia, Rua de Tomás Gonzaga, Rua de Francisco da Rocha Soares
DATA DE CONSTRUÇÃO	Finais do séc. XVIII / Inícios do XIX
PROPRIETÁRIO ORIGINAL	Irmandade de Nossa Senhora da Esperança
PROPRIETÁRIO ATUAL	Irmandade de Nossa Senhora da Esperança
USO ORIGINAL	Culto Religioso a Nossa Senhora
USO ATUAL	Desafeta ao culto e sede da Irmandade da Nossa Senhora da Esperança
AFETAÇÃO	Sem Afetação
PROTEÇÃO	Inexistente

CONTEXTO HISTORICO	<p>Os quintais e alguns prédios da Envolvente da Capela de Nossa Senhora da Esperança, que contactam com as traseiras dos da Rua das Taipas, estão separados por panos de muralha, que só foi cortada para abertura da Rua das Taipas, muralha que continua nos terrenos da Brevia dos Religiosos de S. Bernardo. Continua pelas traseiras dos prédios da Rua Tomas Gonzaga e só interrompe no local onde existiria o postigo da Esperança, e logo temos, um grande pano da muralha a descer as escadas do Caminho Novo até lá ao fundo, onde deveria ter estado a Porta Nobre (Quaresma, 1995).</p> <p>A Porta Nobre que teria sido mandada edificar por D. Manuel I para substituir o velho Postigo da Praia de Miragaia. A Praia, que se estendia desta porta até Monchique, era conhecida como a "Praia do Mosqueiro", mas as gentes de então chamavam-lhe somente a praia.</p> <p>O Porto teve varias judiarias na qual localizavam-se nas imediações da capela - a Igreja cristã não os hostilizava e foram-se mantendo até ao decreto D. Manuel I promulgou. O seu bairro, em Miragaia, ocupava um largo espaço entre a praia, a escarpa da bandeirinha e a zona de Monchique (Zona da Capela). Tinham a sua sinagoga própria e cemitério privativo. A sinagoga situar-se-ia no terreno onde, no século XVI, se construiu o Convento de Monchique, e o cemitério - o almocavar - localizar-se-ia ao fundo da rua da Bandeirinha (Ramos, 1994).</p> <p>Informações sobre a envolvente:</p> <p>Localiza-se sobre os limites da Muralha Fernandina, em pleno centro histórico, nas proximidades do Largo e do Convento de São João Novo. A capela encaixa-se na esquina da Casa do Pároco.</p>
---------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Figura 5.8

Localização das Capelas de Nossa Senhora da Esperança

Bing Bird



■ Capelas da M. Fernandina
■ Património Religioso

■ Cerca Velha
■ Transosição Muralhas

■ Pontes



Figura 5.9

Mapa: Localização das Capelas de Nossa Senhora da Esperança

Mapa do Autor

ENQUADRAMENTO ARQUITETONICO

ANÁLISE ARQUITETONICA

Capela de nave única, elevada relativamente à cota da rua, com uma escada de lanços inversos adossada à frontaria principal. Templo simples, com cobertura em telhado de duas águas.

Fachada principal orientada a N. terminada em frontão triangular com um pequeno óculo no tímpano. Portal de verga reta arquivado encimado por um nicho envidraçado ladeado por dois volumes invertidos com pináculos. Sobre o nicho, com a imagem de Nossa Senhora da Esperança, um frontão triangular retalhado por uma cruz. A porta em madeira mostra na fração superior uma âncora. Lateralmente, duas janelas retangulares sobrepostas. Na fachada lateral, voltado para a Escada do Caminho Novo, sobre o beiral, dois sinos retidos por escoras metálicas (Costa, 1984).

As escadas da entrada são protegidas por grades com dois portões nos topos. No patamar a grade apresenta a data: 1892.

No interior tem do lado da Epístola um curto coro em madeira. No lado inverso um retábulo em talha dourada e pintado de branco, tendo no nicho central a imagem de Nossa Senhora da Esperança encimada por uma mísula com a imagem de Santa Luzia. Do lado esquerdo e direito as imagens em madeira policromada de São Joaquim e de Santo António. Um pequeno nicho com uma imagem em madeira policromada insere-se na parede oposta à entrada. O Teto é estucado com um medalhão ao centro (Quaresma, 1995).

RESTAUROS/ INTERVENÇÕES

Pouca Informação existe sobre os Restauros e Intervenções na Capela de Nossa Senhora da Esperança. Mas sabe-se que no início do séc. XVIII dá-se a provável construção da capela. Em 1892 por ordem da Irmandade de Nossa Senhora da Esperança é construído a grade e em 1893 é pintado do altar e retábulo, feita de novas escadas.

Em 1991 foi feita uma Pintura interior e vistoria da cobertura.

As intervenções mais recentes, foram efetuadas pela comissão fabriqueira da freguesia de Miragaia, tendo a última sido uma simples obra de manutenção, efetuada em 2012.



Figura 5.10

Fotografia da Capela de Nossa Senhora da Esperança

Fotografia do Autor

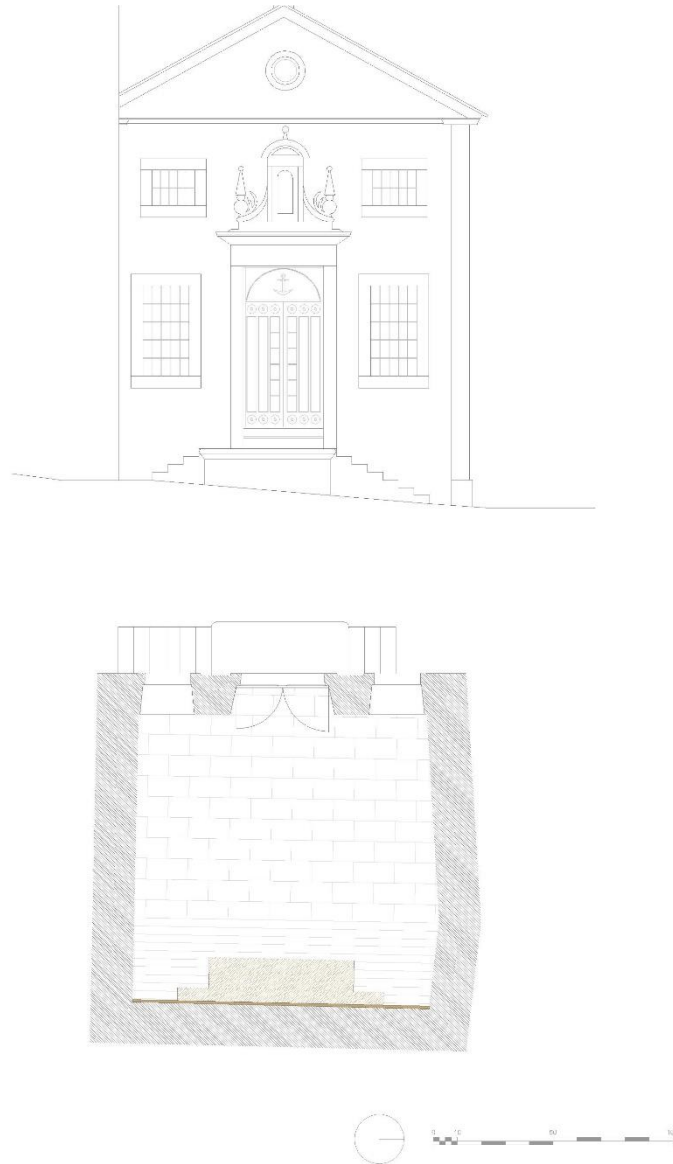


Figura 5.11

Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela de Nossa Senhora da Esperança

Desenho do Autor

CONTEXTO DA ENVOLVENTE

CONTEXTO SOCIAL

Devido ao envelhecimento da sua população, por um lado e, por outro, ao quase abandono a que estão votadas algumas crianças, o Serviço Social desta Autarquia, tem desempenhando um papel decisivo no diagnóstico, estudo e avaliação do contexto social envolvente da Freguesia e continuará a desenvolver o seu trabalho. O conhecimento da realidade social em toda a sua complexidade, exige um trabalho contínuo, de terreno, cada vez mais próximo das reais necessidades das pessoas, tendo em atenção a situação de idosos isolados.

Existe uma parceria com o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social do Porto, a onde decorre atendimentos no âmbito da Ação Social e Rendimento Social de Inserção, abrangendo diversas problemáticas (apoio domiciliário, precariedade, saúde, mono-parentalidade, toxicod dependência e HIV).

A União das Juntas pretende criar uma parceria com o CAFAP (Centro Atendimento Familiar e Aconselhamento Parental) e a Comissão para os direitos da Mulher, no sentido de desenvolver Ações de Formação para mulheres ativas e planeamento familiar.

A prestação de serviços aos idosos, assim como a viabilização de momentos de lazer e convívio são um dos principais objetivos do governo local.

CONTEXTO TURISTICO

Nas proximidades da Capela de Nossa Senhora da Esperança existem vários polos de atração turística, desde a Monumentos Nacionais e de Interesse Publico a serviços de hotelaria, existindo no total 12 hotéis / Pensões.

Ainda nos percursos turísticos feitos por operadores privados, cerca de 7 passam pela Rua de Francisco da Rocha Soares, daí notar a importância do local para a estratégia turística da freguesia.

CONTEXTO COMERCIAL

Estrutura em granito aparente; portas, caixilharias, estrutura da cobertura, pavimento e mobiliário em madeira; grades de ferro; revestimento interior com azulejos; retábulos, púlpitos, sanefas e forro da cobertura em madeira entalhada a dourado; cobertura exterior de telha.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Segundo Costa (1984), esta capela foi levantada por adoração à Nossa Senhora da Conceição sob a invocação de Nossa Senhora da Esperança. Julga-se que dada a destruição de parte da muralha foi compreendido pelos moradores construir um oratório para veneração da Santa. A irmandade de Nossa Senhora da Esperança organizava um arraial de São João nas ruas próximas. O Largo de São João Novo chamou-se em tempos de Nossa Senhora da Esperança.



Figura 5.12

Fotografia da Capela de Nossa Senhora da Esperança

Fotografia do Autor

5.5. São Nicolau – Capela de Nossa Senhora da Lada

DADOS GERAIS

IDENTIFICAÇÃO	Capela de Nossa Senhora da Lada
MORADA	Porto, São Nicolau, Rua de Cimo Muro, Largo do Terreirinho, Rua da Lada
DATA DE CONSTRUÇÃO	Finais do séc. XVII
PROPRIETÁRIO ORIGINAL	Igreja Católica
PROPRIETÁRIO ATUAL	Igreja Católica
USO ORIGINAL	Culto Religioso a Nossa Senhora
USO ATUAL	Culto Religioso a Nossa Senhora
AFETAÇÃO	Sem Afetação
PROTEÇÃO	Incluído no Centro Histórico, na Zona Histórica da Cidade do Porto, grau 2

CONTEXTO HISTORICO	<p>O espaço e imediações a onde se encontra a Capela de Nossa Senhora da Lada foi centro de comércio das gentes do Porto da Idade Média até ao início do século XIX beneficiando da sua ligação ao rio e do acesso que à cidade se fazia pela Porta da Ribeira, principal acesso intramuros até ao século XVII. Manteve e mantém, ainda hoje, a sua feição comercial e, por essa causa, foi um centro imprescindível no acesso e saída da população da cidade e de mercadorias pelo cais da Ribeira (Alves, 2002).</p> <p>O Largo do Terreirinho e suas proximidades, para além do comércio permanente nas suas lojas, foi também o local da feira, o Rossio da Ribeira.</p> <p>A Praça da Ribeira, apresenta hoje resultado da intervenção urbanística levada a cabo pelo governador João de Almada e Melo, iniciada em 1776 e concluída por volta de 1785, e da qual se destaca a abertura da Rua de S. João</p> <p>Nas imediações da capela, após escavações realizadas no local nos anos 80 e que revelaram a existência de um chafariz do século XVII. Para além do já referido de destacar que esta zona estaria delimitada, a sul, pela Muralha do séc. XIV onde se abria a Porta da Ribeira e que viria a ser desmantelada em 1821. Esta zona foi atingida no século XV por um grande fogo e no século XVI fez o cais da Ribeira. Ainda no século XVI há uma referência no Tombo das Casas do Cabido que atesta que ali estava o pelourinho ou picota e que em 1714 se ergueu outra e esta perdurou até ao século passado (Alves, 2002).</p> <p>Em 1806 inaugura-se a Ponte das Barcas, construída com objetivos mais duradouros, foi projetada por Carlos Amarante e inaugurada a 15 de Agosto de 1806. Era constituída por vinte barcas ligadas por cabos de aço e que podia abrir em duas partes para dar passagem ao tráfego fluvial. Foi nessa ponte que se deu a catástrofe da Ponte das Barcas, em que milhares de vítimas pereceram quando fugiam, através da ponte, às cargas de baioneta das tropas da segunda invasão francesa, comandada pelo marechal Soult, em 29 de Março de 1809. Mais de quatro mil pessoas morreram (Duarte, 2004) .</p> <p>Esta ocorrência viria abalar a cidade do Porto de tal forma que a influencia do seu acontecimento é referida e retratada por toda a ribeira e consequentemente nos retábulos da Capela da Lada. Reedificada depois da calamidade, a Ponte das Barcas acabaria por ser substituída definitivamente pela Ponte Pênsil em 1843 (Duarte, 2004).</p>
---------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Figura 5.13

Localização das Capelas de Nossa Senhora da Lada

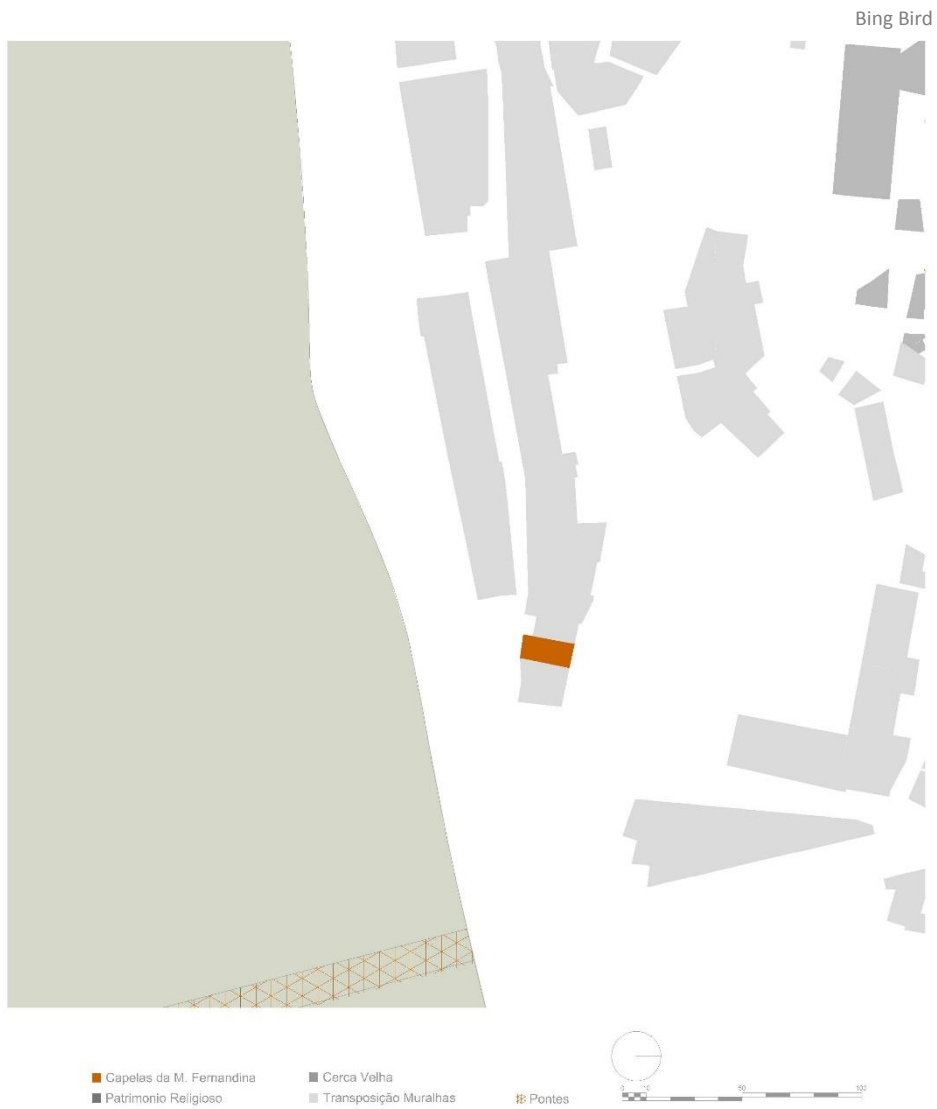


Figura 5.14

Mapa: Localização das Capelas de Nossa Senhora da Lada

Mapa do Autor

ENQUADRAMENTO ARQUITETONICO

ANÁLISE ARQUITETONICA

Planta retangular, interiormente de nave única e capela-mor, de massa simples com cobertura em telhado de duas águas. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, apresentando a principal os elementos estruturais e modinaturas em cantaria de granito. Fachada principal voltada a sul, com embasamento, enquadrada por cunhal apilastrado no ângulo com a fachada lateral O. e por pilastra no lado oposto, ambos sobre plintos salientes.

Remate formado por platibanda interrompida por frontão triangular saliente, com cartela com flor de oito pontas no tímpano, rematada por cornija elevada ao centro e ladeada por volutas. Sobre esta dispõem-se lateralmente urnas e ao centro sineira em cantaria de granito rematada por frontão triangular com motivo geométrico no tímpano, elevado por cruz latina.

É vazada por arco pleno, com marcação da pedra de fecho. Na parte posterior desta, desenvolve-se pequeno corpo retangular, pintado de vermelho, com cobertura em telhado de duas águas, correspondente à zona de acesso.

No eixo da fachada, rasgam-se portal encimado por janela com vitral, ambos em arco abatido encimados por cornija, apresentando a janela avental. Fachada lateral a Oeste, cega rematada por um beiral.

No seu Interior, as paredes são rebocadas e pintadas de branco. Nave com cobertura em abóbada de berço, revestida a estuque. Na parede do lado da Epístola surge púlpito. Capela-mor com clarabóia na cobertura. Na parede testeira surge retábulo em talha pintada de branco com elementos decorativos marcados a dourado (Quaresma, 1995).

RESTAUROS/ INTERVENÇÕES

Pouca Informação existe sobre os Restauros e Intervenções na Capela de Nossa Senhora da Lada. Em 1992 foi feita uma Pintura interior, exterior e vistoria da cobertura.

As intervenções mais atuais, foram efetuadas pelo executivo camarário em 2008, as quais foram umas simples obras de manutenção.



Figura 5.15

Fotografia da Capela de Nossa Senhora da Lada

Fotografia do Autor

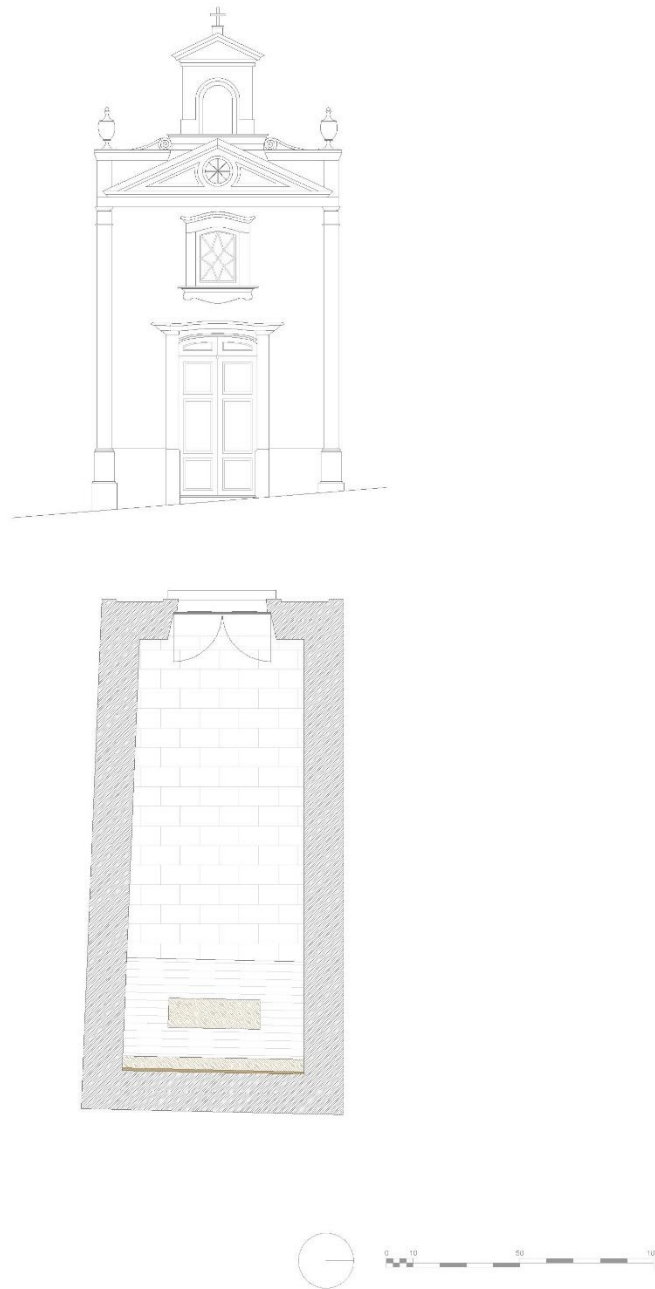


Figura 5.16

Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela de Nossa Senhora da Lada

Desenho do Autor

CONTEXTO DA ENVOLVENTE

CONTEXTO SOCIAL

Embora na envolvente da Capela de Nossa Senhora da Lada não exista grandes casos de carência social, o mesmo não acontece com o envelhecimento da População.

Esta encontra-se mal “apadrinhada”, mais uma vez pela falta de infra-estruturas de auxílio à terceira Idade. Infraestruturas, tais como lares, centros de dia e associações que ajudem a mesclar a população envelhecida com a ativa, de modo a retirar daí as suas potencialidade.

Outro aspeto que é referido pelo Destaque Informativo anual da Câmara Municipal do Porto com o título, A Base Económica do Centro Histórico do Porto “(...) o Centro histórico do Porto conheceu o declínio, de que a degradação do edificado e a marginalização social constituem as faces mais visíveis (...)” (2009, pág.2).

Para tal existem planos da Câmara Municipal do porto com parceria com a União das Freguesias de de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória de criarem um plano de “Resgate Social” desta zona, disponibilizando a esta população carente os recursos humanos e materiais de forma a se poder preservar a índole social desta zona tão típica da cidade

CONTEXTO TURISTICO

Nas imediações da Capela de Nossa Senhora da Lada, existem todas as condições para uma industria virada para o o turismo, devido às suas potencialidades vindas da proximidade do Rio Douro e da Área de Classificação pela UNESCO.

Embora seja uma zona em que a oferta é proporcional à procura, existe o faseamento na ligação da população local a este tipo de atividade económica.

Outra das benesses da Localização da Capela de Nossa Senhora da Lada e existência de inúmeros monumentos nacionais, tal como a integração da área de intervenção de acordo com os critérios da UNESCO.

Em termos de Percursos Turísticos, é uma das zonas mais movimentadas do Centro Histórico, em parte pela presença de todas as valências necessárias para a estadia dos Turistas, mas também por ser um dos pontos de maior circulação nos percursos turísticos da Cidade.

CONTEXTO COMERCIAL

Existem muitas unidades hoteleiras, em termos comerciais, também observa-se o mesmo.

A existência de muitos cafés, Restaurantes, Bares e Lojas de Lembranças é a prova que existe uma grande procura deste espaço para a atividade turística, que remete logo para a sustentabilidade económica, não muito da população, pois a maioria não retira grandes lucros da atividade turística, mas para o Centro Histórico, na qual trás grandes fluxos de visitantes.

Os espaços das Imediações da capela, são talvez os mais nobres de toda a freguesia de de São Nicolau, devido às suas vistas e localização, o que faz influenciar o mercado Imobiliário, mercado que nos últimos anos tem entrado em crescimento em todo o Centro Histórico do Porto (Destaque Informativo Municipal, 2009).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O I.R.H.U. refere que a capela é citada em 1758, dizendo que nas Memórias Paroquiais :

“(...) A capela, no principio da Rua da Lada, dá principio à Via Sacra dedicada a uma imagem de Cristo Crucificado, com o titulo de Nossa Senhora da Ascensão e Boa-Morte, cuja Via Sacra corre pelo cais do Douro e finaliza em uma fonte chamada Fonte do Carvalhinho, em cujo sítio está outra capela que serve de coroa à mesma Via Sacra, dedicada também a uma imagem de Cristo Crucificado em memória do calvário” (...) (2006).

Na Cidade do Porto, a capela de Nossa Senhora da Lada estava primitivamente encostada à parte interior da muralha da Ribeira, ao fundo das Escadas do Codeçal (Quaresma, 1995).

5.6. São Nicolau – Capela de São Salvador do Mundo

DADOS GERAIS

IDENTIFICAÇÃO	Capela de São Salvador do Mundo
MORADA	Porto, São Nicolau, Rua Mouzinho da Silveira, 68
DATA DE CONSTRUÇÃO	Séc. XV Capela Primitiva / Séc. XIX Capela Atual
PROPRIETÁRIO ORIGINAL	Igreja Católica
PROPRIETÁRIO ATUAL	Privado
USO ORIGINAL	Culto Religioso / Capela Mortuária
USO ATUAL	Piso 0 - Comercial: Loja de Artesanato / Piso 1 – Capela Mortuária
AFETAÇÃO PROTEÇÃO	Sem Afetação Incluído no Centro Histórico da Cidade do Porto, Património da Humanidade, Grau 5
CONTEXTO HISTORICO	<p>Muitos dos edifícios civis e religiosos construídos nas imediações da Capela de São Salvador do Mundo têm o traço ou a influência de Nicolau Nasoni, que a partir de 1725, aqui desenvolveu notáveis obras que marcaram profundamente toda a cidade. De destacar a frontaria da Igreja da Misericórdia e o Palácio da Bolsa (Alves, 2002).</p> <p>Mas de entre as futuras opções urbanísticas de fundo que influenciaram a zona em que está implantada a referida Capela, estão, sem margem de dúvida, as levadas a cabo pelos Almadas que marcarão a cidade e o seu urbanismo. Até a meados do século XVIII o Porto esteve condicionado fisicamente pela muralha construída no século XIV. A partir de meados desse século, surge uma conjuntura favorável às atividades económicas mercantis ligadas à comercialização e exportação de vinho do Porto associada à criação, pelo Marquês de Pombal, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. A nomeação de João de Almada e Melo em 1757 como Governador de Armas do Porto e em 1764, foi nomeado Governador Geral.</p> <p>A sua ação foi fundamental pois pela primeira vez foi elaborado um projeto estratégico para a cidade, definindo-se eixos de escoamento de tráfego e respetivas ligações transversais, implantando-se novos edifícios públicos, caso do Palácio da Bolsa e criando-se um novo modelo arquitetónico e um conjunto de normas de licenciamento de construções particulares, na qual é visível nos edifícios adossados à Capela de São Salvador do Mundo (Pereira, 1973).</p> <p>Urbanisticamente, o período de Setecentos é muito rico. No Porto, sob o impulso dos Almadas, abrem-se novas ruas e reestruturam-se ou criam-se novas praças no tecido mais antigo, para encanar parte terminal do insalubre Rio da Vila e desafogar a densa malha urbana, permitindo facilitar a relação entre a Ribeira e a parte alta da cidade (Rua de S. João, Praça da Ribeira e Praça de S. Roque). Abrem-se (Rua de Santo António) ou melhoram-se outras (Rua dos Clérigos, antiga Calçada da Natividade), criando um importante eixo este-oeste no exterior imediato da muralha; procede-se à urbanização de áreas rurais, sobretudo a norte e a oeste, nos Laranjais e a poente de Cedofeita, de acordo com planos de base ortogonal. Rasgam-se ou beneficiam-se significativamente os arruamentos que servem a ligação da cidade com o exterior (Cedofeita, Almada, Santa Catarina-Bela Princesa e Santo Ildefonso) ligando ao eixo que passava pela capela.</p> <p>Constroem-se também diversos equipamentos públicos perto da Capela de São Salvador do Mundo, tais como a Casa da Feitoria Inglesa, Real Academia da Marinha e do Comércio, e varandas-jardim sobre o Douro, a oeste e leste, nas Virtudes e nas Fontainhas e a Rua Nova dos Ingleses junto à Feitoria inglesa (Silva, 1988).</p> <p>Em termos históricos a Capela de São Salvador Não Apresenta grade relevância, mas o sítio e o conjunto em que está integrada permite ligar-se a todos estes acontecimentos que influenciaram a cidade do porto como antes nunca tinha sido feito (Alves, 2002).</p>



Figura 5.17

Localização das Capelas São Salvador do Mundo

Bing Bird



Figura 5.18

Mapa: Localização das Capelas de São Salvador do Mundo

Mapa do Autor

ENQUADRAMENTO ARQUITETONICO

ANÁLISE ARQUITETONICA

Capela de São Salvador do Mundo apresenta uma planta longitudinal, de dois pisos, adossada tanto a Norte como a Este. Volume simples de dominante vertical, com cobertura em telhados de duas águas. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, percorridas por embasamento, complementadas por friso e cornija.

A Fachada principal virada a Oeste, marcada por dois registos, correspondentes com os dois pisos, separados por friso, rematada em frontão triangular, sobre entablamento suportado por par de pilastras toscanas que enquadram a fachada. Sobre o remate, ao centro, cruz sobre acrotério, e no prolongamento das pilastras, plintos encimados por urnas. Primeiro registo rasgado por três portais em arco de volta perfeita sobre impostas, sendo o central de maiores dimensões e envolvido por moldura retangular, almofadada e com pedra de fecho.

Segundo registo rasgado por três vãos de janela que seguem o mesmo esquema dos vãos do primeiro registo. Sob o vão central apresenta tabela retangular, almofadada com a inscrição "Reedificada em 1892" (Quaresma, 1995).

A Fachada Sul é rasgada por duas portas no primeiro registo e três janelas no segundo. Fachada Norte e Este adossadas.

RESTAUROS/ INTERVENÇÕES

Sabe-se que no séc. XIX a reconstrução da capela após a sua destruição provocada pelas lutas liberais.

Está documentado intervenções de manutenção efetuadas pelo C.R.U.A.R.B. Durante todos os Anos 80 e 90 do século passado.

Com o aluguer do piso inferior, em 1996, este sofreu obras de de forma a racionalizar o seu espaço interno sendo despojado de todos os seus bem sacrários.



Figura 5.19

Fotografia da Capela de São Salvador do Mundo

Fotografia do Autor

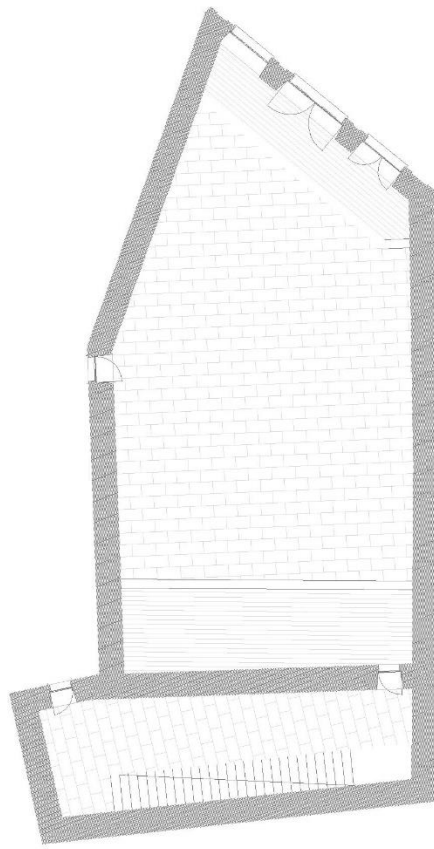


Figura 5.20

Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela de São Salvador do Mundo

Desenho do Autor

CONTEXTO DA ENVOLVENTE

CONTEXTO SOCIAL Em Termos sociais, as características da envolvente da Capela de São Salvador do Mudo, são mais uma vez caracterizadas pelo abandono populacional desta zona. Os serviços sociais disponíveis para a população local, na qual e existência de inúmeras instituições de apoio social, educativo e sanitário que permitem uma melhor inserção da população carenciada, especialmente os grupos de risco, como idosos e crianças é feito pelas entidades localizadas na ribeira, nomeadamente as que são próximas à Capela de Nossa Senhora da Lada e à Capela de Nossa Senhora da Piedade. É observado pelo gabinete de Ação Social da Câmara Municipal do Porto que o Centro Histórico do Porto, nomeadamente esta zona de São Nicolau está em corrente declínio tanto do edificado como na desertificação social constituindo o grande objetivo a ser resolvido nos próximos anos pelas entidades responsáveis.

CONTEXTO TURISTICO Em termos de condições hoteleiras, se excetuarmos os espaços localizados na ribeira, esta zona de São Nicolau não apresenta ofertas de valor, para a da atividade turística. Mas por outro lado, deparamos-nos por uma riqueza arquitetónica que é inigualável no resto da freguesia de São Nicolau. Refere-se assim a espaços como o Mercado Ferreira Borges, o Antigo Banco Nacional, o Restaurante Comercial, o Palácio da Bolsa, a Igreja de São Nicolau e entre outros edifícios.

CONTEXTO COMERCIAL Não Existem muitas unidades hoteleiras mas em termos comerciais observa-se o que ADN do espaço em que a Capela de São Salvador do Mundo está localizado é comercial. A Rua Mauzinho da Silveira continua ser uma das artérias mais importantes da baixa portuense, de modo que os seus espaços, de retalho, restauração ou serviços sejam amplamente frequentados, tanto pela população da Cidade do Porto, como pelos turistas. A existência de alguns Cafés, Restaurantes, Bares e Lojas de Lembranças ao longo das imediações da capela, o que lega para a sustentabilidade económica.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS Não existem muitas informações sobre esta capela, apenas sabe-se que no séc. XV existiria uma pequena edificação dedicada a São Salvador. Outro aspeto interessante, é a única Capela no centro histórico do porto que apresenta 2 pisos, na qual, um deles é dedicado ao comercio de Artesanato Regional.



Figura 5.21

Fotografia da Capela de São Salvador do Mundo

Fotografia do Autor

5.7. São Nicolau – Capela da Senhora da Piedade

DADOS GERAIS

IDENTIFICAÇÃO	Capela de Senhora da Piedade / Capela de Nossa Senhora do Ó
MORADA	Porto, São Nicolau, entre a Rua da Alfândega e o Largo do Terreiro
DATA DE CONSTRUÇÃO	Séc. XVII
PROPRIETÁRIO ORIGINAL	Igreja Católica
PROPRIETÁRIO ATUAL	Igreja Católica
USO ORIGINAL	Culto Religioso a Nossa Senhora
USO ATUAL	Culto Religioso a Nossa Senhora
AFETAÇÃO	Sem Afetação
PROTEÇÃO	Incluído no Centro Histórico, na Zona Histórica da Cidade do Porto e na Zona Especial de Proteção da Igreja de São Francisco, Grau 2

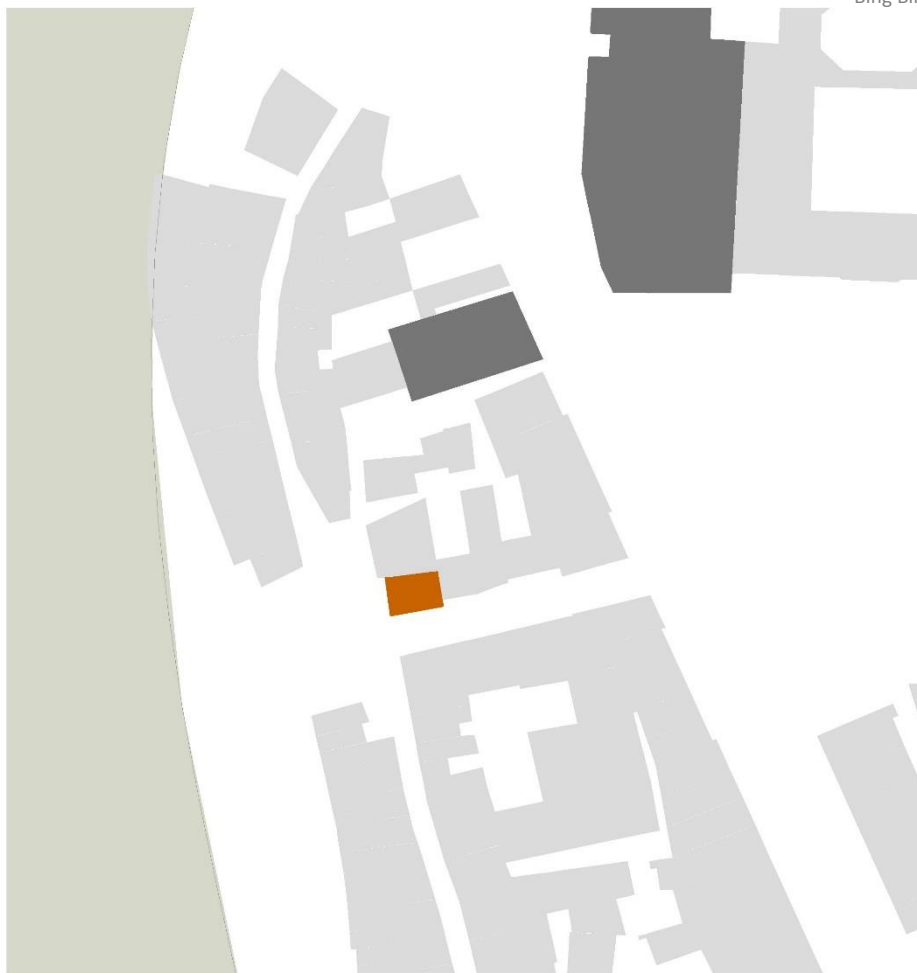
CONTEXTO HISTORICO	<p>Nas mediações onde se encontra a Capela de Nossa Senhora da Piedade encontramos a entrada da cidade que se fazia pela Porta da Ribeira, principal acesso intramuros até ao século XVII. Manteve e mantém, ainda hoje, a sua feição comercial e, por essa causa, foi um centro imprescindível no acesso e saída da população da cidade e de mercadorias pelo cais da Ribeira (Alves, 2002).</p> <p>O Largo do Terreiro e suas proximidades, foi espaço de auxílio da antiga alfandega, tendo como a Praça da Ribeira, apresenta como se encontra hoje em dia, resultado da intervenção urbanística levada a cabo pelo governador João de Almada e Melo, iniciada em 1776 e concluída por volta de 1785, e da qual se destaca a abertura da Rua de S. João (Alves, 2002)</p> <p>Os estudos recentes e as escavações arqueológicas realizadas no em volta da capela e do complexo ribeirinho revelam uma estrutura primitiva, sobre a casa da Alfandega, constituída por dois torreões unidos através de um pátio central, claro modelo medieval de edifício urbano de "prestígio" entretanto radicalmente alterado por obras de ampliação sucessivas desde o século XV.</p> <p>Para além de alfândega e armazém de mercadorias, o edifício serviria ainda para albergar os funcionários régios, e possivelmente também o rei e a família real durante as suas estadias no burgo, inclusivamente por ser este o primeiro imóvel régio do Porto, e o mais importante prédio civil, permanecendo durante a época medieval como símbolo da afirmação do poder real na cidade (Teixeira, 1992).</p> <p>Até finais do século XIX não foram realizadas obras de grande significado nas imediações da capela.</p> <p>Com a construção da nova Alfândega em Miragaia, em funcionamento a partir de 1869, as antigas instalações foram progressivamente abandonadas, e o corpo posterior foi arrendado. Já em meados do século XX, cessado o arrendamento, o conjunto sofreu importantes obras de conservação.</p> <p>Outro fato histórico de interesse é a proximidade da Muralha Fernandina, na abertura do prostíbulo do Carvão, sendo uma das únicas entradas a sobreviver à destruição da Muralha Fernandina (Quaresma, 2000).</p>
---------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Figura 5.22

Localização da Capela de Nossa Senhora da Piedade

Bing Bird



■ Capelas da M. Fernandina
■ Património Religioso

■ Cerca Velha
■ Transposição Muralhas

■ Pontes



Figura 5.23

Mapa: Localização das Capelas da Senhora da Piedade

Mapa do Autor

ENQUADRAMENTO ARQUITETÓNICO

ANÁLISE ARQUITETÓNICA

Planta longitudinal retangular, simples com cobertura em telhado de duas águas. As fachadas são rebocadas e pintadas de branco, com vãos moldurados a granito.

Fachada principal com cunhais apilastrados e moldurados, e remate em empena truncada com cornija sob beiral, encimada por sineira em arco pleno com frontão curvo de lanços, rematado ao centro por cruz latina. Lateralmente, no enfiamento das pilastras surgem óvulos assentes em plintos. Portal de ombreiras caneladas e verga reta rematada por entablamento, com cornija suportada por mísulas decoradas, a que se sobrepõe nicho em arco pleno, com teto concheado, albergando imagem da padroeira. Sobre o nicho forma-se uma janela retangular, de rampa, gradeada, com enrolamentos e trifólios nas ombreiras e lintel (Vitorino, 1927).

A ladear o portal duas janelas gradeadas decoradas sobre na verga com cartela oval saliente inserida em moldura de enrolamentos em ferronerie e trifólio no topo. A fachada lateral, a Este tem remates em entablamento sob o beiral, de dois panos, definidos por pilastra colossal moldurada, elevada acima da cobertura por óvulo. O pano da direita, correspondente a sacristia, estreito, rasgado por porta de verga reta, com bandeira, e sobre esta, duas janelas, sobrepostas, ligadas pela moldura, apresenta na janela no topo dos ângulos elevados truncados em quarto de círculo (Quaresma, 1995).

No interior, surge capela e sacristia dispostas em eixo. As paredes são rebocadas e pintadas a branco. O pavimento em ladrilho moderno na zona da assembleia é alteado e lajeado a granito. A cobertura em abóbada de berço revestida a ripado de madeira.

O retábulo é em talha dourada de planta côncava e estrutura vertical tripartida com a mesa de altar ladeada por duas portas decoradas com motivos vegetalistas e com um banco inserido no nicho central em arco pleno. O corpo do altar é enquadrado por pilastras pseudo-coríntias decoradas com losangos e rosetões, assentes em mísulas. Os eixos laterais, enquadrados por colunas compósitas com anel saliente a dividir o terço inferior e assentes em mísulas, a que se sobrepõe nicho com mísula decorada por costelas e auriculares. O nicho central em arco contra-curvado com trono de seis degraus encimado por uma bancada, com crucifixo rodeado por raios lanceolados. Por fim, o Ático com frontão em arco infletido ornamentado por volutas e auriculares, com resplendor ao centro.

RESTAUROS/ INTERVENÇÕES

Sabe-se que no séc. XIX foi feita uma remodelação da capela após a sua destruição provocada pelas lutas liberais.

Está também documentado intervenções de manutenção efetuadas pelo C.R.U.A.R.B. Durante todos os Anos 80 e 90 do século passado.

Está documentado intervenções de manutenção efetuadas pelo C.R.U.A.R.B. Durante todos os Anos 80 e 90 do século passado.

Com o aluguer do piso inferior, em 1996, este sofreu obras de de forma a racionalizar o seu espaço interno sendo despojado de todos os seus bem sacrários.

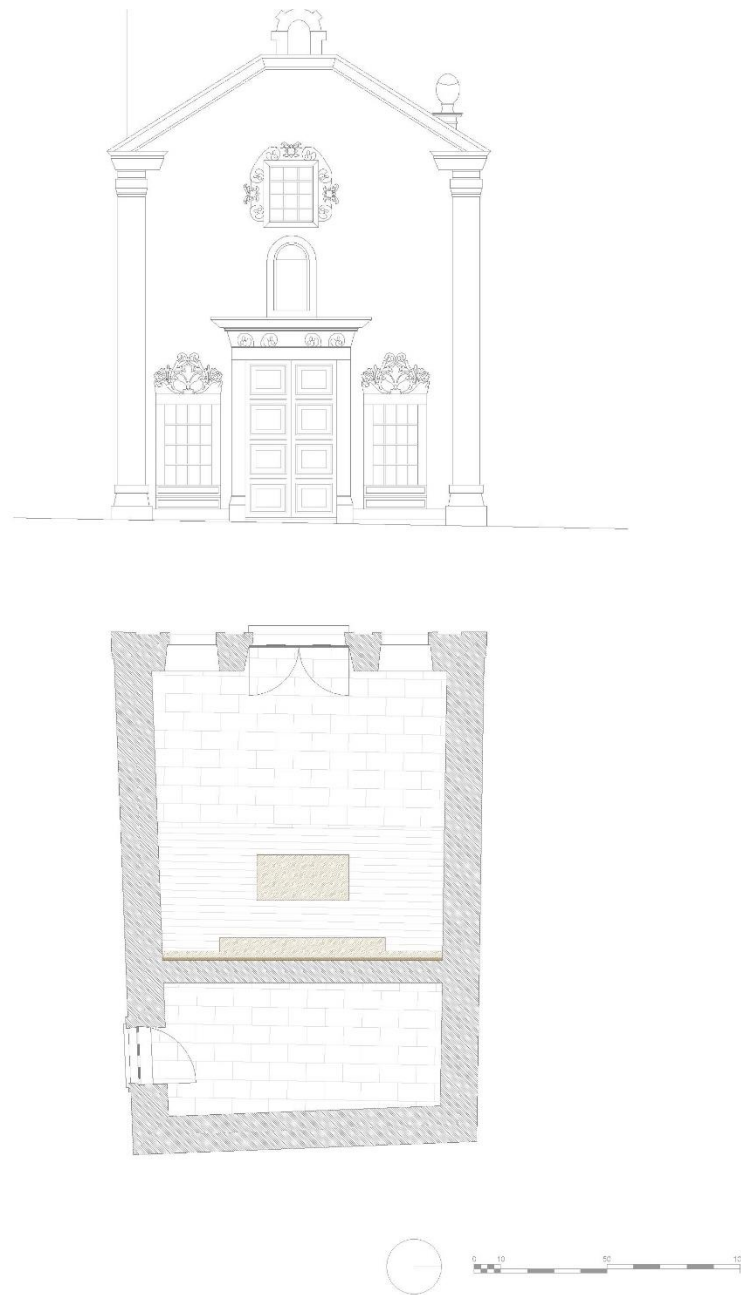


Figura 5.24

Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela de Nossa Senhora da Piedade

Desenho do Autor

CONTEXTO DA ENVOLVENTE

CONTEXTO SOCIAL Em Termos sociais, as características da envolvente da Capela de Nossa Senhora da Piedade, são quase as mesma da Capela da Lada.

Existe sim uma diferença, nos serviços sociais disponíveis para a população local, na qual e existência de inúmeras instituições de apoio social, educativo e sanitário que permitem uma melhor inserção da população carenciada, especialmente os grupos de risco, como idosos e crianças.

Mais uma vez, como é observado no Destaque Informativo anual da Câmara Municipal do Porto com o título, A Base Económica do Centro Histórico do Porto "(...) o Centro Histórico do Porto conheceu o declínio, de que a degradação do edificado e a marginalização social constituem as faces mais visíveis (...)" (2009, pág.2). Para tal existem planos da Câmara Municipal do porto com parceria com a União das Freguesias de de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória de criarem um plano de "Resgate Social" desta zona, disponibilizando a esta população carente os recursos humanos e materiais de forma a se poder preservar a índole social desta zona tão típica da cidade

Devido à proximidade geográfica da Capela da Lada, os problemas sociais são basicamente os mesmo, dai o repetir o que foi em cima dito:

CONTEXTO TURISTICO Nas imediações da Capela de Nossa Senhora da Piedade, estão a ser encubadas as condições para uma industria virada para o o turismo,tal como nas imediações da Capela da Lada, devido às suas potencialidades vindas da proximidade do Rio Douro.

Embora seja uma zona em que a oferta é proporcional à procura, existe o faseamento na ligação da população local a este tipo de atividade económica, existido nas suas proximidades, quatro entidade Hoteleiras e inúmeros estabelecimentos de recreação Turística.

Outra das benesses da Localização da Capela de Nossa Senhora da Piedade e existência de inúmeros monumentos nacionais, tal como a integração da área de intervenção de acordo com os critérios da UNESCO.

Em termos de Percursos Turísticos, é também uma das zonas mais movimentadas do Centro Histórico, em parte pela presença de todas as valências necessárias para a estadia dos Turistas, mas também por ser um dos pontos de maior circulação nos percursos turísticos da Cidade.

Faz ainda parte do Circuito Barroco da Cidade do Porto.

CONTEXTO COMERCIAL Existem muitas unidades hoteleiras, em termos comerciais, também observa-se o mesmo.

A existência de muitos cafés, Restaurantes, Bares e Lojas de Lembranças é a prova que existe uma grande procura deste espaço para a atividade turística, que remete logo para a sustentabilidade económica, não muito da população, pois a maioria não retira grandes lucros da atividade turística, mas para o Centro Histórico, na qual trás grandes fluxos de visitantes.

Os espaços das Imediações da capela, são talvez os mais nobres de toda a freguesia de de São Nicolau, devido às suas vistas e localização, o que faz influenciar o mercado Imobiliário, mercado que nos últimos anos tem entrado em crescimento em todo o Centro Histórico do Porto (Destaque Informativo Municipal, 2009).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS Os elementos decorativos nas molduras dos vãos foram amplamente usados durante o séc. XVII A rematação da obra de carpintaria por João de Sousa em 1650 sugere construção ou remodelação importante em meados do século 17. Segundo a memória popular, os trabalhadores da estiva da Alfândega Velha, tinham grande devoção a Nossa Senhora da Piedade.

Após a demolição em 1821 da Capela de N. Sra. do Ó, que existia sobre a Porta da Ribeira, a imagem do orago foi transferida para a Capela de Nossa Sra. da Piedade, que passou a ser conhecida popularmente por Capela de N. Sra. do Ó.



Figura 5.25

Fotografia da Capela da Nossa Senhora da Piedade

Desenho do Autor

5.7. Sé – Capela dos Alfaiates

DADOS GERAIS

IDENTIFICAÇÃO	Capela de Nossa Senhora de Agosto / Capela dos Alfaiates
MORADA	Porto, Sé, Largo Actor Dias
DATA DE CONSTRUÇÃO	Séc. XVI / Séc. XX
PROPRIETÁRIO ORIGINAL	Igreja Católica
PROPRIETÁRIO ATUAL	Igreja Católica
USO ORIGINAL	Culto Religioso
USO ATUAL	Culto Religioso
AFETAÇÃO	Sem Afetação
PROTEÇÃO	Monumento Nacional, Decreto nº 14 425, DG, 1ª série, n.º 228 de 15 outubro 1927 , grau 1

CONTEXTO HISTORICO	<p>Desde o início do século XVI que a Irmandade dos Alfaiates do Porto venerava como padroeiros e protetores São Bom Homem e Nossa Senhora de Agosto. Não tendo capela própria, a confraria iniciou em 1554-1555 a construção de um templo dedicado à Virgem em espaço fronteiro à Sé, cedido pelo bispo D. Rodrigo Pinheiro.</p> <p>A morosidade das obras durante os dez anos que se seguiram levou a que a irmandade contratasse, cerca de 1566, o mestre pedreiro Manuel Luís, que iria terminar o projeto, imprimindo-lhe o seu traço pessoal .</p> <p>Em 1934, a Câmara do Porto realizou uma proposta de urbanização do Largo da Sé, que implicava a demolição da Capela dos Alfaiates, classificada como Monumento Nacional desde 1927. Para impedir a destruição do templo maneirista, a estrutura foi desmantelada em 1936 pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sendo reconstruída na sua atual localização em 1953 (Serrão, 2001).</p> <p>No espaço atual em que a Capela dos Alfaiates se ensera no passado era chamado como, “O Largo da Polícia”, na qual é atualmente conhecido como Largo Actor Dias, local situado próximo à muralha Fernandina na qual, no roteiro de 1933 da C.M.P. ainda aparecia identificado com a designação de "Largo da Polícia".</p>
---------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Figura 5.26

Localização da Capela dos Alfaiates



Bing Bird

Figura 5.27

Mapa: Localização das Capelas dos Alfaiates

Mapa do Autor

ENQUADRAMENTO ARQUITETONICO

ANÁLISE ARQUITETONICA

Arquitetura religiosa, renascentista- Planta da Igreja dos Grilos é composta por nave e capela-mor retangulares, de três frentes. Volumes simples com cobertura em telhado de quatro águas.

A fachada principal voltada a poente para o Largo do Actor Dias constitui um retângulo ao alto, marcado ao centro pelo portal de entrada, de arco pleno entre colunas estriadas apoiando entablamento encimado por nicho em granito, onde se encaixa a imagem em barro de Nossa Senhora de Agosto.

Sobre este, abre-se um grande janelão de cantos recortados. As duas fachadas laterais, apenas com uma pequena janela, são despojadas de qualquer elemento decorativo.

O espaço interior da Capela é constituído essencialmente por uma grande nave retangular com um teto em forma de abóbada abatida em granito. Entre a nave e a capela-mor existe um arco triunfal pleno, sobre pilastras com altos pedestais e capitéis jónicos. O Teto da capela-mor em abóbada de canhão, apainelada em duas ordens, com rosas entre os caixotões de cantaria. O altar da capela-mor possui um retábulo de talha dourada, constituído por painéis com oito pinturas em tábua emoldurada, distribuídos em dois níveis, rematados ao eixo por um frontal. As pinturas representam a "Anunciação", a "Visita dos Reis Magos", a "Visita de Santa Isabel", a "Natividade", "Jesus entre os Doutores" e a "Fuga para o Egito". Todo este conjunto de feição renascentista julga-se de origem flamenga. Ressalta deste conjunto o nicho em talha de estilo rococó.

RESTAUROS/ INTERVENÇÕES

Em 1936 a D.G.E.M.N. Manda dismantelar completamente da Capela dos Alfaiates que anteriormente localizava-se mesmo em frente à Sé do Porto, na antiga Rua de Nossa Senhora de Agosto.

Em 1940 as obras são suspensas pelo Governo, mas em 1950 dá-se o restauro dos painéis do retábulo pelo pintor Abel Moura. Com a entrada do projeto de reconstrução da Capela em 1951 apresentado pelos Serviços de Obras Municipais e Habitações Populares da C. M. do Porto a Capela é reedificada lo Largo Actor Dias em 1953.



Figura 5.28

Fotografia da Capela dos Alfaiates

Fotografia do Autor

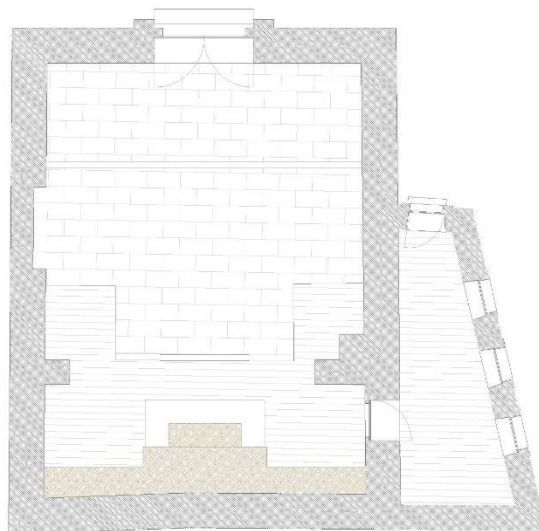


Figura 5.29

Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela dos Alfaiates

Desenho do Autor

CONTEXTO DA ENVOLVENTE

CONTEXTO SOCIAL

Em Termos sociais, as características da envolvente da Capela dos Alfaiates, são tanto pelo abandono populacional desta zona, como pelas carências sociais da população deste espaço.

Os serviços sociais disponíveis para a população local é inexistente, não existindo nem infraestruturas de apoio a população local nem à fixação de novas gentes (Martins, 2002).

Existem espaços educacionais na qual a população ativa do Largo Ator Diaz, faz questão de participar.

CONTEXTO TURISTICO

Com existe apenas uma unidade hoteleira nas imediações da Capela dos Alfaiates, deparamos-nos com um défice na implementação da industria neste local. Em grande parte deve-se por esta capela encontra-se fora da Muralha Fernandina, logo ficando fora da zona delineada pela UNESCO.

O percurso turístico Barroco e Maneirista da Cidade porto, passa pela Capela dos Alfaiates

CONTEXTO COMERCIAL

omo em cima foi referido, existe apenas uma pequena unidade hoteleira, que fica adossada à Capela Dos Alfaiates a Oeste das Verdades, de resto, em termos de espaços dedicados à hoteleiras são mais uma vez inexistentes.

Um aspeto positivo, é a localização da capela, que fica perto da Muralha Fernandina ou seja, a riqueza patrimonial que se encontra na sua envolvente é polo atrativo para que se dirijam grande quantidades de turistas nas sua imediações (Unidade de Intervenção, 2008).

Existem ainda alguns cafés que são frequentados pela população local.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A capela existiu originalmente instalada no edifício do antigo celeiro do Cabido. Julga-se que o retábulo, pelas afinidades com o painel da Igreja da Misericórdia do pintor Diogo Teixeira, será atribuído às oficinas do mesmo. Outros painéis são referidos como da autoria de Francisco Correia. Lê-se uma inscrição num friso do portal da entrada que refere a data de 1853 como a da sua reedificação. Alguns autores referem-na como falsa. Localizava-se antes da sua reconstrução em frente á entrada principal da Sé do Porto e a R. que as separava chamava-se de N. Senhora de Agosto. O imóvel conhecido por "Capela dos Alfaiates" deve-se ao facto da Confraria de Nossa Senhora de Agosto e Santo Bom Homem possuir como membros, exclusivamente profissionais da arte de Alfaiataria.

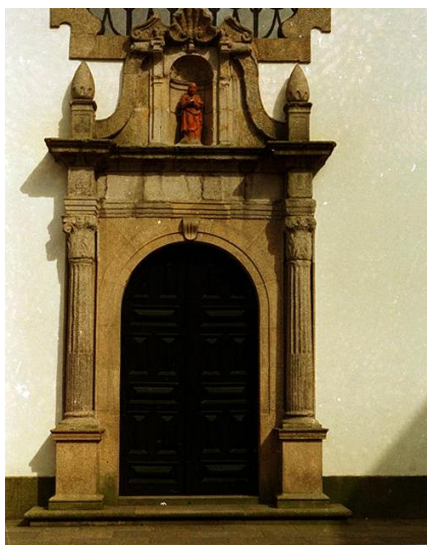


Figura 5.30

Fotografia da Capela dos Alfaiates

Fotografia do Autor

5.8. Sé – Capela das Verdades

DADOS GERAIS

IDENTIFICAÇÃO Capela de Nossa Senhora das Verdades

MORADA Porto, Sé, Rua D. Hugo, Escadas das Verdades

DATA DE CONSTRUÇÃO Séc. XVIII

PROPRIETÁRIO ORIGINAL Igreja Católica

PROPRIETÁRIO ATUAL Igreja Católica

USO ORIGINAL Culto Religioso a Nossa Senhora

USO ATUAL Culto Religioso a Nossa Senhora

AFETAÇÃO Sem Afetação

PROTEÇÃO Incluído no Centro Histórico, na Zona Histórica da Cidade do Porto e na Zona Especial de Proteção da Igreja de São Francisco, Grau 2

CONTEXTO HISTORICO O espaço envolvente da Capela de Nossa Senhora das Verdades desenvolveu-se no limite da Muralha Românica no alto do burgo, entre duas das principais portas, a Porta da Vandoma, da qual subsiste um Cubelo e parte da Muralha, e a Porta da Nossa Senhora das Verdades que foi demolida e onde foi edificado referida capela existente na Rua de D.Hugo (Quaresma,1995).

A morfologia deste espaço deve-se não só aos limites da Muralha Românica mas também à intervenção feita para a construção da ponte D. Luís em 1880 que rasgou a AV. Vimara Peres, e originou uma nova frente urbana com uma cota inferior à Rua de D. Hugo.

A Rua de D. Hugo, espaço da Capela, acompanha a Muralha do lado interior, uma rua de reminiscência medieval, quer pelo traçado, quer pelo empedrado do pavimento, destaca-se pela qualidade arquitetónica de “casas apalaçadas” com fachadas típicas do séc. XIX, que foram residência de cónegos, burgueses abastados e nobres. É de referir o Museu da Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís de Mesquita Carvalho, com salas de pintura, faiança portuguesa, artes decorativas, escritório e biblioteca do pintor Guerra Junqueiro.

Estas casas possuem pátios ou logradouros rematados pela muralha e com vistas sobre o Rio Douro e a Ponte D. Luís. Para além das Muralhas visíveis na parcela 01, onde existe um Arqueo-sítio com construções com mais de 2500 anos e uma parede Gótica, podemos observar, em algumas destas casas, pormenores arquitetónicos do séc. XVI, como o arco do aqueduto nas Escadas da Senhora das Verdades que conduzia a água das Fontainhas até ao Colégio de S. Lourenço, pilares em granito, cornijas e cachorros, com um traço provavelmente de Nicolau Nassoni, é um exemplar de arquitetura civil setecentista, na qual influenciou o estilo maneirista da Capela das Verdades (Alves, 2005).



Figura 5.31

Localização da Capela das Verdades

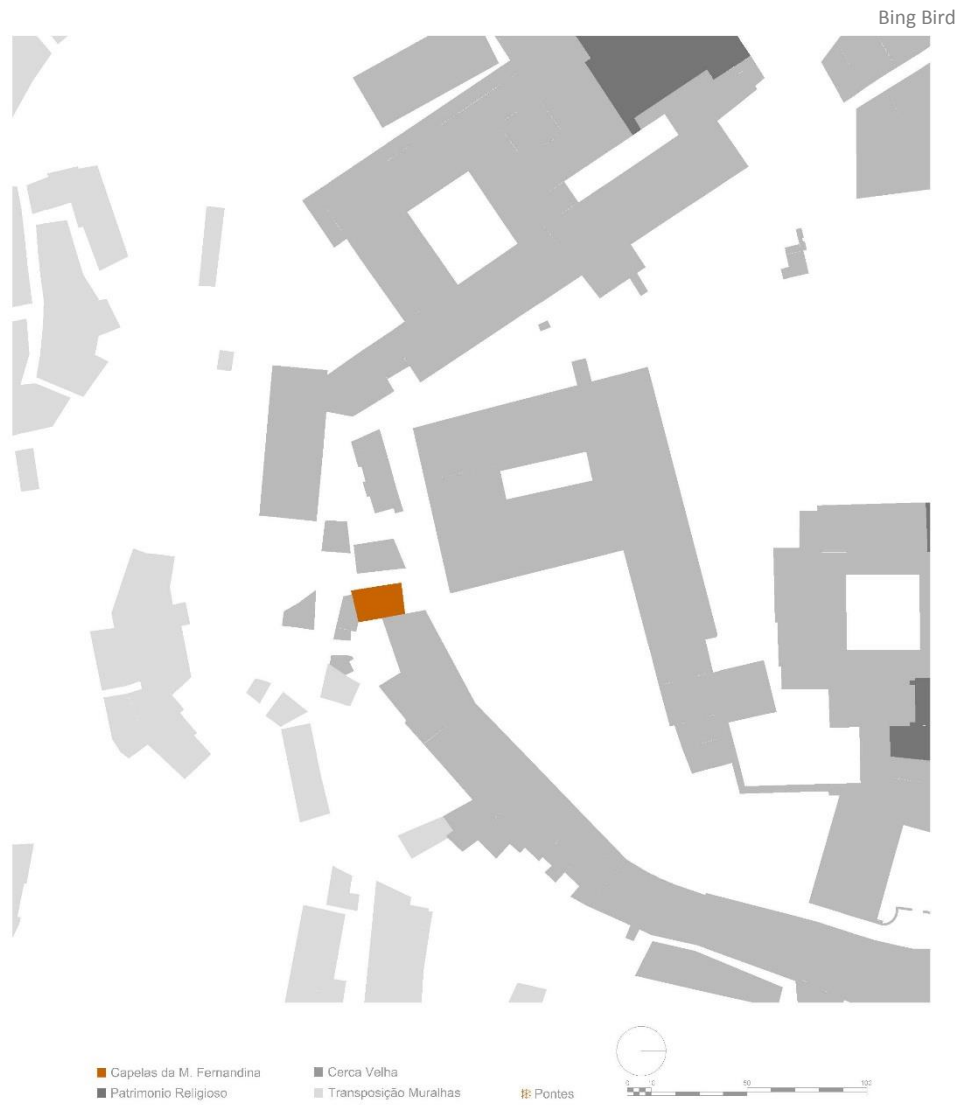


Figura 5.32

Mapa: Localização das Capelas dos Alfaiates

Mapa do Autor

ENQUADRAMENTO ARQUITETONICO

ANÁLISE ARQUITETONICA

Arquitetura religiosa maneirista e barroca. Planta retangular de massa simples com cobertura em telhado de duas águas. As fachadas são rebocadas e pintadas de branco. A Fachada principal voltada a Norte, com cunhais apilastrados toscanos e remate em frontão e lateralmente com pináculos de bola sobre o alto acrotério rematado por uma cornija. Portal de verga reta, com moldura em cantaria de granito, com ombreiras molduradas que sustentam entablamento, apresentando no friso, ao centro, almofada retangular jacente, e nos extremos mísulas de sustentação do frontão de remate.

A fachada lateral a Oeste e a fachada posterior têm um alto embasamento em aparelho irregular, devido ao declive do terreno. A lateral é rematada por cornija sob beiral, e apresenta duas janelas retangulares com molduras de granito gradeadas.

A Sul, a fachada é cega, com cunhais apilastrados toscanos e remate em empena, com cruz no vértice.

No Interior o espaço é todo rebocado e pintado de branco, apresentando pavimento em laje de granito, com cobertura em abóbada de berço assente numa estreita cornija que corre as paredes laterais. Na parede testeira, sobre o retábulo de talha dourada de planta retangular, de dois andares definidos por entablamentos, com friso decorado com elementos fitomórficos, e cinco eixos, definidos por colunas espiraladas decoradas com pâmpanos, nos extremos por pilastras colossais, com decoração vegetalistas, encimadas por pinhas. O Remate é recortado, ricamente decorado com elementos fitomórficos e volutas, apresentando ao centro dois confrontantes, enquadrando cabeça de anjo.

No eixo central, inferiormente, imagem da padroeira, enquadrada por decoração exuberante de elementos fitomórficos. Nos eixos intermédios os painéis são pintados sobrepostos com imagens de santos. No banco, ao centro sacrário encimado pelo crucifixo e lateralmente as bases de sustentação das colunas. Ao sotobanco, adossa-se ao centro altar retangular, apresentando no frontal três painéis pintados com elementos florais.

RESTAUROS/ INTERVENÇÕES

Em 1950 a Capela de Nossa Senhora das Verdades encontra-se em ruínas e é adquirida pela Câmara Municipal do Porto sofrendo assim obras de restauro.

Alem de pequenas obras de manutenção efetuadas pela Câmara, não existem registos de grandes intervenções realizadas no passado.



Figura 5.33

Fotografia das Verdades

Fotografia do Autor

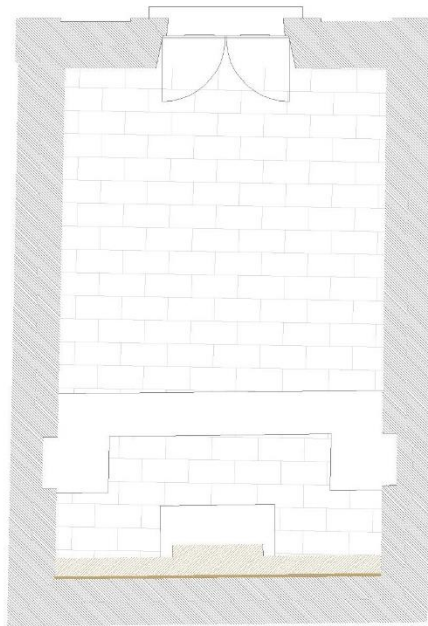


Figura 5.34

Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela das Verdades

Desenho do Autor

CONTEXTO DA ENVOLVENTE

CONTEXTO SOCIAL Em Termos sociais, as características da envolvente da Capela de Nossa Senhora das Verdades, são mais uma vez caracterizadas pelo abandono populacional desta zona.

Os serviços sociais disponíveis para a população local é inexistente, não existindo nem infraestruturas de apoio a população local nem à fixação de novas gentes (Martins, 2002).

CONTEXTO TURISTICO Em termos de condições hoteleiras, se excetuarmos os espaços localizados na ribeira, esta zona de São Nicolau não apresenta ofertas de valor, para a da atividade turística.

Mas por outro lado, deparamos-nos por uma riqueza arquitetónica que é inigualável no resto da freguesia de São Nicolau. Refere-se assim a espaços como o Mercado Ferreira Borges, o Antigo Banco Nacional, o Restaurante Comercial, o Palácio da Bolsa, a Igreja de São Nicolau e entre outros edifícios (Unidade de Intervenção, 2008).

CONTEXTO COMERCIAL Existe apenas uma pequena unidade hoteleira, que fica adossada à Capela de Nossa Senhora das Verdades, de resto, em termos de espaços dedicados à hoteleiras são mais uma vez inexistentes.

Um aspeto positivo, é a localização da capela em plena Cerca Velha, ou seja, a riqueza patrimonial que se encontra na sua envolvente é polo atrativo para que se dirijam grande quantidades de turistas nas sua imediações (Unidade de Intervenção, 2008).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS Perto deste local deverá ter existido a Porta de Nossa Senhora da Verdade, da muralha românica, destruída no séc. 18.



Figura 5.35

Fotografia das Verdades

Fotografia do Autor

5.9. Análise Comparativa

As categorias análise, Contexto/Comunidade, Caracterização/Conservação e Valores Associados/Valores Intrínsecos, que compuseram o sinal de partida para a análise dos estudos de caso. Foram decisivos para efetuar uma análise segundo as especificidades da circunstância de cada estudo de caso, pelo que para executar a análise comparativa escolheu-se as subcategorias que admitissem uma leitura de todas as situações que abordassem os contextos dos casos de estudo.

A análise comparativa foi realizada conforme o seguinte esquema:

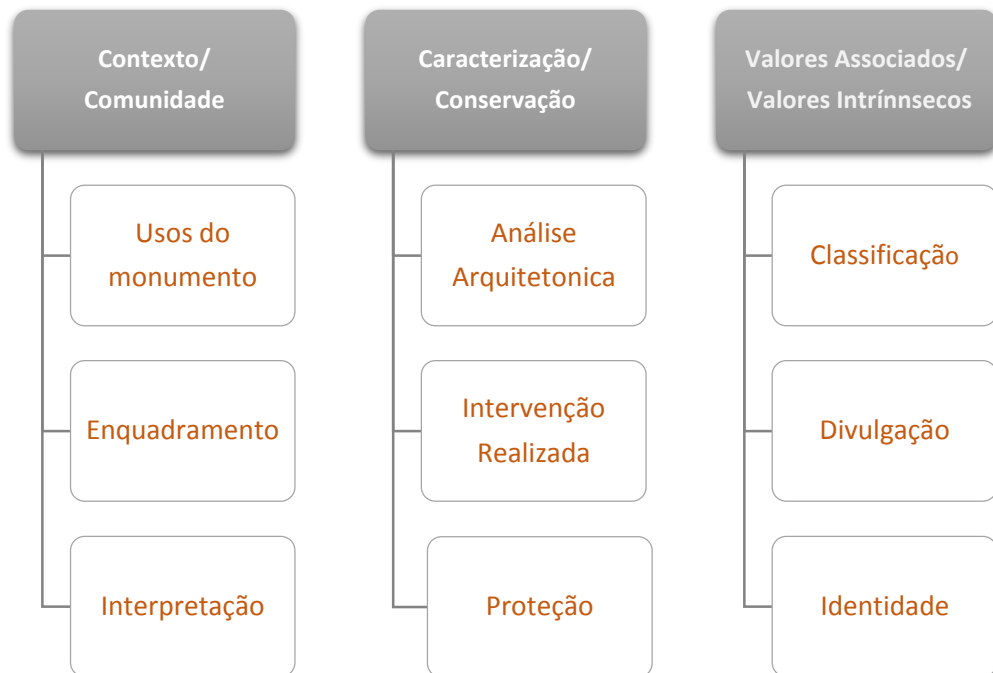


Figura 5.36

Esquema da Análise dos casos de Estudo

Esquema do Autor

Na categoria de análise Contexto/Comunidade ficaram selecionadas as subcategorias relativas às intervenções patrimoniais de forma a efetuar-se uma análise a todas características verificadas nas intervenções anteriormente analisadas.

Pretende-se estabelecer considerações sobre as intervenções ocorridas nas capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto, analisadas nesta dissertação, comparativamente às abordagens indicadas no capítulo III, efetuando uma análise no sentido em que se há um prosseguimento das características averiguadas desde a classificação do Centro Histórico do Porto pela UNESCO. Assim correlaciona-se esta análise com os dados obtidos através da análise documental particularmente nos usos das capelas e a participação da comunidade local no processo de decisão na sua conservação.

Com esta conexão pretende-se circunscrever as considerações no que respeita à relação existente entre a intervenção nas capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto e um determinado contexto.

No que toca à segunda categoria de análise comparativa caracterização/conservação, escolheu-se por incluir na análise comparativa a capela como causadora de perspetivas presentes na manutenção e conservação.

É feita assim uma análise sobre o impacto das antigas intervenções, efetuadas maioritariamente pelas comunidades locais através das comissões fabriqueiras e ordens religiosas, tal como a necessidade de futuras intervenções de revalorização e conservação que respeitem tanto os princípios de ação, como o critérios de intervenção, verificando se existe uma continuação nas características verificadas no capítulo III e IV.

Apesar de cada uma das capelas estudadas nesta dissertação exibam um benefício maior ou menor na sua identidade como um dos fatores causadores para evolução das comunidades locais, considera-se importante efetuar uma correspondência entre as perspetivas sociais e as intervenções feitas por estas comunidades.

Com a referida relação executa-se as reflexões no que respeita se continua a considerar-se que as intervenções patrimoniais por si, são fator conclusivo para um benefício comunitário, o que tem suposições diretas no sucesso da realização das intenções indicadas dos princípios de ação. Assim procura-se entender se o

impacto expõe as desigualdades em idênticas nos contextos comunitários, na ótica de compreender o interesse da conservação das capelas da Muralha Fernandina.

Por fim, comparativamente aos Valores Associados/ Intrínsecos, a refutação à mesma, é sujeita às especificidades de cada contexto, pois para cada capela existem diversos valores concedidos pelas próprias comunidades, que suportam a revalorização dos casos de estudo. Por outro lado, os valores atribuídos pela comunidade local, visam uma abordagem individual, não se conseguindo assim conteúdos passíveis de serem comparáveis.

Contexto/Comunidade

Quanto ao contexto/comunidade, procurou-se determinar as estratégias de conservação nos referidos casos de estudo.

Embora tenha sido referido, que na análise individual as expectativas não sejam declaradas nos conceitos implícitos à conservação das capelas, poderá compreender-se que nas mesmas, justo à finalidade cultural, na utilização pública e litúrgica que as caracterizam, existe uma expectativa generalizada de que as capelas sejam fator atrativo para uma maior afluência de utilizadores destes espaços e que naturalmente possam trazer benefícios para as comunidades locais.

Na importância da interpretação das capelas nas suas comunidades, verificou-se alguma divergência entre as referidas comunidades e os contextos comerciais/económicos/turísticos, existindo principalmente uma ocorrência nos dados de interpretação.

Neste caso, apenas a **Capela de São Salvador do Mundo**, na antiga freguesia de Nicolau, apresenta um espaço onde foi instalado um espaço de apoio ao turismo, mas de iniciativa privada, sendo uma intervenção sem fins culturais.

Nos restantes casos, pautou-se pela criação de condições para a manutenção e conservação destas capelas através da sua proximidade com a comunidade local.

Cria-se assim elos de ligação muito fortes que permitem uma sinergia entre comunidade e no caso, capelas, sendo estas ultimas um polo de atração não para turismo, mas para a sua população a onde ai, se juntam e tratam de problemas relacionados com o bairro, com a rua ou em alguns casos com a comunidade.

As situações que mais se verificam, em mais de metade dos estudos de caso, são manutenção destes pelas comissões fabriqueiras locais, ou pelas confrarias de ordens religiosas, que zelam por este património de algum modo delicado e muitas vezes esquecido.

O caso da **Capela de Nossa Senhora da Esperança** destinge-se das características de um circuito linear sobre a sua manutenção e conservação. Devido às especificidades do núcleo duro da comunidade local, a sua manutenção acaba por ser assegurada de forma informal, utilizando entes espaço como zona de fraternização entre a comunidade e os visitantes que ai passam.

Outro ponto que justifica a sua boa conservação e o interesse da população local neste edifício, vem do facto de se tratar de um espaço para a adoração a Nossa Senhora da Conceição, na qual todos os anos é organizado um arraial de São João e são coletados fundos pela irmandade de Nossa Senhora da Esperança para a sua manutenção.

O caso da **Capela da Lada** apresenta também algumas diferenças neste sentido, devido às especificidades da sua conservação, e no contexto da sua comunidade, portanto não houve a necessidade de existir uma reabilitação ou revalorização como é presente noutro tipo de património religioso presente nos Centro Histórico do Porto e na Muralha Fernandina.

Dado que existem múltiplos percursos possíveis na relação da praça da Ribeira e os arruamentos existentes na envolvente da capela. Neste sentido, denota-se uma preocupação nas intervenções relativamente à questão da fruição turística, em obras pontuais mesmo que aconteça em casos muito pontuais, nomeadamente na revalorização do espaço exterior da capela.

O caso da **Capela da Senhora da Piedade** também apresenta algumas diferenças neste sentido, devido às especificidades da sua manutenção, talvez por se encontrar incluída na zona de proteção do Porto e na Zona Especial de Proteção da Igreja de São Francisco.

A sua constante manutenção visou uma leitura urbana tanto da Rua da Alfandega como do Largo do Terreiro.

Neste sentido, denota-se uma preocupação nas intervenções de conservação relativamente à questão da fruição pública, por parte de tanto dos organismos públicos (municipais e estatais), como aos organismos privados (Comissão Fabriqueira de Nossa Senhora da Piedade) para a sua preservação tanto estrutural como da essência de quem é da comunidade local e continua a utilizar diariamente a capela para o culto litúrgico.

No caso da **Capela dos Alfaiates** a comunidade local da freguesia da Sé, quis que o espaço desta fosse utilizado para o culto religioso regular, juntamente com atividades informais relacionadas com o turismo que permitem uma nova vivência da comunidade na relação com o espaço exterior da capela devido à sua localização singular, que outrora esteve em frente à Sé do Porto.

A sua Conservação mais uma vês é assegurada pela comunidade local, mas por esta ser classificada como Monumento Nacional pelo Decreto Nacional nº 14425, em 1927, existe maior coerência entre as estratégias de conservação tanto por parte da comunidade local, como pelas identidades estatais.

Por fim a **Capela das Verdades**, que embora não se denote a intenção de relacionar a sua conservação com a estratégia de reabilitação do centro histórico do porto, como os arruamentos ou outros espaços urbanos na envolvente, esta acaba por ficar abandonada aos destinos das organizações que tutelam a conservação e reabilitação em Portugal.

Em suma, o seu mau estado de conservação deve-se á inexistência de um núcleo duro de população residente e com raízes no local, que zelassem pela sua manutenção, caso que não acontece.

Caracterização/Conservação

Na conservação das capelas da Muralha Fernandina, é observada a quase total inexistência de programas de conservação e reabilitação utilizados na década de 80 e 90 do século passado pelo IGESPAR e pelo CRUARB, comuns ao restante património do Centro Histórico do Porto, nomeadamente com fins turísticos, instalação de serviços municipais ou outros programas com a necessidade de uma área localizada estrategicamente na Muralha Fernandina do Centro histórico do Porto.

Intervenção	Mun-do	Espe-rança	Lada	Pieda-de	Alfaia-te	Verda-des
Intervenções em áreas internas						
Intervenções de conservação						
Nova Volumetria						
Volume com novo programa						
Espaços expositivos						
Espaços para atividades não culturais						
Restituição de Pré-existências						
Intervenção Urbana na comunidade						
Adaptação/flexibilidade dos espaços internos						

Figura 5.37

Quadro síntese I, das intervenções apresentadas nos casos de estudo

Esquema do Autor

Materiais						
Estrutura metálica na pré-existência	■		■	■		■
Pavimentos com pedra		■		■	■	■
Revestimentos em madeira	■		■			■
Utilização de outros materiais	■			■		■

Figura 5.38

Quadro síntese II, materiais nas intervenções nos casos de estudo

Esquema do Autor

Interpretação						
Painéis Informativos	■	■	■	■	■	■
Espolio Arqueológico	■		■		■	■
Intervenções Arquitetônicas/ Artísticas		■			■	
Demolições/ Outras	■		■	■	■	■
Recriações da Preexistência		■			■	

Figura 5.39

Quadro síntese III, das intervenções apresentadas nos casos de estudo

Esquema do Autor

Deste modo, situações que mais se verificam, nos estudos de caso, são o restauro ou a conservação estrutural dos espaços existentes.

Logo a revalorização das capelas pelas entidades responsáveis pela sua conservação, determina-se pela falta de instalações de espaços expositivos, permanentes ou não, sendo que o conteúdo da exposição de uma capela,

possibilitaria apresentar um carácter diferente, por exemplo um espaço museológico, caracterizando-se por uma futura atratividade para o público-alvo e consequentemente nas comunidades locais, nas estratégias de reabilitação do Centro Histórico do Porto, comparativamente à história e espólio arquitetónico, cultural e social da capela a onde se insere.

A revalorização através dos dados obtidos, pode caracterizar-se também por um programa que contemple a fruição pública, como no caso da capela dos Alfaiates ou a capela de São Salvador do Mundo,

O caso da **Capela de São Salvador do Mundo** diferencia-se das restantes capelas, não seguindo as características de utilização litúrgica. Devido às especificidades da intervenção de 1996, acaba por não ter existido a necessidade de uma reabilitação. Comparativamente à questão da sua utilização, mesmo que ocorra em eventos muito pontuais, particularmente em espaços internos, como o caso da capela dos Alfaiates, averigua-se um seguimento desta característica relativamente à década precedente, pelo que é um dos temas centrais nas políticas de intervenção do CRUARB.

O caso da **Capela de Nossa Senhora da Esperança** apresenta algumas diferenças neste sentido, devido às especificidades das suas intervenções de restauro. Tal como em muitos casos das capelas da Muralha Fernandina a informação sobre as suas intervenções encontra-se condicionada, pois foram maioritariamente feitas informalmente por comissões fabriqueiras, ou pelas ordens oratórias locais.

No caso da **Capela de Nossa Senhora da Lada**, sendo um edifício que já passou por inúmeras transformações, na qual a mais recente foi em 1992, a sua cobertura foi totalmente reconstruída, na qual foi aproveitada para a fixação de luzes interiores de modo a possibilitar maior exposição pública e turística.

Os materiais utilizados na sua conservação foram desacuados à sua estrutura e sua correta manutenção, sendo muitas vezes num passado distante efetuadas pelas ordens religiosas locais.

Na **Capela de Nossa Senhora da Piedade** os materiais e intervenções continuam sensivelmente a ser os mesmos presentes na capela da Lada, mas a sua intervenção mais importante, datada em 1996 pauta-se pela descoberta de bens e estruturas arqueológicas.

Importante de referir que embora a capela de Nossa Senhora da Esperança tenha sofrido maioritariamente obras de conservação e preservação, o seu piso foi substituído na década de 80 por ladrilhos de granito contrastando com o piso original.

A **Capela dos Alfaiates** apresenta diferenças que a diferenciam de todos os outros casos de estudo. Dado que em 1936 a então antiga DGEMN manda dismantelar completamente a capela que anteriormente se localizava em frente á Sé da Cidade do Porto, tal fez com que as intervenções posteriores criassem um elo entre utilização turística e litúrgica, anexando novos volumes ao edifício como a sacristia em 1953.

Por fim, a **Capela de Nossa Senhora das Verdades**, sendo esta a única que se encontra abandonada, na qual não existem registos recentes de obras efetuadas pela Câmara municipal do Porto de modo a assegurar a sua manutenção. A grande intervenção a capela sofreu, foi em 1953 quando esta se encontrava em ruínas, na qual foi adquirida pela Camara Municipal do Porto.

6. Conclusões

6.1. Resposta aos objetivos

Cumpridas as fases de sistematização e análise as conclusões são encaradas como um momento de interpretação crítica dos resultados obtidos dando resposta aos objetivos enunciados na introdução desta dissertação.

Tendo em conta a riqueza do património histórico da cidade do Porto, as capelas da Muralha Fernandina, vêm-se relegadas para segundo plano, devido à presença de edifícios religiosos de carácter monumental.

Procurou-se ao longo desta dissertação retirar dos princípios teóricos e de uma análise da realidade patrimonial do Centro Histórico do Porto, soluções que possam ser adaptadas ao caso concreto das capelas da Muralha Fernandina, simultaneamente chamando à atenção para a necessidade de as conservar e das reabilitar.

Assim a identificação dos princípios de ação e de intervenção no património propostos pela UNESCO, assim como dos critérios que estiveram subjacentes à classificação do conjunto patrimonial do Centro Histórico do Porto, como património mundial por essa organização, constituem a base para compreender a especificidade das capelas estudadas e propor orientações para a sua reabilitação futura.

Objetivo 1

-Identificar princípios de ação no Património do Centro Histórico do Porto, classificado pela UNESCO.

Foi no séc. XIX que se estabeleceu a documentação jurídica e técnica para a conservação de monumentos históricos, com o aparecimento de Viollet-le-Duc (1814-1879) e Ruskin (1819-1900), que implicou o enriquecimento das bases metodológicas na conservação do Património.

No final do séc. XIX e início do séc. XX aparece uma geração interessada no conceito de restauro e salvaguarda em defesa da conservação e reparação para preservar o valor histórico e artístico do monumento, com base nos princípios seguidos pelo arquiteto italiano Camillo Boito. Em resposta aos conceitos de

restauro por Viollet-le-Duc e às ideias passivas de Ruskin e Morris, Boito e seus partidários, defendiam princípios de ação de nível intermédio, que iriam servir de base para as teorias atuais. Boito opôs-se à integração para completar.

Esta nova perspetiva sobre a interpretação do restauro é resumida nos princípios da ação que resultam da experiência de Camillo Boito.

Interpretação da Conservação	Deverão limitar-se as intervenções ao mínimo possível, mas caso se executem têm de ser bem identificadas;
	Deverá ser visível a diferença entre as partes antigas e as novas;
	Deverá ser visível a diferença entre os materiais modernos e os originais aplicados nas diversas obras;
	As partes que foram eliminadas, deverão ser expostas num lugar próximo ao monumento restaurado;
	Deverá ser feito o registo da intervenção acompanhada de fotografias das diversas fases dos trabalhos, colocadas no próprio monumento ou num lugar público próximo;
	Deve-se assinalar ou gravar a data de execução das intervenções no edifício numa epígrafe descritiva da atuação;

Figura 6.1

Esquema da Análise dos casos de Estudo

Esquema do Autor

No caso português o quadro prático da conservação estende-se em duas fases, antes e pós de 1974. Antes de 1974 as cartas de restauro serviram para organizar ideias dispersas elaboradas por teóricos e por protagonistas de obras de restauro e uniformizaram, de uma forma geral, o modo de intervir, sendo a maior parte dessas reabilitações tuteladas pela DGEMN.

Com a alteração para um regime democrático assistiu-se a novas reformulações no que toca aos organismos que mantinham a tutela dos monumentos. Em 1980 é criado o Instituto Português do Processo Civil (IPPC),

subdividido em outros organismos como o Instituto Português dos Monumentos (IPM) e o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), criado em 1993.

Toda esta instabilidade tanto na reabilitação como na conservação a longo prazo levou à conclusão que a falta de estratégia de reabilitação integrada, deve-se pelo facto de os organismos inerente á reabilitação e conservação, não se terem focado na utilização de um plano em micro escala e necessidade de criar um plano em macro escala. O que não é o objetivo desta dissertação, mas que justifica o estado de abandono que os casos de estudo se encontram pelos órgãos de intervenção estatal.

Esta teoria de que é preciso abarcar o conhecimento histórico e morfológico é exemplificado pelos principais organismos de conservação. Nas quais referem que as estratégias portuguesas de proteção do património, e todo o seu quadro legislativo das últimas décadas, têm-se baseado, nos acordos internacionais promovidos pelo Conselho da Europa e pelo ICOMOS, mas, especialmente pela UNESCO. Os textos internacionais com suma influência de Lei do Património Português e no exercício diário da conservação do património cultural são o resultado de convenções internacionais autenticadas por Portugal.

Respondendo então ao objetivo, os princípios de intervenção da UNESCO dividem-se em 3 fases:

- (1). Bases de Conservação e Restauro
- (2). Dicotomia entre Desenvolvimento e Preservação
- (3). Património Comunidade.

Ao interpretar o critério de classificação logo se percebe que para a análise do conjunto histórico do Porto, a tendência é focar-se na terceira fase, fazendo ponte para o segundo Objetivo.

Princípios de Ação da UNESCO

Bases Sobre Conservação e Restauro	Dicotomia ente Desenvolvimento e Preservação	Património e Comunidade
1931 - 1968	1968 - 1976	1976 - atualidade
1931 – Carta de Atenas	1968 - Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas adotada.	1976 - Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea.
1964 – Carta de Veneza	1976 - Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea.	1987 - Carta Internacional Sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas
1968 - Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas adotada.		2005 - Declaração sobre a conservação do contexto dos monumentos, sítios e áreas de interesse cultural
		2011 - Recomendação sobre as paisagens urbanas históricas

Tendência de Intervenção

Figura 6.2

Influencia das cartas e recomendações internacionais nos princípios de Ação da UNESCO

Esquema do Autor

A interpretação de todos os princípios de ação da UNESCO, está descrita nas tabelas elaboradas no capítulo 3, nomeadamente no subcapítulo 3.2.2, a onde são interpretados e sistematizados.

Objetivo 2

-Justificar através da análise da evolução urbanística e morfológica da cidade do Porto a sua classificação pela UNESCO, como um conjunto histórico representativo de uma(s) etapa(s) da história da humanidade.

Em 1996 a UNESCO classificou o Centro Histórico do Porto como património da humanidade com base do critério IV: *to be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history.*

Através da análise urbanística e morfológica, tentou-se perceber concretamente o porquê deste critério de seleção por parte da UNESCO. Efetivamente, verifica-se que o Porto, mais propriamente a área que circunscrita a sua Muralha Fernandina, pode ser considerado um exemplo significativo de varias etapas importantes da história da humanidade.

Françoise Choay, explica que a noção de património estava originalmente ligada à família, às estruturas económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Com o passar do tempo foi reclassificado por vários adjetivos (genético, natural, histórico e cultural), o que o torna num conceito nómada, que pode alterar o seu significado em função da evolução humana e a importância que atribuem aos objetos através da passagem do tempo.

É este conceito de evolução humana que ocorre na cidade do Porto. A ocupação do território, advém da época pré-histórica, como atestam os diversos achados arqueológicos e sobretudo por alguma da geomástica, exposta nos topónimos das Antas, Arca da Samigosa, Mamoa Pedrosa, Mamoa Furada

A evolução da cidade é neste período assinalada por uma série de ocorrências que a marcaram pesadamente: a nomeação de D. Hugo, em 1114, numa ardilosa estratégia de influência eclesiástica no condado.

A nomeação de D. Hugo como bispo do Porto, transformou o burgo numa sede episcopal, influenciando toda a evolução urbanística, social e cultural que juntamente com a construção da Sé do Porto no séc. XII, estimulou o crescimento da população e posteriormente a necessidade da transposição da antiga Cerca Velha.

Posteriormente, D. Afonso IV determina a construção no século XIV de uma nova muralha, gótica (designada Fernandina), que virá a ter uma grande importância na evolução da cidade. Segundo Teixeira, terá começado ser construída em 1355, mas uma inscrição, encontrada no postigo do Carvão, valida a sua construção por volta de 1348.

O facto da população portuense estar circunscrita à volta da Muralha Fernandina e de esta não ter a influência da nobreza, fez com que o clero moldasse a população desta. Deste modo, com a ausência da nobreza, surge a burguesia, que fomenta o aparecimento de novas capelas.

Com a restauração da monarquia portuguesa, o vazio do poder fez-se sentir no Porto. No entanto o poder eclesiástico toma iniciativa, erguendo a Misericórdia, o colégio dos Órfãos, em 1651, ou o do Recolhimento do Anjo/Ferro, em 1672 e iniciando o culto a Nossa Senhora, advindo daí a origem das capelas Marianas na então Muralha Fernandina do Porto.

É no século XVIII com a evolução das técnicas militares e com a necessidade de expansão da cidade para além da cerca gótica, que começa a demolição da Muralha Fernandina aproveitando-se a sua pedra para novas edificações.

O começo deste século é assinalado pela invasão francesa no território nacional, cercando o Porto em 1808, registando-se a revolta da população à sua ocupação, fazendo com que a população encontrasse algum aparo espiritual nas capelas do da Muralha Fernandina do Porto.

Como no período antecedente, o século XX define-se pelo prosseguimento das correntes migratórias para a cidade, com os condicionalismos distintos deste período que ligados à chegada do automóvel. Tal plano de mobilidade é observado das redes locação da capela dos Grilos, que outrora encontrava-se frente à Sé do Porto.

Vem originar novas preocupações ao nível da organização urbanística, e patrimoniais identificados no grande número de planos dos quais se destacam alguns: Jaime Cortesão e o seu Plano de Geral de Arruamentos, em 1914, o plano de Barry Parker de Modernização da Zona Central, em 1915, o Plano Regulador de

Antão Almeida Garret, em 1952, o Plano Diretor de Robert Auzelle, em 1962, e o Plano Diretor Municipal em 1993.

Ainda que se encontrem edifícios como a Sé do Porto, Paço Episcopal ou a Torre dos Clérigos, que por si só justificam a classificação, estes edifícios estão englobados na Muralha Fernandina o que faz com que ganhem ainda mais valor histórico, artístico e cultural.

Todas estas evoluções urbanas aqui apresentadas são importantes pois para uma validação correta do património urbano, tem de se conhecer a essência e autenticidade da história que abarca o local, que no caso as capelas estão inseridas. Justifica-se assim a utilização do IV critério da UNESCO na classificação do Centro Histórico do Porto, nomeadamente a sua Muralha Fernandina tenha sido incluída na lista de património mundial em 1996. Esta, reúne o valor histórico dos edifícios do tecido urbano e pelas características peculiares da população da cidade, justificando mais uma vez a existência do Capítulo IV para dar resposta a todas as questões aqui criadas.

Com a entrada do Centro Histórico do Porto na lista da UNESCO, a conservação e reabilitação marcam uma nova etapa na história do Porto, mantendo as suas características culturais, sociais e patrimoniais, mas voltando-se agora para o turismo que surgiu devido à necessidade de preservar o referido património.

Como foi descrito no capítulo IV, a Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto, fez a sua inscrição dos bens na Lista do Património Mundial com o 4º critério, ou seja, oferece um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana.

Tal é fundamentado pelos seguintes princípios de ação apoiados pela UNESCO:

(1). Para evitar a descaracterização ambiental e desenvolver os valores culturais e sociais de cada nação, é necessário promover a salvaguarda dos conjuntos históricos (art.4, 1976 - Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea)

(2). Define-se contexto de um monumento, sítio ou área de interesse cultural como o meio, próximo ou distante, que participa e contribui para o seu significado e singularidade e abordam-se as medidas práticas para o seu estudo, interpretação, delimitação e gestão. (Art.1, 2005 - Declaração sobre a conservação do contexto dos monumentos, sítios e áreas de interesse cultural)

(3). Património é visto como um recurso integrado no ecossistema urbano, reconhecendo-se que os conjuntos históricos, enquanto organismos vivos, estão sujeitos a constantes mudanças. (Art.1, 2011 - Princípios de La Valetta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos históricos)

Ao interpretar estes dados, toda a evolução do Centro Histórico do Porto desde a origem do Burgo, até á atualidade deixou marcas na estrutura morfológica e urbana do Porto, dai a importância de estudar a sua evolução e história ao longo dos séculos, e não se focar num só período da historia da cidade.

Além disso todas as convenções da UNESCO desde 1976, focaram a importância do elemento patrimonial no seu conjunto e não no seu singular, suportando com que o centro histórico do porto tenha sido classificado património da humanidade.

No caso do percurso morfológico da cidade, os elementos patrimoniais que facilmente encaixam num conceito tradicional de património Monumental, mas que a sua classificação parece estar associada a um conceito mais abrangente de património e dos valores a ele associados que vão muito além do carácter monumental ou artístico para englobar o que é o próprio conjunto do centro histórico e os valores tanto materiais como culturais a ele associados.

Objetivo 3

-Definir orientações para a revalorização futura das capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto.

A atualidade do contexto cultural e patrimonial do Centro Histórico do Porto, a partir da sua nomeação de Património Mundial, bem como o elemento afetivo associado ao estudo académico em curso, resultaram numa proposta de investigação

original, inovadora e singular da temática enquadrada. Original pelo facto de não haver até ao momento, conforme resultado da procura nos diversos centros de documentação, nas bibliotecas académicas visitadas, ou nos vários repositórios abertos das universidades portuguesas, estudos similares ao agora proposto, ou seja, em ligação direta às Capelas da Muralha Fernandina.

O estado da conservação geral das capelas é razoável, com exceção do caso da capela das Verdades, que devido à falta de uma comunidade que assegure a sua manutenção, esta encontra-se em estado quase devoluto. Este exemplo ajuda a reforçar a conclusão que a população envolvente ajuda na conservação das capelas, através das suas confrarias e comissões fabriqueiras.

Ao delinear orientações para a revalorização das capelas, procurou-se definir estratégias que respeitando simultaneamente o princípio definido pelos organismos internacionais e as práticas metodológicas que têm vindo a ser seguidas no Centro Histórico do Porto, não anulem a integração da comunidade local na sua conservação.

Considerando os resultados da análise comparativa dos estudos de caso, pode-se referir que o envolvimento dessas comunidades nas estratégias de revalorização será a melhor garantia de sustentabilidade futura, partindo do princípio que elas vão atuar como agentes de manutenção.

A relação entre as Capelas da Muralha Fernandina e o Centro Histórico do Porto identifica a linha através da qual o Património Religioso influenciou a cultura e crescimento da Cidade do Porto. Um dos pontos que orientaram a escolha das Capelas da Muralha Fernandina é a sua localização, construídas de modo a facilitar a difusão das crenças das ordens monásticas, marcando assim a “essência social” da sua população.

A sua história abarca um espectro conduzido para a preservação do seu valor cultural, histórico e arquitetónico, que fica ofuscado pela presença dos edifícios monumentais ou pelo ruído da degradação urbana que a Cidade do Porto tem sido alvo nos últimos 30 anos. Permanecem por isso na sombra, não acompanhando as transformações urbanas e sociais do Centro Histórico do Porto.

Apresentando-se sempre como uma operação difícil e complexa de se

realizar, a revalorização de usos de uma capela abrange uma série de particularidades essenciais que se devem considerar para que o património perdure no tempo. A importância da manutenção da “memória” do lugar e do edifício, poderá constituir o aspeto mais importante a alcançar.

Com uma nova função, neste caso específico, direcionada para o Turismo, a sua valorização depende precisamente do facto de estar integrada num edifício histórico, sendo por isso importante que a intervenção no património seja elaborada com esse intuito, o de permitir dar continuidade às capelas, fruto de sobreposições e camadas de história que refletem a sua evolução.

As várias abordagens de intervenção e os seus diferentes resultados apresentam-se como caminhos possíveis no campo da reconversão de usos, no entanto não podem ser encarados como soluções únicas de intervenção no património, nem como as mais aconselháveis, mas sim como exemplos, podendo influenciar a abordagem de um arquiteto em posteriores intervenções em edifícios com o mesmo cariz.

A aprendizagem, a utilização da sabedoria que já foi utilizada no passado apenas pode contribuir para a construção de uma nova e mais completa maneira de atuar nas Capelas da Muralha Fernandina, aprendendo, de igual modo, com as ações bem-sucedidas assim como com os erros cometidos.

É de igual modo importante que, por se tratar de património, como portador de uma memória, de uma herança da nossa sociedade, qualquer tipo de erro, que coloque em causa o edifício ou a erradicação de momentos importantes da história que ele conta, seja evitado a todo o custo.

Assim, nos indicadores para a revalorização das capelas frisou-se o estado atual das mesmas, que se pauta por um uso ocasional e inexistente. Como tal são estruturas semivividas cujo potencial pode ser aproveitado: no entanto este potencial, não deve por em causa um uso litúrgico, que sendo ocasional, existe. Por neste estudo, repudia-se os casos geralmente referidos em Arquitetura em que as antigas estruturas religiosas só possuem interesse se forem edifícios totalmente abandonados cuja reconversão lhes altera por completo o uso e o significado.

Assume-se por isso que existem duas fações atuais na consideração

arquitetónica destes exemplos: ou são meramente de valor estético, que aparecem nas revistas, ou são desconsideradas por que se considera que não são alvo de intervenção aparte restauros que apenas mantêm o que já existe, perpetuando inclusive o abandono de uso, o que as afasta da atenção da arquitetura contemporânea.

Nos exemplos recolhidos existem novamente duas situações: ou a capela tem valor intrínseco, no caso da Capela de Nossa Senhora da Esperança, Capela de Nossa Senhora da Lada e Capela de São Salvador do Mundo ou tem valor pelo contexto histórico, no caso da Capela das Verdades, dos Alfaiates, e de Nossa Senhora da Piedade. Em ambos os casos situadas em percursos históricos da cidade do porto. A História tem igualmente peso arquitetónico, por si ou como fundamento de ação numa zona classificada pela UNESCO. Quando se pretende intervir, tem de se conhecer a história pelo que é importante fazer o registo da mesma e dá-la a conhecer.

6.2. Proposta

Consequentemente, o que fazer?

A proposta que se apresenta utiliza estas estruturas aliadas com um percurso, denominado “Museu Vivo da Cidade”, como **pontos de paragem temporária** onde se conta a **história da capela e/ou envolvente**. Evolui-se para uma proposta de estruturas móveis que possam contar a história da capela ou da sua envolvente, de forma mais extensa do que as placas habitualmente colocadas na rua, mas que podem ser recolhidas quando a capela necessita de ser encerrada para uma atividade litúrgica. O facto de as estruturas serem móveis é argumentado pelo facto de que a capela deve ser usada como tal na sua plenitude.

É importante referir que a proposta, em si, não incide na parte arquitetónica, mas, na parte histórica, social e cultural, dando resposta aos três objetivos em cima referidos, procurando a valorização das capelas, o aproveitamento do crescimento do turismo, a fomentação das indústrias criativas, a

manutenção da identidade das capelas, a potencialização da sua agenda e evidenciar a sua relação privilegiada com a Muralha Fernandina do Centro Histórico do porto.

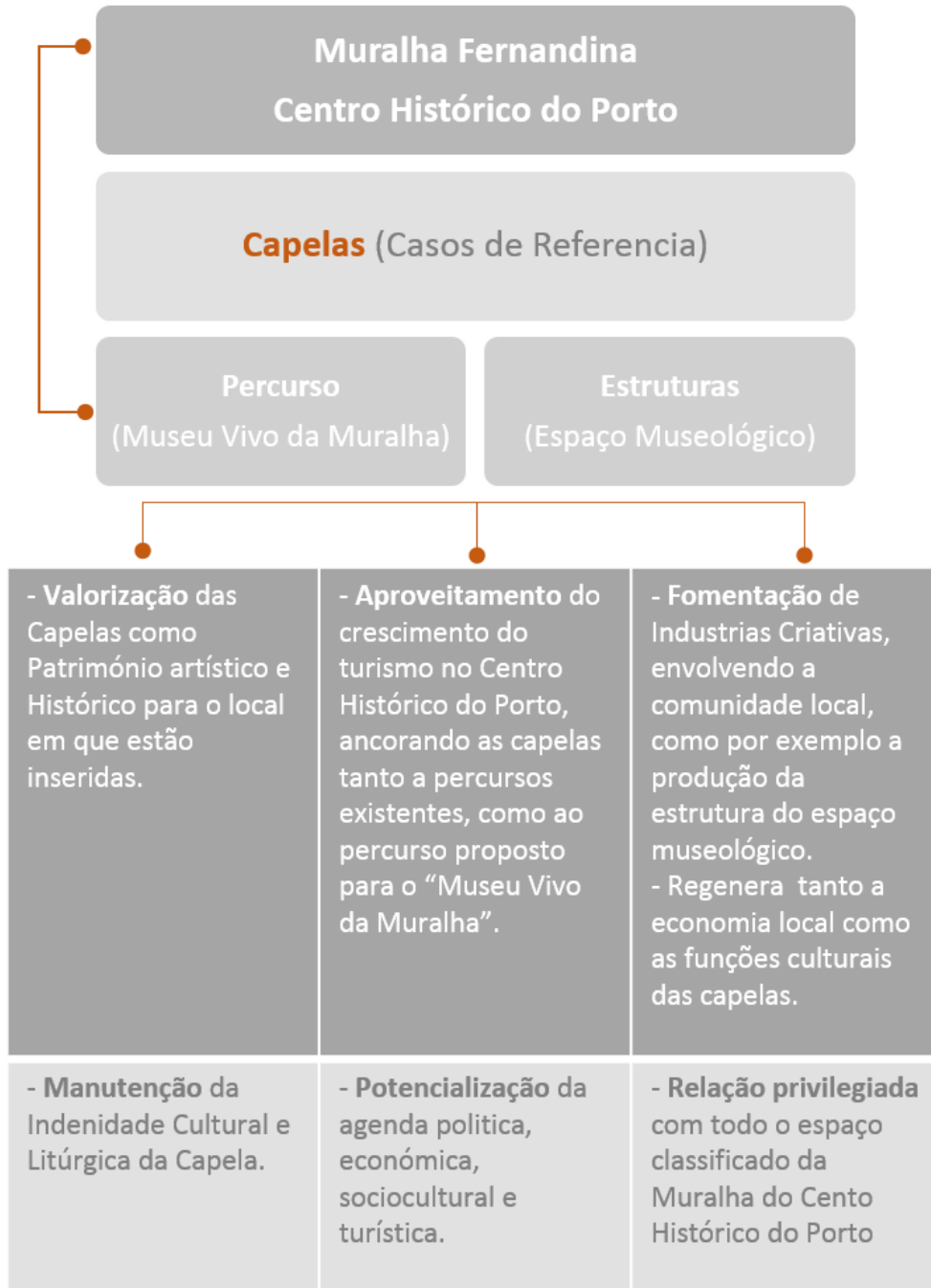


Figura 6.3

Esquema das orientações futuras para a reabilitação das capelas.

Esquema do Autor

Percurso – Museu Vivo da Muralha



Figura 6.4

Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha

Mapa do Autor

De modo a maximizar o percurso, além de escrutinar o contexto histórico, cultural e social é necessário entender a conjuntura do turismo numa microescala. Embora existam percursos temáticos dedicados ao azulejo, medieval, barroco, neoclássico ou garrettiano, com o desenvolvimento desta dissertação e como está referido no Estado da Arte, tanto as capelas como as suas comunidades encontram-se esquecidas pelas entidades que tutelam os organismos de turismo e cultura

advindo daí o abandono de ambas as partes na potencialização destes espaços.

O sector do turismo no Centro Histórico do Porto, assenta numa estrutura de interações de diversos sectores, como a que foi referido, constituindo-se como uma atividade geradora de efeitos positivos nos processos de desenvolvimento das comunidades e preservação dos seus monumentos.

Neste sentido integram-se os princípios de ação para a revalorização das capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto, gerando uma oferta complementar para a revalorização das Capelas e ao desenvolvimento de novas valências que são apoiadas pelos critérios de intervenção da UNESCO.

É esse desenvolvimento que se pretende trazer, numa primeira fase às Capelas da Muralha Fernandina e numa segunda fase, ao contexto comunitário e social que as circunscrita.

Deste modo, o percurso é dividido em 5 eixos que descrevem a importância do seu ponto de vista histórico, arquitetónico, paisagístico, cultural e social tanto do percurso como das capelas a cada eixo associadas.

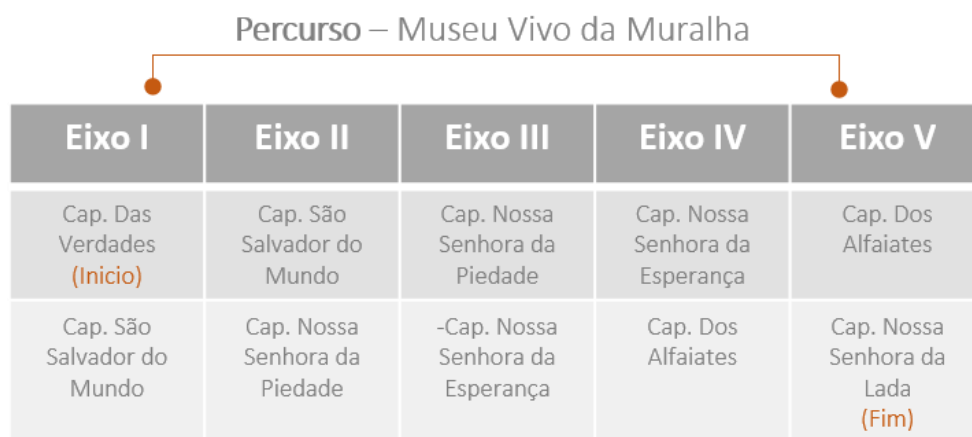


Figura 6.5

Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha

Mapa do Autor

Eixo 1 / Cap. das Verdades – Cap. São Salvador do Mundo

Percurso Toponímico	Rua de D. Hugo – Terreiro da Sé – Largo Dr. Pedro Vitorino – Largo do Colégio – Rua de Santana – Rua da Banharia – Rua Mauzinho da Silveira.
Descrição	O percurso começa na Rua de D. Hugo, ou a antiga rua dos cônegos, onde viviam as figuras de maior relevo da historia do episcopado. Posteriormente passa do Terreiro da Sé para o interior da antiga Cerca velha, encontrado vários pontos de vista para toda a Muralha Fernandina, permitindo observar o crescimento do burgo para a Muralha Fernandina. Por fim termina na rua Mauzinho da Silveira, uma das mais importantes avenidas da zona classificada, terminando no pátio de São Salvador
Pontos de Interesse	Capela das Verdades; Casa Museu Guerra Junqueira; Passo Episcopal; Se do Porto; Casa dos 24; Torre Medieval do Porto; Igreja de São Lourenço e Museu da Arte Sacra e Arqueológica; Mercado Ferreira Borges.



Figura 6.6

Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha – Eixo 1

Quadro Síntese e Mapa do Autor

Eixo 2 / Cap. São Salvador do Mundo – Cap. Nossa Senhora da Piedade

Percurso Toponímico	Rua Mauzinho da Silveira – Rua Infante D. Enrique Rua da Alfandega – Rua da Taurina – Largo do Terreiro
Descrição	O percurso inicia no antigo coração económico da cidade do Porto. Logo na Rua Mauzinho da Silveira tem-se acesso ao Mercado Ferreira Borges, e pela Rua da Bolsa encontra-se o Palácio da Bolsa conhecido pela arquitetura de Nicolau Naloni. Na rua do Infante D. Henrique encontra-se dois importantes edifícios religiosos: A igreja de São Francisco (Monumento Nacional). A finalizar o percurso na rua da alfandega, antigo foco mercantil da Muralha encontra-se a casa do Infante.
Pontos de Interesse	Mercado Ferreira Borges; Palácio da Bolsa; Igreja de São Nicolau; Jardim do Infante D. Henrique Casa do Infante/Casa da Moeda/ Antiga Alfandega; Largo do Terreiro; Cais Estiva



Figura 6.7

Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha – Eixo 2
Quadro Síntese e Mapa do Autor

Eixo /Cap. Nossa Senhora da Piedade – Capela Nossa Senhora da Esperança

Percurso Toponímico	Largo do Terreiro – Rua da Reboleira – Rua de São Francisco – Rua o Comercio do Porto – Rua São João Novo – Largo São João Novo
Descrição	<p>A rua da Reboleira é uma das ruas mais antigas da ribeira, como tal é um ótimo exemplo da autenticidade e conservação na Muralha Fernandina.</p> <p>Posteriormente encontra-se no Largo de São Francisco a Igreja de São Francisco e o Museu da Ordem da Terceira, responsável pela manutenção de muitas capelas da cidade do Porto.</p> <p>No largo de São João Novo tem-se acesso ao convento do mesmo nome e ao palácio dos Melos, importante família burguesa do Séc.. XIX.</p>
Pontos de Interesse	Cais Estiva; Igreja e antigo Convento de São Francisco, Casa e Museu da Ordem da Terceira; Antigo edifício do Jornal O Comercio do Porto; Igreja e Convento de São João Novo e Palácio dos Melos



Figura 6.8

Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha – Eixo 3
 Quadro Síntese e Mapa do Autor

Eixo 4 /Capela Nossa Senhora da Esperança – Capela dos Grilos

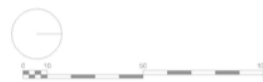
Percurso Toponímico	Largo São João Novo - Rua Francisco Mota Soares – Rua Dr. Barbosa de Castros – Campo dos Marties da Patria – Rua da Assunção – Rua dos Clerigos – Praça da Liberdade – Praça Almeida Garret – Rua da Madeira – Praça da Batalha – Rua Augusto Rosa – Rua do Sol
----------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Descrição	A capela de N. S. da Esperança fica encostada às escadas do Caminho Novo, a onde ainda se encontra um pano da Muralha Fernandina. A rua das Taipas dá-se de traseiras como Tribunal de Instrução Criminal e com a Igreja de São Bento da Vitoria (Taipas) No largo da Antiga Cadeia encontra-se o Centro Português de Fotografia. Posteriormente na rua da assunção apresenta-se uma das obras mais emblemáticas da cidade do Porto, a Torre dos Clérigos, que vai ter até á Avenida da Liberdade e posteriormente ao Palácio das Cardosas. Através da P. Almeida Garrett, encontra-se a estação de São Bento que através da rua da Madeira vai ter ao Teatro Nacional São Joao.
------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Pontos de Interesse	Passeio das Virtudes; Igreja e Convento das Taipas, Centro Português de Fotografias; Igreja dos Clérigos; Avenida da Liberdade; Palacio das Cardosas; Igreja dos Congregados; Estação de São Bento; Teatro Nacional de São Joao.
----------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Figura 6.9



Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha – Eixo 4

Quadro Síntese e Mapa do Autor

Eixo 5 / Capela dos Grilos – Capela Nossa Senhora da Lada

Percurso Toponímico	Rua Augusto Rosa – Rua Saraiva de Carvalho – Largo 1 de Dezembro – Escadas do Codeçal – Avenida Gustavo Eiffel – Cais da Ribeira – Rua de Cima do Muro
Descrição	Originalmente a Igreja dos Grilos encontrava-se em frente á fachada da Sé do Porto, Mas com os planos de requalificação da sé nos inícios do séc. XX, esta mudou-se para a Rua do Sol, ficando de frente com uma das antigas portas da Muralha Fernandina. No decorrer do percurso encontra-se um pano da Muralha Fernandina, exemplo do processo de Requalificação e Restauro Português do Séc.. XX. A escadaria do Codessal é uma das mais pitorescas e antigas da Muralha, que vai ter ao Recolhimento do Ferro e posteriormente á avenida Gustavo Eiffel. O eixo e Percurso do <i>Museu Vivo da Muralha</i> termina no cais da ribeira na Capela da Lada
Pontos de Interesse	1º Divisão Policial da Cidade; Muralha Fernandina; Igreja de Santa Clara; Escadas Codeçal; Recolhimento do Ferro; Ponte D. Luis; Cais da Ribeira

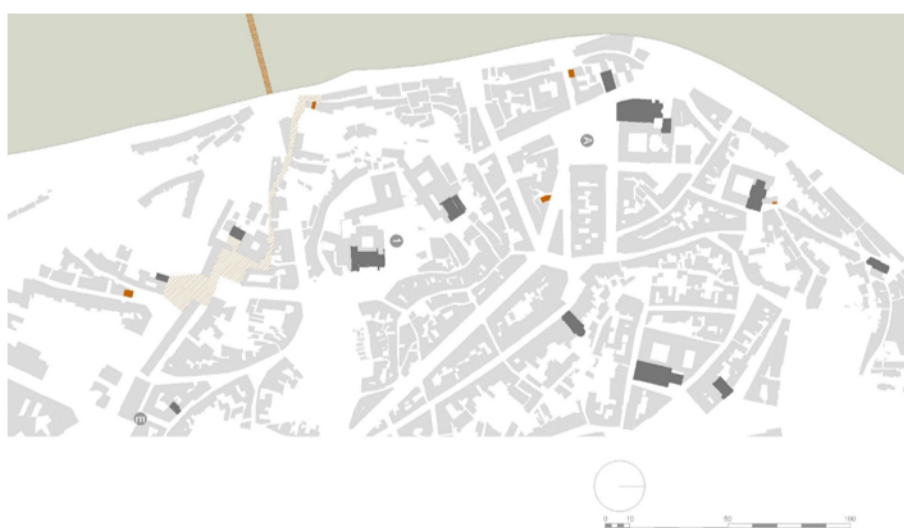


Figura 6.10

Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha – Eixo 5

Quadro Síntese e Mapa do Autor

Estruturas – Espaço Museológico

A melhor forma de preservar um edifício, em provável e sistemática oposição aos objetos móveis, é mantendo-os em uso. A utilização inicial é sempre preferencial, quer num edifício rural, num edifício urbano, quer numa Capela da Muralha Fernandina. Ou seja, a revalorização/princípios de ação, muitas vezes é a única forma de preservação de um edifício. Esta pode-se traduzir na aplicação de um novo uso, sem sendo necessário abandonar a função original deste.

É esta a proposta aqui realizada, no caso um pequeno espaço Museológico, frisando que o estado atual das mesmas é pautado por um uso ocasional.

Desta forma estamos a falar de estruturas semivividas cujo potencial pode e deve ser aproveitado pela riqueza cultural que as Capelas deram à cidade do Porto. No entanto todas as suas valências e potencialidades não devem por em causa o uso litúrgico, que mesmo sendo ocasional existe, na qual continua a ser apreciado pelas suas gentes.

É esta a ideia que se pretende explorar a quando é referido “Museu vivo da Muralha”, preservando para se conservar sem deixar de se inovar nas propostas desta estrutura móvel.

A iniciativa em retomar o contexto de abordagens sobre o contexto social e objetiva chama a atenção para o processo de conceção arquitetónica através da essência da arquitetura e não apenas de sua aparência, uma vez que o a revalorização é a própria ideia de arquitetura, aquilo que está mais próximo de sua essência.

O conceito da estrutura aqui proposta usa a história como fonte de pesquisa e inspiração quando resgata princípios e não formas literais de antecedentes arquitetónicos (Mahfuz,1984). Mesmo a arquitetura moderna que defende um discurso de rutura com a história, manifesta herança clássica do ponto de vista tipológico.

A abordagem de revalorização e princípios de ação no enfoque do projeto como princípio gerador da intencionalidade do arquiteto será apresentada pelo uso que se particulariza em projetos de arquitetos como os de Siza Vieira e Milton Monte. Objetiva-se aproximar o discurso do arquiteto de questões de natureza cognitiva e operativa no processo de conceção arquitetónica na reabilitação e no caso desta dissertação, na revalorização do património



Figura 6.11

Proposta da estrutura auxiliar do “Museu Vivo da Muralha

Desenho do Autor

Interpretação da Estrutura Móvel

Tendo presente as dificuldades na elaboração de uma proposta concreta de intervenção apresentam-se alguns princípios que foram considerados estar na sua base e na conceção da estrutura móvel apresentada em cima a quando são elaborados os Indicadores/Orientadores pela UNESCO para os princípios ação para a revalorização das Capelas da Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto

Palavras Chave	Interpretação
Reversibilidade	- garantia da reversibilidade das soluções preconizadas;
Intrusão	- adoção de soluções com o mínimo de intrusão;
Função	- adaptação da função ao espaço e as características do edifício;
Técnicas	- privilegiar a recuperação de processos e técnicas antigas;
Simplificar	- privilegiar soluções de intervenção e Simplificação faseadas no tempo, como meio de diminuição de soluces de grande envergadura e diminuindo custos financeiros e sociais.
Princípios Orientadores	
Valor histórico, cultural e social da Estrutura	

Figura 6.2

Interpretação da estrutura auxiliar do "Museu Vivo da Muralha

Quadro do Autor

Considerações Finais

A reflexão sobre a influência dos valores históricos da Muralha Fernandina, com os valores intrínsecos do seu património arquitetónico, permite a posterior observação de um espaço público que se deixou abandonar e entregar às exigências de um ideal que acabou, inevitavelmente, por alterar ao nível individual, social, cultural e institucional, as relações humanas e urbanas de monumentos, tais como as Capelas aqui estudadas. Nenhum projeto se constrói apenas por si e para si. Ele conduz sempre à novidade, à reforma e à mudança de qualquer processo histórico específico a um local.

Este argumento, que permitirá descobrir o valor dos princípios de ação da UNESCO e a importância do espaço sagrado de um templo, como espaço “animado” pelo tempo humano, exploram e sintetizam importantes questões ao nível da sua relação com a Muralha Fernandina do Centro Histórico do Porto.

Os casos de estudo, do ponto de vista formal, com formas bem diferenciadas, uma vez que são analisadas as Capelas e os espaços envolventes às mesmas com a especificidade que os caracterizam. Aquilo que se pretende, em termos genéricos, é possibilitar uma visão de conjunto, a partir da análise de cada situação, na qual acaba por permitir uma argumentação acerca das influências dos percursos Turísticos, com as próprias capelas, deixadas e marcadas pela presença do investimento de estruturas religiosas, que não passarão indiferentes ao indivíduo e à sociedade, enquanto entidade e ser coexistente.

É também solicitado efetuar a leitura do espaço de ligação entre cada Capela e o respetivo tecido urbano envolvente através do Museu Vivo da Muralha, de modo a que o seu visitante, o turista, possa cruzar a informação e os resultados das capelas, evidenciando traços comuns e os pontos em que se distinguem.

Do mesmo modo, procura-se promover um retrato que permita observar um enquadramento histórico e litúrgico generalizado, através dos espaços estudados e analisados, nos quais se evidenciam a relação da Capela, com a Muralha Fernandina e a população local, nas suas dimensões individuais e sociais, bem como a compreensão do enquadramento histórico específico que caracteriza cada

momento que marcou a Arquitetura destas capelas, determinantes para o ressurgir de diferentes concepções dos espaços propostos.

Assim o que não surgiu do nada, também não nasceu para o nada. A capela será motivo de modificação do espaço, das existências e do tempo, no qual a História irá continuar certamente a deixar os seus registos.

Bibliografia

Bibliografia

- Afonso, J. (2000). *A Rua das Flores no Século XVI: Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Aguiar, J. (2002). *Cor e Cidade Histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Aguiar, J., Cabrita, A., & Applenton, J. (2004). *Guião de Apoio à reabilitação de Edifícios Habitacionais* (vol. 1). Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Albarello, L. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gravidia.
- Almeida, C. (1988). *O Culto a Nossa Senhora do porto na Época Moderna: Perspetiva Antropológica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Alves, J. (2002). *Formas Urbanas do Porto Setecentista: As Praças Intramuros*. Porto: FLUP.
- Alves, J. (1990). *O Porto na Época dos Almadás*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Amendoeira, P. (2010). O património de Portugal na lista da UNESCO. In J. Custódio, *100 anos de património: memória e identidade*. Lisboa: IGESPAR.
- Amorim, J. (2003). *Reabilitação Cuidadosa: Algumas considerações sobre uma intervenção cuidadosa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Arís, C. (1993). *Las variaciones de la identidad: ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Ediciones Del Serbal.
- Applenton, J. (2003). *Reabilitação de Edifícios Antigos*. Lisboa: Editora Orion.
- Azevedo, C. (2000). Eucaristia. In C. Azevedo, *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (vol 2). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Barbosa, G., & Cunha, M. (1998). *Diálogos da Edificação*. Porto: CRAT.
- Bluteau, R. (1713). Capela. In *Vocabulário Portuguez e Latino* (vol. 2). Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

- Bodgan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Boito, C. (2003). *Os Restauradores*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Brandi, C. (2006). *Teoria del Restauro*. Roma: Editori Riunt.
- Cabral, L. (1987). *Edifícios do Porto em 1833*. Porto: Porto Editora.
- Cabrita, A., & Alho, C. (1987). *Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitectónico Europeu, Relatório 155/87*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Câmara Municipal do Porto (2008). *Código Regulamentar do Porto*. Acedido em: www.portovivosru.pt/plano_g_4.php
- Câmara Municipal do Porto (2005). *Plano Diretor Municipal: Regulamento*. Acedido em: www.portovivosru.pt/plano_g_4.php
- Carbonara, G. (1997). *Avvicinamento al Restauro*. Napoli: Liguori.
- Carneiro, V. (1979). A Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais. *Mínia*, 2, pp. 4-5
- Castro, J. (1995). *Portugal no Concílio de Trento*. Lisboa: União Gráfica.
- Ceschi, C. (1970). *Teoria e Storia del Restauros*. Roma: Mario Bulzoni Editori.
- Choay, F. (1992). *Alegoria do Património*. Coimbra: Edições 70.
- Coelho, M. (2003). *Conservação do Património Histórico Edificado: Sistematização de Princípios Gerais*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Comissão Nacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios [CN/ICOMOS] (1986). *Carta de Veneza*. Acedido em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislação
- Comissão Nacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios [CN/ICOMOS] (2004). *Carta de Veneza*. Acedido em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislação

- Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [CN/UNESCO](1980). *Comissão Nacional da UNESCO de 1980*. Acedido em: www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-cnu/textos-normativos.html
- Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [CN/UNESCO] (1992). *Recomendações Sobre a Proteção do Património Cultural e Natural, Textos e Documentos, Convenções, Recomendações e Resultados da UNESCO*. Acedido em: www.unescoportugal.mne.pt/pt/a-cnu/textos-normativos.html
- Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo [CRUARB] (2000). *Porto Património Mundial: CRUARB 25 Anos de Reabilitação Urbana*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Conferencia Internacional sobre Conservação (2000). Carta de Cracóvia. Acedido em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislação
- Congresso Internacional de Arquitetura Moderna [CIAM] (1934). Carta de Atenas. Acedido em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislação
- Congresso Internacional de Arquitetura Moderna [CIAM] (1996). Carta do México. Acedido em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislação
- Conselho Europa [CE] (1975). Carta de Amesterdão. Acedido em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislação
- Conselho Europa [CE] (1985). *Convenção Europeia para a Proteção do Património Arquitetónico da Europa*. Acedido em: www.infoeuropa.euroid.pt/files/database
- Conselho Europa [CE] (1992). *Conservação para a Salvaguarda do Património Arquitetónico*. Acedido em: www.infoeuropa.euroid.pt/files/database
- Conselho Europa [CE] (2000). *Convenção Europeia da Paisagem*. Acedido em: www.infoeuropa.euroid.pt/files/database
- Conselho Europa [CE] (2005). *Convenção do Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural*. Acedido em: www.infoeuropa.euroid.pt/files/database

- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios [ICOMOS] (1964). *Carta de Veneza*. Acedido em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislação
- Convenção de Haia (1988). *Convenção Relativa às Leis e Costumes de Guerra Terrestres (2ª Convenção)*. Acedido em: www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/
- Conti, F. (1986). *Como Conhecer a Arte no Renascimento*. Lisboa: Edições 70.
- Costa, M. (2000). Ermidas e Capelas. In C. Azevedo, *Dicionário de Historia religiosa de Portugal* (vol. 1). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Couceiro, J. (2002). *Urbanidade e Património*. Lisboa: IGAPHE - Instituto do Património Habitacional do Estado.
- Custódio, J., & Rasquilho, R. (2010) Campanha nacional para a Defesa do Património: hora de mudança. In J. Custódio, *100 anos de património: memória e identidade*. Lisboa: IGESPAR.
- Destaque Informativo (2004). *A Base Económica do Centro Histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Diocese de Lamego (1939). *Constituições synodales do Bispo de Lamego, feitas pello Senhor D. Miguel de Portugal, publicadas, e aceitas no synodo, que o dito Senhor celebrou em o ano de 1639 e agora impressas, Livro I*. Lamego: D. Fr. Luis da Sylva.
- Duarte, M. (2004). *O Mistérios da Ponte das Barcas*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Estrella, A. (1990). *Teoria e Pratica de Observação: Uma Estratégia de Formação*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Feilden, B. (1985). *Conservation of historic buildings*. London: Butter Worth Scientific.
- Fernandes, A. (1999). *Censal da Sé de Lamego*. Arouca: Câmara Municipal de Lamego/ADPA.
- Fernandes, F. (1999) *Transformação e Permanência na Habitação Portuense*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

- Fernandes, J. (2005). *Um Percurso Urbano*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fernando, J. (2003). *Português Suave: Arquitectura do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR.
- Fernando, M. (1978). *Renovação Urbana da Região Ribeira-Barredo*. Conferencia Locaux et Regionoux de L'Europe, Strasbourg.
- Ferreira, C. (1992). *Restauro dos Monumentos Históricos*. Lisboa: Instituto Português do Processo Civil.
- Ferreira, J. (1998). *Direito do Património Histórico-cultural: Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais, Atos Comunitários*. Coimbra: Centro de Estudo e Formação Autártica.
- Figueira, L. (1998). *Reflexão sobre a importância das ZEP (Zonas Especiais de Proteção)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Folgado, D. (2010). *Património inclusivo. Das expectativas aos desafios*. In J. Custódio, *100 anos de património: memória e identidade*. Lisboa: IGESPAR.
- Graça, M. (2005a). *Património na Freguesia de São Nicolau*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Graça, M. (2005b). *Património na Freguesia da Vitoria*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Graça, M. (2006). *Património na Freguesia da Sé*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Grande, N. (2006). *Campo Magnético: Polaridade na Arquitetura Portuguesa do séc. XX*. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.
- Guerreiro, J. (2000). *Mobiliário eclesiástico*. In C. Azevedo, *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (vol. 3). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Guillaume, M. (2003). *A Política do Património*. Porto: Edições Galilée.
- Heydenreich, L. (1998). *Arquitetura em Italia: 1400-1500*. São Paulo: Cosac & Naif.
- Houaiss, A., & Villar, M. (2003). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* (vol. 5). Lisboa: Temas & Debates.

- Igreja Católica (1995). *Código de Direito Canónico: Promulgado por S.s. o Papa João Paulo II*. Braga: Conferencia Episcopal Portuguesa.
- Igreja Católica (n.d.). *O sacrossanto, e ecuménico Consílio de Trento em latim e portuguez*. Lisboa: [na off. De Francisco Luiz Ameno].
- Instituto Internacional para a Unificação do Direito Provado [UNIDROIT] (1995). *Convenção do UNIDROIT Sobre Bens Culturais Roubados ou Illicitamente Exportados*. Acedido em: www.biblioteca.mne.pt/nyron/Library/Catalog
- Instituto Nacional de Estatística (2002). *Censos 2001: Resultados Definitivos Norte*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística (2006). *Dinâmica do Turismo na Grande Área Metropolitana do Porto: 1994-2004*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Português do Património Arquitectónico [IPPAR] (2007). *Plano Regional de Ordenamento (PROT) para a Região Norte: Estudos Complementares de caracterização Territorial e Diagnostico Regional*. Porto: IPPAR.
- Jokilehto, J. (1996). International Standards, Principles and Chartes of Conservation. in *Concerning Buildings: Studies in Honour of Sir Bernard Feilden*. Oxford: Archirectual Press.
- Leão, D. (n.d.). *Leis extravagantes e Reportório das Orientações*. Coimbra: Gonçalves.
- Lei nº 49/79, de 23 de Setembro. Diário da Republica nº 130 – 1ª Série. (1979). Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro. Diário da República nº 209 – 1ª Série-A. (2001). Ministério da Cultura
- Lei nº 107/2007, de 8 de Setembro, Diário da República nº 108- 1ª Serie. (2007). Ministério da Cultura
- Lessard-Mébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Lynch, K. (1998). *A Imagem da Cidade*. Porto: Porto Editora.
- Lopes, F. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lopes, F. (2012). *Zonas de Proteção ao Património: Para que servem?* Lisboa: Caleidoscópio.
- Lopes, F., & Correia, M. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas e Recomendações Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lopes, F., & Correia, M. (2014). *Património Cultural: Critérios e Normas de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Lopes, F., & Figueira, L. (1996) *Cartas e convenções Internacionais*. Lisboa: IPPAR.
- Loza, R. (1996). *Porto a Património Mundial*. Porto: Norprint.
- Maia, M. (2002). *Critérios para a Classificação de Bens Imóveis: Informa para Proteger*. Lisboa: IPPAR.
- Mahfuz, E. (1984). *Nada provém do nada*. São Paulo, Revista Projeto, (69), 12-13.
- Margarida, M. (1998). *Diálogos da Edificação*. Porto: CRAT.
- Martins, I., & Santos, L. (2003). *1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana: Porto*. Porto: Camara Municipal do Porto - Gabinete de Estudos e Planeamento.
- Monjardino, A. (1986a). Carta do Turismo Cultural. In *Textos Internacionais sobre Preservação e Valorização do Património*, Separata do Boletim do Instituto de Historia da Ilha Terceira, 44, 2-4.
- Monjardino, A. (1986b). Recomendações de Nairobi. In *Textos Internacionais sobre Preservação e Valorização do Património*, Separata do Boletim do Instituto de Historia da Ilha Terceira, 45, 7-8.
- Monteiro, M. (1978). *Igrejas Medievais do Porto*. Porto: O Tripeiro.
- Neto, M. (1999). *Memoria, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monuementos nacionais (1929-1960)*. Lisboa: DGEMN.
- Norberg, S. (1971). *Existence, Space and Architecture*, New York: Praeger.

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (1945). *Ato Constitutivo*.
Acedido em: www.biblioteca.mne.pt/nyron/Library/Catalog.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (1954). *Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*. Acedido em: www.biblioteca.mne.pt/nyron/Library/Catalog
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (1970). *Convenção Relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação a Exportação e a Transferência Ilícita da Propriedade de Bens Culturais*. Acedido em: www.biblioteca.mne.pt/nyron/Library/Catalog
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] . *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Acedido em: www.portovivosru.pt/plano_g_4.php
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (1972). *Carta de Paris*. Acedido em: www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislação
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (1996). *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, twentieth session*. Acedido em whc.unesco.org/en/list/755/documents
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2001). *Convenção para a Proteção do Património Cultural Subaquático*. Acedido em: www.biblioteca.mne.pt/nyron/Library/Catalog
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2005). *Convenção sobre a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. . Acedido em: www.biblioteca.mne.pt/nyron/Library/Catalog
- Pacheco, H. (1997). *Porto, da outra Cidade: Tradições Populares do Porto*. Lisboa: Editorial Presença.
- Passos, J. (1988). Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. In *Aedificiorum*. Lisboa: Associação Juventude e Património.
- Pereira, F. (1914). *O Porto d'Outros Tempos: Notas Históricas, Memórias e*

Recordações. Porto: Livraria Charlton.

- Pereira, J. (1973). *O Espaço Urbano do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.

- Pereira, P. (1997). *Intervenções no Património 1955-2000*. Lisboa: IPPAR.

- Pereira, V. (1994). *Centro Social da Sé Catedral do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

- Portas, N. (1985). *Notas Sobre a Intervenção na Cidade Existente*. Porto: Porto Editora.

- Porto Vivo (2005). *Masterplan: Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto. Síntese Executiva*. Acedido em: www.portovivosru.pt/sub_menu_1_1.php

- Porto Vivo (2006a). *Área de Intervenção Prioritária dos Aliados: Estudo Urbanístico*. Acedido em: www.portovivosru.pt/sub_menu_1_2.php

- Porto Vivo (2006b). *Programa de Reabilitação do Sé: Proposta*. Acedido em: www.portovivosru.pt/sub_menu_1_3.php

- Porto Vivo (2008a). *Estudo Desenvolvimento Estratégico para a Unidade: Gestão da Área Urbana Centro Histórico do Porto*. Acedido em: www.portovivosru.pt/sub_menu_1_1.php

- Porto Vivo (2008b). *Memória Descritiva: Programa de Ação Reabilitação Urbana do Morro da Se Parcerias para a Regeneração Urbana*. Acedido em: www.portovivosru.pt/sub_menu_1_2.php

- Porto Vivo (2008c). *Memória descritiva: Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo do Mouzinho/Flores_CH.2."Parcerias para a Regeneração Urbana*. Acedido em: www.portovivosru.pt/sub_menu_1_3.php

- Porto Vivo (2008d). *Plano de Gestão Centro Histórico do Porto Património Mundial*. Acedido em: www.portovivosru.pt/sub_menu_2_8.php

- Quaresma, M. (1995). *Inventário Artístico de Portugal: Cidade do Porto*. Lisboa: FAUTL.

- Quivy, R., & Compenhot, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Grávida.

- Ramos, L. (1995). *História do Porto* (3ª ed.). Porto: Porto Editora.

- Rato, M. (2003). *Conservação Cuidadosa: Algumas Considerações sobre uma Intervenção Cuidadosa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Riviera, J. (1997). *Restauración Arquitectónica desde los orígenes hasta nuestros días – Conceptos, Teorías e Historia*. Madrid: Munilla-Leria.
- Resende, N. (2008). *Fervor e Devoção: Património, culto e espiritualidade* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal). Acedido em: <http://repositorio.up.pt/handle/0354/4570>
- Rodwell, D. (1975). *Conservation Legislation*. Bedford: Architectural Press.
- Rosa, M. (1995). *O Morgadio em Portugal: sécs XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosa, M. (2005). *As Almas Herdeiras: Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Rossi, A. (2001). *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ruskin, J., & Clark, K. (1967). *Ruskin Today*. London: Penguin Books.
- Santos, A. (2009). *Historia Literária do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- Serrão, V. (2002). *História da Arte em Portugal: O Renascimento e o Maneirismo*. Lisboa.
- Silva, F. (1988). *O Porto e o seu Termos*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Silva, M. (1904). *Manual de Direito Parochial*. Porto.
- Silva, P. (1975). *Pretérito Presente: Para uma Teoria da Preservação do Património Histórico Artístico*. Acedido em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5200>
- Silva, R. (n.d.). *Praça da Liberdade, 1700-1932: Uma história de Arquitetura e Urbanismo no Porto* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal). Acedido em: <http://repositorio.up.pt/handle/0612/1300>
- Sousa, M. (2000). *Percursos Burgueses na cidade do Porto* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal). Acedido em: <http://repositorio.up.pt/handle/54582/1580>
- Távora, F. (2007). *Da organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações.

- Teixeira, H. (2010). *Porto de 1114 a 1518: A construção da cidade Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Toman, J. (1994). *La Protection des Biens Culturels en cas de Conflit Armé, Commentaire de la Convention de la Haye du 14 Mai 1954*. Paris: Editions UNESCO.
- Tomé, M. (2002). *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Vaqueiro, V. (1995). *Guia da Galiza Maxica, Mitica e Lendaria*. Vigo: Galixia.
- Vercial, C., & Machado, J. (2005). *Sacramental: Chaves 1488*. [S.l.]: Pena Perfeita.
- Viollet-Le-Duc, E. (1997). *Entretiens sur L'Architecture*. Paris: Pierre Mondaga.
- Viollet-Le-Duc, E. (2000). *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Vitorino, P. (1927). *Senhora da Ò: A Sua Capela Junto à Porta da Ribeira, O Tripeiro*, 3(45), 9-10.
- Wittkomer, R. (1949) *Arquitectual Principles in Age of Humanism*. Londres: The Trinity Press.
- Yin, R. (2003). *Case Study Research: Design and Methods*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Índice e fontes de Imagens

Índice e Fonte de Imagens

Figura 2 Esquema das metodologias aplicadas. Mapa do Autor	Pág.36
Figura 3.1 Quadro-síntese do património português classificado pela UNESCO. Quadro do Autor, baseado em Lopes & Correia (2014.)	Pág.43
Figura 3.2 Quadro-síntese das convenções da UNESCO, no âmbito do Património. Quadro do Autor, baseado em Lopes & Correia (2004).	Pág.45
Figura 3.3 Quadro-síntese das correntes de intervenção. Quadro do Autor	Pág.51
Figura 3.4 Quadro-síntese da estrutura da Legislação Portuguesa. Quadro do Autor	Pág.53
Figura 3.5 Quadro-síntese da base de estudo da UNESCO. Quadro do Autor	Pág.54
Figura 3.6 Quadro-síntese das leis pioneira do âmbito do património. Quadro do Autor, baseado em Boulting (1976)	Pág.56
Figura 3.7 Quadro-síntese das leis pioneira do âmbito do património durante o séc. XIX Quadro do Auto, baseado em Carneiro (1979)	Pág.58
Figura 3.8 Quadro-síntese das leis pioneira do âmbito do património durante o séc. XIX Quadro do Auto, baseado em Carneiro (1979)	Pág.59
Figura 3.9 Quadro-síntese das correntes de intervenção. Quadro do Autor, baseado em Jokilehto (1996).	Pág.60
Figura 3.10 Pártenon de Atenas, 1931 Autor desconhecido	Pág.56
Figura 3.11 Quadro-síntese da Carta de Atenas, 1934 Quadro do Auto, baseado em Ferreira (1999)	Pág.72

Figura 3.12 Quadro-síntese da Carta de Atenas, 1934 Quadro do Auto, baseado em Ferreira (1999)	Pág.69
Figura 3.13 Quadro-síntese da Carta de Atenas, 1934 Quadro do Autor, baseado em Ferreira (1999)	Pág.73
Figura 3.14 Quadro-síntese: - Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas adotada 1976 - Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea. Quadro do Autor, baseado em Ferreira (1999)	Pág.74
Figura 3.15 Quadro-síntese: 1987 - Carta Internacional Sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas / 2005 - Declaração sobre a conservação do contexto dos monumentos, sítios e áreas de interesse cultural /2011 - Recomendação sobre as paisagens urbanas históricas Quadro do Autor	Pág.75
Figura 3.16 Quadro-síntese: Princípios de La Valetta sobre a salvaguarda e gestão das cidades e dos conjuntos históricos, 2011 Quadro do Autor, baseado em Ferreira (1999)	Pág.76
Figura 4 Mapa do Centro Histórico em 1833: “ <i>The Environs of Oporto</i> ”. Mapa de William Barnard Clark	Pág.79
Figura 4.1 Mapa: Mapa geral: Centro Histórico do Porto, delimitação da zona classificada como património da Humanidade. Mapa do Autor	Pág.80
Figura 4.2. Mapa: Origens do Burgo. Mapa do Autor	Pág.83
Figura 4.3. Ultimo enxerto sobrevivente da Muralha da Cerca Velha. Autor desconhecido	Pág.85
Figura 4.3.1. Mapa: Expansão do Burgo. Mapa do Autor	Pág.86
Figura 4.4. Muralha Fernandina antes das obras de restauro da DGEMN. Autor: Francisco Queirós	Pág.88

Figura 4.4.1. Mapa: Muralha Fernandina. Mapa do Autor	Pág.89
Figura 4.5. Mapa: Transposição da Muralha. Mapa do Autor	Pág.92
Figura 4.6 Mapa: Restauração da Independência. Mapa do Autor	Pág.94
Figura 4.7. Imagem: O Porto na época dos Almadás. Autor desconhecido	Pág.96
Figura 4.7.1 Mapa: Os Almadás. Mapa do Autor	Pág.97
Figura 4.8. Imagem: Largo da Cordoaria – Cadeia da Relação séc.XIX. Autor desconhecido	Pág.100
Figura 4.8.1. Mapa: Os Séc. XIX. Mapa do Autor	Pág.101
Figura 4.9. Mapa: Os Séc. XX. Mapa do Autor	Pág.103
Figura 4.10. Fotografia: Centro Histórico do Porto, vista da Ribeira e Pena Ventosa. Autor : Francisco Oliveira	Pág.104
Figura 4.11. Tabela síntese da estratégia a adotar pelos países membros da convenção da UNESCO, 1972 Tabela do Autor	Pág.114
Figura 4.12. Tabela síntese da Tarefa Fundamental do Estado, lei n. 107/2001 Tabela do Autor	Pág.116
Figura 5.1 Mapa: Localização das Capelas da Muralha Fernandina do Porto Desenhos do Autor	Pág.122
Figura 5.2 Quadro da Problemática Quadro do Autor	Pág.123

Figura 5.3 Quadro Contexto/Comunidade vs. Capela Quadro do Autor	Pág.126
Figura 5.4 Valores Associados vs. Valores Internos Quadro do Autor	Pág.127
Figura 5.4.1 Contexto e Comunidade vs Economia Local Quadro do Autor	Pág.128
Figura 5.5 Quadro de Intervenções e Conservação Quadro do Autor	Pág.131
Figura 5.6 Enquadramento das Capelas da Muralha Fernandina Quadro do Autor	Pág.132
Figura 5.7 Localização dos Estudos de Caso Quadro do Autor	Pág.133
Figura 5.8 Localização das Capelas de Nossa Senhora da Esperança Bing Bird	Pág.136
Figura 5.9 Mapa: Localização das Capelas de Nossa Senhora da Esperança Mapa do Autor	Pág.136
Figura 5.10 Fotografia da Capela de Nossa Senhora da Esperança Fotografia do Autor	Pág.137
Figura 5.11 Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela de Nossa Senhora da Esperança Desenho do Autor	Pág.138
Figura 5.12 Fotografia da Capela de Nossa Senhora da Esperança Fotografia do Autor	Pág.139
Figura 5.13 Localização das Capelas de Nossa Senhora da Lada Bing Bird	Pág.142
Figura 5.14 Mapa: Localização das Capelas de Nossa Senhora da Lada Mapa do Autor	Pág.142

Figura 5.15 Fotografia da Capela de Nossa Senhora da Lada Fotografia do Autor	Pág.143
Figura 5.16 Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela de Nossa Senhora da Lada Desenho do Autor	Pág.144
Figura 5.17 Localização das Capelas São Salvador do Mundo Bing Bird	Pág.148
Figura 5.18 Mapa: Localização das Capelas de São Salvador do Mundo Mapa do Autor	Pág.148
Figura 5.19 Fotografia da Capela de São Salvador do Mundo Fotografia do Autor	Pág.149
Figura 5.20 Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela de São Salvador do Mundo Desenho do Autor	Pág.150
Figura 5.21 Fotografia da Capela de São Salvador do Mundo Fotografia do Autor	Pág.151
Figura 5.22 Localização da Capela de Nossa Senhora da Piedade Bing Bird	Pág.154
Figura 5.23 Mapa: Localização das Capelas da Senhora da Piedade Mapa do Autor	Pág.154
Figura 5.24 Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela de Nossa Senhora da Piedade Desenho do Autor	Pág.156
Figura 5.25 Fotografia da Capela da Nossa Senhora da Piedade Desenho do Autor	Pág.158
Figura 5.26 Localização da Capela dos Alfaiates Bing Bird	Pág.160
Figura 5.27 Mapa: Localização das Capelas dos Alfaiates Mapa do Autor	Pág.160

Figura 5.28 Fotografia da Capela dos Alfaiates Fotografia do Autor	Pág.161
Figura 5.29 Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela dos Alfaiates Desenho do Autor	Pág.162
Figura 5.30 Fotografia da Capela dos Alfaiates Fotografia do Autor	Pág.163
Figura 5.31 Localização da Capela das Verdades Bing Bird	Pág.166
Figura 5.32 Mapa: Localização das Capelas dos Alfaiates Mapa do Autor	Pág.166
Figura 5.33 Fotografia das Verdades Fotografia do Autor	Pág.167
Figura 5.34 Desenho Técnico: Fachada e Planta da Capela das Verdades Desenho do Autor	Pág.168
Figura 5.35 Fotografia das Verdades Fotografia do Autor	Pág.169
Figura 5.36 Esquema da Análise dos casos de Estudo Esquema do Autor	Pág.171
Figura 5.37 Quadro síntese I, das intervenções apresentadas nos casos de estudo Esquema do Autor	Pág.176
Figura 5.38 Quadro síntese II, materiais nas intervenções nos casos de estudo Esquema do Autor	Pág.177
Figura 5.39 Quadro síntese III, das intervenções apresentadas nos casos de estudo Esquema do Autor	Pág.177
Figura 6.1 Esquema da Análise dos casos de Estudo Esquema do Autor	Pág.184

Figura 6.2 Esquema dos Princípios de intervenção da UNESCO Esquema do Autor	Pág.186
Figura 6.3 Esquema das orientações futuras para a reabilitação das capelas. Esquema do Autor	Pág.194
Figura 6.4 Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha Mapa do Autor	Pág.195
Figura 6.5 Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha Mapa do Autor	Pág.196
Figura 6.6 Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha – Eixo 1 Quadro Síntese e Mapa do Autor	Pág.197
Figura 6.7 Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha – Eixo 2 Quadro Síntese e Mapa do Autor	Pág.198
Figura 6.8 Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha – Eixo 3 Quadro Síntese e Mapa do Autor	Pág.199
Figura 6.9 Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha – Eixo 4 Quadro Síntese e Mapa do Autor	Pág.200
Figura 6.10 Proposta do Percurso do “Museu Vivo da Muralha – Eixo 5 Quadro Síntese e Mapa do Autor	Pág.201
Figura 6.11 Proposta da estrutura auxiliar do “Museu Vivo da Muralha Desenho do Autor	Pág.203
Figura 6.12 Interpretação da estrutura auxiliar do “Museu Vivo da Muralha Quadro do Autor	Pág.204

Anexos

Índice de Anexos

Anexo 1 – Elementos Cartográficos Históricos relativos à Evolução Urbana e Morfológica da Cidade do Porto

Anexo 2 – Elementos Fotográficos relativos à análise dos Casos de Estudo

Anexo 3 – Elementos Gráficos relativos à evolução Urbana da Muralha Fernandina.

Anexo 1

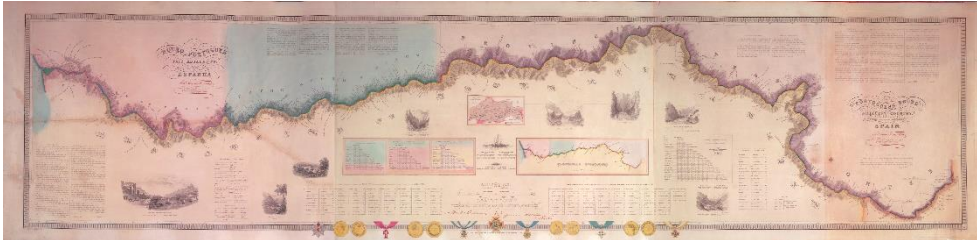


Figura 3

Linha hidrográfica do Douro Português, séc. XIX.

Autor desconhecido



Figura 4

Mapa do Centro Histórico do Porto em 1833: "The Environs of Oporto"

Autor desconhecido

Anexo 2



Figura 5

Levantamento Fotográfico: Capela de Nossa Senhora da Esperança

Fotografia do Autor



Figura 6

Levantamento Fotográfico: Capela de Nossa Senhora da Lada

Fotografia do Autor



Figura 7

Levantamento Fotográfico: Capela de Nossa Senhora da Piedade

Fotografia do Autor



Figura 8

Levantamento Fotográfico: Capela de São Salvador do Mundo

Fotografia do Autor



Figura 9

Levantamento Fotográfico: Capela de Nossa Senhora dos Alfaiates”

Fotografia do Autor



Figura 10

Levantamento Fotográfico: Capela de Nossa Senhora das Verdades

Fotografia do Autor

Anexo 3



Miguel Faria 502-07

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
Prin. de Ação para Revalorização das Cap. da Muralha Fernandina

Mapa: Mapa Geral da Cidade do Porto

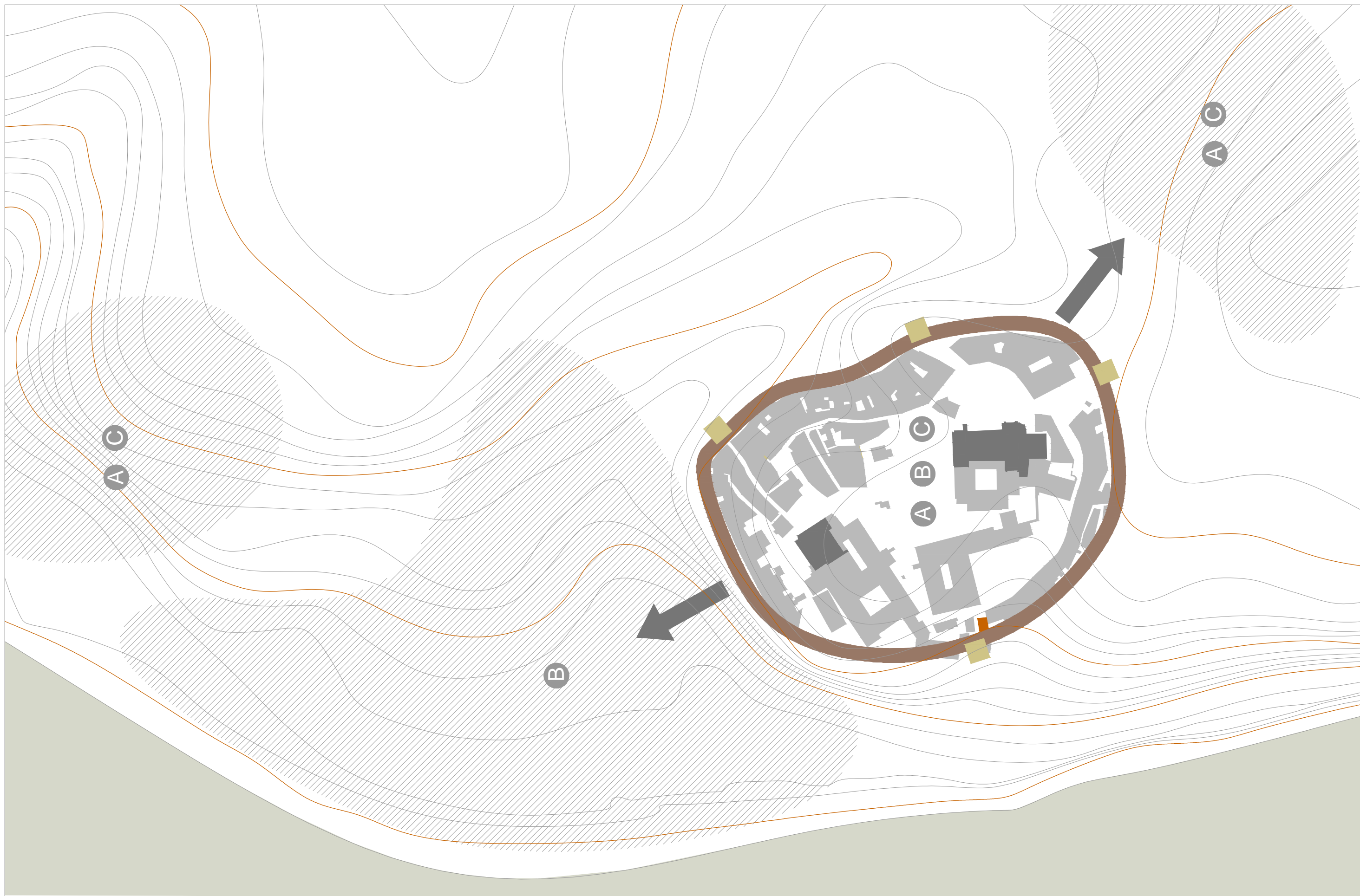
Orientador: Prof. Dra. Maria Goreti / Prof. Dr. Pedro Jorge **E.S.G**

Setembro de 2014

Esc: 1/10000



00



➔ Sentido de Expansão

■ Portas de Acesso à Cerca Velha

■ Cerca Velha

■ Zona de Expansão

Ⓐ Povoamento Castrejo

Ⓑ Cidade Romana

Ⓒ Povoamento Cristão

Miguel Faria 502-07

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo

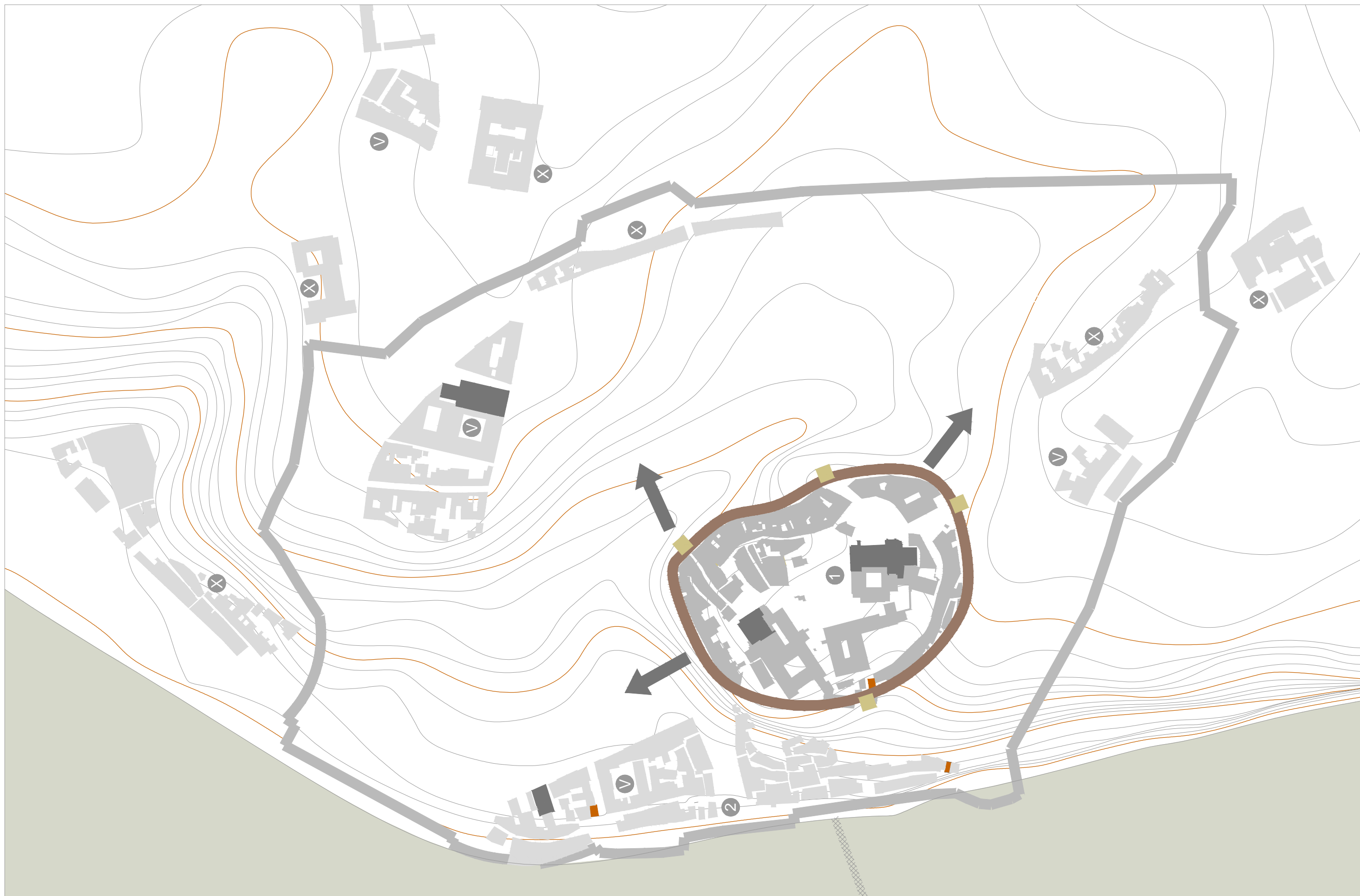
Mapa: As Origens do Burgo

Orientador: Prof. Dra. Maria Goreti / Prof. Dr. Pedro Jorge **E.S.G**

Setembro de 2014

Esc: 1/2500



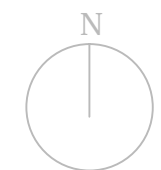


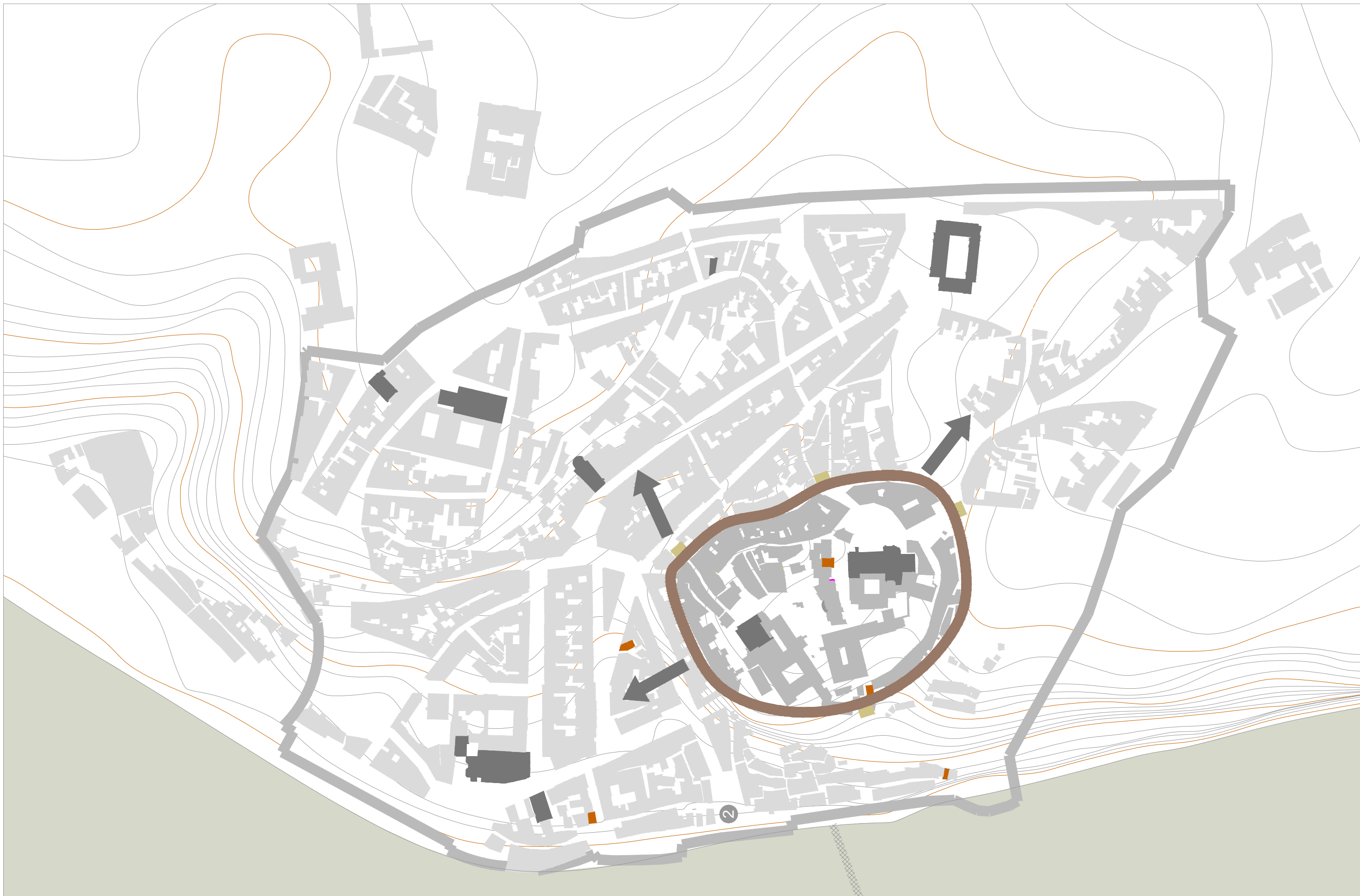
- ➔ Sentido de Expansão
- Capelas da M. Fernandina
- Património Religioso
- Portas de Acesso à Cerca Velha
- Cerca Velha
- Zona de Exp. - Pena Ventosa
- Zona de Exp. - M. Fernandina
- ① Catedral - Sé do Porto
- ② Ribeira
- ⊗ Séc. XI e XII
- ⊕ Séc. XIV

Miguel Faria 502-07

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
 Prin. de Ação para Revalorização das Cap. da Muralha Fernandina
Mapa: Expansão do Burgo
 Orientador: Prof. Dra. Maria Goreti / Prof. Dr. Pedro Jorge **E.S.G**

Setembro de 2014
 Esc: 1/5000





- | | | |
|----------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| ➔ Sentido de Expansão | ■ Portas de Acesso à Cerca Velha | ① Catedral - Sé do Porto |
| ■ Capelas da M. Fernandina | ■ Cerca Velha | ② Ribeira |
| ■ Património Religioso | ■ Zona de Exp. - Pena Ventosa | ⊗ Séc. XI e XII |
| | ■ Zona de Exp. - M. Fernandina | ⊙ Séc. XIV |

Miguel Faria 502-07

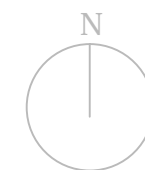
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
 Prin. de Ação para Revalorização das Cap. da Muralha Fernandina

Mapa: Muralha Fernandina

Orientador: Prof. Dra. Maria Goreti / Prof. Dr. Pedro Jorge **E.S.G**

Setembro de 2014

Esc: 1/5000





- | | | | |
|----------------------------|----------------------------------|--------------------------|-----------------------|
| ➔ Sentido de Expansão | ■ Portas de Acesso à Cerca Velha | ① Catedral - Sé do Porto | Ⓜ Séc. XVI e XVII |
| ■ Capelas da M. Fernandina | ■ Cerca Velha | ② Ribeira | Ⓧ E. Verdes Filipinos |
| ■ Património Religioso | ■ Zona de Exp. - Pena Ventosa | ③ Olivais | |
| | ■ Zona de Exp. - M. Fernandina | Ⓧ Séc. XV | |
| | ⦿ Abertura R. Flores/ R. Ferraz | | |

Miguel Faria 502-07

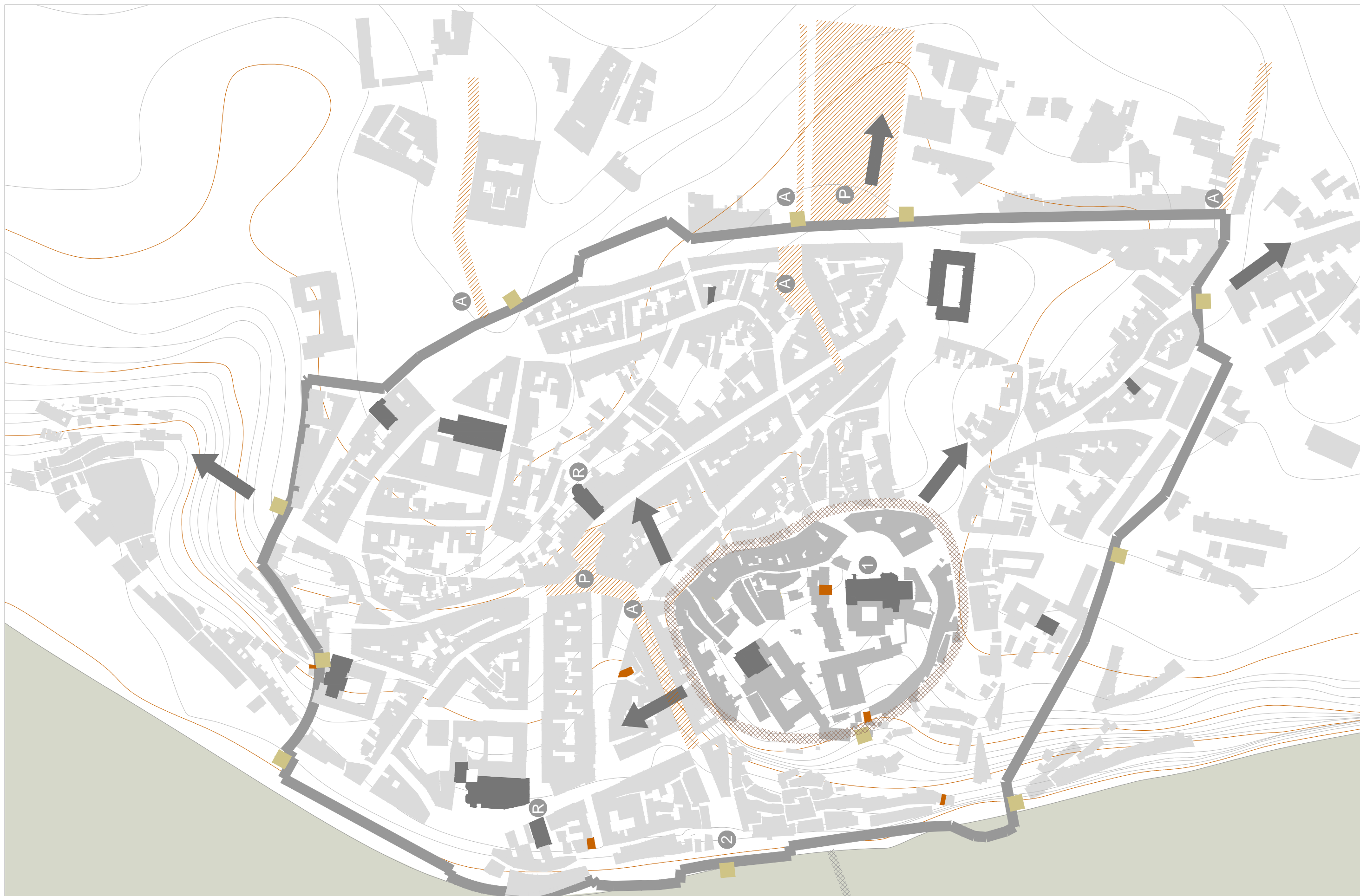
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
 Prin. de Ação para Revalorização das Cap. da Muralha Fernandina
Mapa: Transposição da Muralha Fernandina
 Orientador: Prof. Dra. Maria Goreti / Prof. Dr. Pedro Jorge **E.S.G**

Setembro de 2014
 Esc: 1/5000

N



04



- | | | | |
|----------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------|
| ➔ Sentido de Expansão | ■ Portas de Acesso | ① Catedral - Sé do Porto | Ⓐ Ruas e Alamedas |
| ■ Capelas da M. Fernandina | ⊗ Destruição Cerca Velha | ② Ribeira | Ⓟ Praças |
| ■ Património Religioso | ■ Cerca Velha | ③ Olivais | Ⓘ Igrejas |
| ■ Destruição das Muralhas | ■ Transposição Muralhas | | |
| | ⊘ Abertura de Ruas | | |

Miguel Faria 502-07

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
 Prin. de Ação para Revalorização das Cap. da Muralha Fernandina
Mapa: As Origens do Burgo
 Orientador: Prof. Dra. Maria Goreti / Prof. Dr. Pedro Jorge **E.S.G**

Setembro de 2014
 Esc: 1/5000



- | | | | |
|----------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------|
| → Sentido de Expansão | ■ Portas de Acesso | ① Catedral - Sé do Porto | P Praças |
| ■ Capelas da M. Fernandina | ⊗ Destruição Cerca Velha | ② Ribeira | M Monumentos |
| ■ Património Religioso | ■ Cerca Velha | ③ Olivais | |
| ■ Alteração da Muralha | ■ Transposição Muralhas | R Igrejas | |
| ■ Destruição das Muralhas | ⊘ Abertura de Ruas e Praças | A Ruas e Alamedas | |

Miguel Faria 502-07

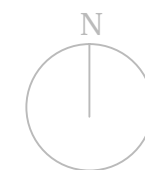
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
 Prin. de Ação para Revalorização das Cap. da Muralha Fernandina

Mapa: Os Almadas

Orientador: Prof. Dra. Maria Goreti / Prof. Dr. Pedro Jorge E.S.G

Setembro de 2014

Esc: 1/5000





- | | | | |
|----------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------|
| ➔ Sentido de Expansão | ■ Cerca Velha | ① Catedral - Sé do Porto | Ⓟ Praças |
| ■ Capelas da M. Fernandina | ■ Transposição Muralhas | ② Ribeira | Ⓜ Monumentos |
| ■ Património Religioso | ▨ Abertura de Ruas e Praças | Ⓟ Bairros | |
| ■ Alteração da Muralha | ▨ Pontes | Ⓡ Igrejas | |
| | | ⓐ Ruas e Alamedas | |

Miguel Faria 502-07

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
 Prin. de Ação para Revalorização das Cap. da Muralha Fernandina
Mapa: O séc. XIX
 Orientador: Prof. Dra. Maria Goreti / Prof. Dr. Pedro Jorge **E.S.G**

Setembro de 2014
 Esc: 1/5000





- | | | | |
|----------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------|
| ➔ Sentido de Expansão | ■ Cerca Velha | Ⓛ Catedral - Sé do Porto | Ⓟ Praças |
| ■ Capelas da M. Fernandina | ■ Transposição Muralhas | Ⓜ Câmara Municipal | Ⓜ Monumentos |
| ■ Património Religioso | ▨ Abertura de Ruas e Praças | Ⓟ Bairros | Ⓜ Igrejas |
| ■ Alteração da Muralha | ▨ Pontes | Ⓛ Ruas e Alamedas | |

Miguel Faria 502-07

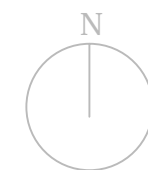
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
 Prin. de Ação para Revalorização das Cap. da Muralha Fernandina

Mapa: O séc. XX

Orientador: Prof. Dra. Maria Goreti / Prof. Dr. Pedro Jorge **E.S.G**

Setembro de 2014

Esc: 1/5000



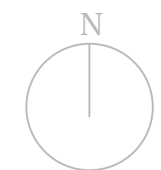


- | | | | |
|----------------------------|-----------------------------|--------------------------|-------------------|
| ■ Capelas da M. Fernandina | ■ Transposição Muralhas | ① Catedral - Sé do Porto | Ⓐ Ruas e Alamedas |
| ■ Património Religioso | ⦶ Abertura de Ruas e Praças | ② Câmara Municipal | Ⓟ Praças |
| ■ Alteração da Muralha | ⦶ Pontes | Ⓛ Bairros | Ⓜ Monumentos |
| | | Ⓡ Igrejas | |

Miguel Faria 502-07

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo
 Prin. de Ação para Revalorização das Cap. da Muralha Fernandina
Mapa: Percurso, "Museu Vivo da Cidade"
 Orientador: Prof. Dra. Maria Goreti / Prof. Dr. Pedro Jorge **E.S.G**

Setembro de 2014
 Esc: 1/2500



2018 Oporto
from the baths



escola superior



gallaecia

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo

Vila Nova de Cerveira, setembro de 2014